Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23199 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** QUARTA-FEIRA 14 MARÇO 90 60$00

Cardoso e Cunha ao DL

«A CEE não gosta de pessoas desinteressadas»

Diz-se «um executivo europeu com sensibilidade portuguesa». Portugal queria-o na Cooperação e Desenvolvimento, não conseguiu. Hoje é um super-comissário , intervindo em todas as áreas da vida da Comissão Europeia. Apontado como tendo divergências com Cavaco Silva, diz que este «teve durante estes anos uma acção relevante, insubstituível» - e atribui o caso a «palavras de estímulo um pouco duras» para com este País que é o seu. Recomenda que não se receba os fundos comunitários com apatia: « têm que demonstrar interesse, utilização criteriosa desses fundos, vontade de desenvolver as campanhas de regeneração.»

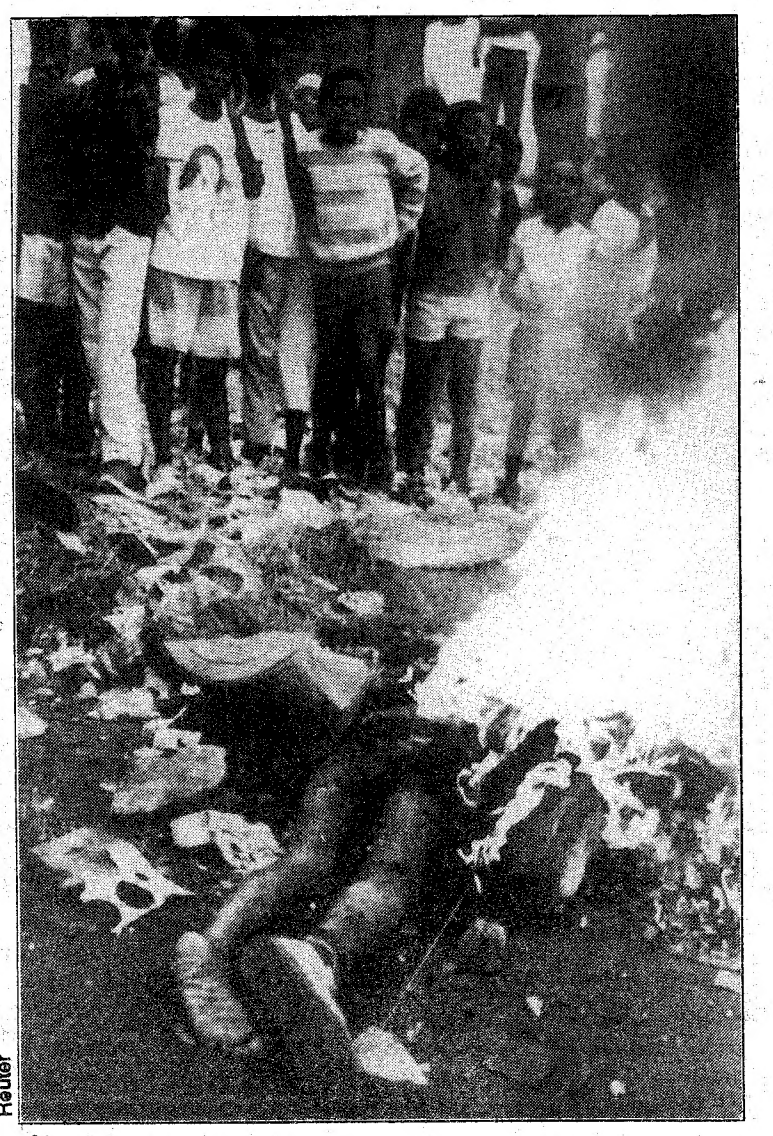
Págs. 20, 21 e 22

"O tempo não é para relaxar os esforços, é para reacelerar mais."

"Portugal ainda está, em termos globais, muito longe da média comunitária."

"Temos um país desprovido de grande parte de infra-estruturas essenciais."

Arquivo DL



Reuter

África em chamas Apesar das medidas lançadas por Pretória, a tranquilidade ainda não chegou ao Soweto, o bairro negro que representa um barril de pólvora na explosiva África do Sul. Que o digam estes garotos olhando horrorizados as chamas devorarem o corpo decapitado de uma vitima da violência que nas últimas semanas tem eclodido no bairro.

Por culpa da informática

Ficheiros policiais devassam privacidade

As tentativas de legalização de ficheiros policiais informatizados, com referências a dados pessoais dos cidadãos como as opções política, religiosa ou sindical de cada um, têm provocado uma enorme polémica em vários países da Europa, nomeadamente em França e na Suíça.

Em causa, os direitos e liberdades dos cidadãos, cuja defesa nem sempre se coaduna com os imperativos de segurança dos regimes democráticos. Em Portugal, onde os agora arcaicos ficheiros da PIDE ainda perduram na memória de muitos, a Assembleia da República prepara-se para suprir o vazio legislativo nessa matéria.

É que a informática permite uma ultra-rápida triagem entre diversos ficheiros, ou seja, torna muito mais fácil a possibilidade de devassa à vida privada de cada um.

Págs. 2, 3 e 4

Gomes quer rescindir com Sporting

Fernando Gomes, cujo contrato com o Sporting deveria expirar a 31 de Julho do próximo ano, está a preparar a rescisão do compromisso, devido à sua não utilização na equipa principal dos verde-brancos. Um documento que está a ser elaborado pelo seu advogado será apresentado à direcção leonina, provavelmente ainda antes da próxima assembleia geral , marcada para o dia 17. É possível que o bi-Bota de Ouro tenha concluído a carreira em Alvalade, uma vez que este ano já não poderá actuar por mais nenhum clube português e tem vários negócios na capital do Norte

Pág. 33

DL

Chissano disposto a negociar directamente com a Renamo *Pág. 12*

DL entrevista governante sueco expulso de Portugal em 1969 *Pág. 15*

Cabo Verde apoia esforços de Klerk para a paz em África *Pág. 16*

Comboios: maquinistas não atendem apelo do PCP *Pág. 17*

O centenário da «Via Latina» *Pág. 29*

Vêm aí os «Clubes Caça-Cigarros» *Pág. 18*

Desde há muito que a Constituição impõe a definição legal do conceito de dados pessoais para efeitos de registo informático com vista à protecção da privacidade dos cidadãos. Várias iniciativas legislativas surgiram no Parlamento, mas só agora parecem existir condições para a aprovação de uma lei. O Partido Socialista e a partir de hoje o Governo têm duas propostas para discussão

Protecção de dados pessoais à espera de cobertura legal

GRANDE ANGULAR

«Na selva informática, as feras são muitas, o rei é a mais das vezes invisível, esconde a face, não deixa vestígios. A ficha nasce, a ficha cresce, de aditamento em aditamento sabe-se de nós o que se deve e o que se não deve» - assim se referia o deputado José Magalhães à defesa dos cidadãos face à informática durante o debate do projecto de lei do Partido Socialista, apresentado em Outubro do ano passado.

Não é a primeira vez que a Assembleia da República tenta regulamentar esta matéria, mas a verdade é que até esta altura nenhuma lei foi aprovada. A última iniciativa legislativa coube ao Governo que no mês passado apresentou uma proposta de lei da «protecção de dados pessoais face à informática».

A utilização de dados pessoais pela informática desde há muito que preocupa os cidadãos. Quantas vezes surge a interrogação sobre a legitimidade de esta ou aquela organização organizar e fornecer dados pessoais, sem que os visados tenham qualquer controlo sobre todo o processo. As suspeitas sobre a violação da privacidade, dos direitos e liberdades e garantias avolumam-se, seja porque recebemos correspondência comercial sem que o nosso endereço figure na lista telefónica, seja porque há empresas especializadas em fornecer informações pessoais sobre cheques sem cobertura.

A informática é hoje um meio imprescíndivel para o tratamento da informação. Tão útil e imprescíndivel quanto perigoso. As interrogações e desconfianças em torno da sua utilização desde os anos 70 que vêm preocupando as consciências dos mais cépticos. É que, como dizia Montesquieu, «todo o homem que detém o poder é levado a abusar dele». Logo, todos os cuidados são poucos.

Recomendações da OCDE

Em 1973, Salgado Zenha escrevia no jornal «República»: «Os juristas têm-se alarmado muito justamente com as possibilidades que a informática põe ao alcance dos governos para fiscalizar e policiar a vida dos cidadãos - quer considerados individualmente, quer em agrupamentos». Zenha manifestava-se preocupado com as implicações de uma lei que, na altura, acabava de ser aprovada pela Assembleia Nacional e que regulamentava o registo nacional de identificação.

A OCDE, em 1981, aprovou um conjunto de recomendações sobre a protecção da vida privada e dos fluxos transfronteiras de dados de carácter pessoal. Um conjunto de princípios foram enunciados para aplicação nos estados nacionais. A limitação em matéria de recolha, a qualidade dos dados, a especificação das finalidades da sua recolha, os limites de utilização, as garantias de segurança, a transparência, a participação dos cidadãos no controlo dos dados que lhe dizem respeito e o princípio da responsabilidade de quem detém os ficheiros foram algumas das recomendações formalizadas.

Um ano mais tarde, o Conselho da Europa aprovou a «Convenção para a protecção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal», assinada por Portugal nesse mesmo ano, mas ainda não ratificada, pois a Convenção obriga os subscritores a incorporar no direito interno os seus princípios. Aliás, o mesmo vem acontecendo com a aplicação da Constituição que, no seu artigo 35º, perconiza o direito de acesso aos registos informáticos para conhecimento dos dados aí registados, o direito ao sigilo em relação a terceiros dos dados pessoais informatizados e respectiva interconexão e ainda o direito à proibição de certo tipo de dados pessoais, caso de convicções filosóficas ou da filiação partidária.

Inconstitucionalidade por omissão

A Constituição portuguesa príibe a atribuição de um número nacional único aos cidadãos e obriga à definição legal do conceito de dados pessoais para efeitos de registo informático. Tal definição legal não foi até hoje formulada e por isso mesmo o Tribunal Constitucional pronunciou-se há pouco mais de um ano, a solicitação do Provedor de Justiça, pela inconstitucionalidade por omissão de que deu conhecimento à Assembleia da República.

O facto de não ter sido ainda cumprido este preceito constitucional não resulta da falta de iniciativa legislativa. Desde 1979 que têm sido apresentados no Parlamento diversos projectos e propostas de lei tendentes a regulamentar esta matéria. Nove diplomas foram apresentados, mas nenhum deles se converteu em lei.

Em Outubro passado, o Partido Socialista apresentou na Assembleia da República mais um projecto tendente a, de uma vez por todas, procurar dar cumprimento à Constituição. No mês passado foi a vez do Governo aprovar uma proposta no mesmo sentido que se juntará ao diploma do PS para discussão na especialidade.

Na ordem da definição dos conceitos os projectos são semelhantes, entendendo ambos como «dados pessoais»: «qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular de registo), considerando-se identificável a pessoa cuja identificação não envolva custos ou prazos desproporcionados». Os dois textos têm um articulado bastante idêntico, diferindo sobretudo no âmbito de aplicação de alguns princípios. Núcleo «duro» dos dois diplomas é a proibição de tratamento automatizado de dados pessoais.

O PS e o Governo prevêm a proibição do processamento automatizado de dados de «carácter pessoal referentes a convicções filosóficas ou políticas e a filiação partidária ou sindical, bem como à fé religiosa». Outros dados pessoais como os referentes a antecedentes penais ou à saúde só poderão ser efectuadas por serviços públicos com o parecer prévio de uma comissão que zelaria pela protecção de dados. Uma excepção é, no entanto, admitida pelo Governo. Desde que o visado forneça voluntariamente os seus dados pessoais, o seu tratamento automatizado é autorizado. É o que pode acontecer nas instituições bancárias e nos hospitais privados.

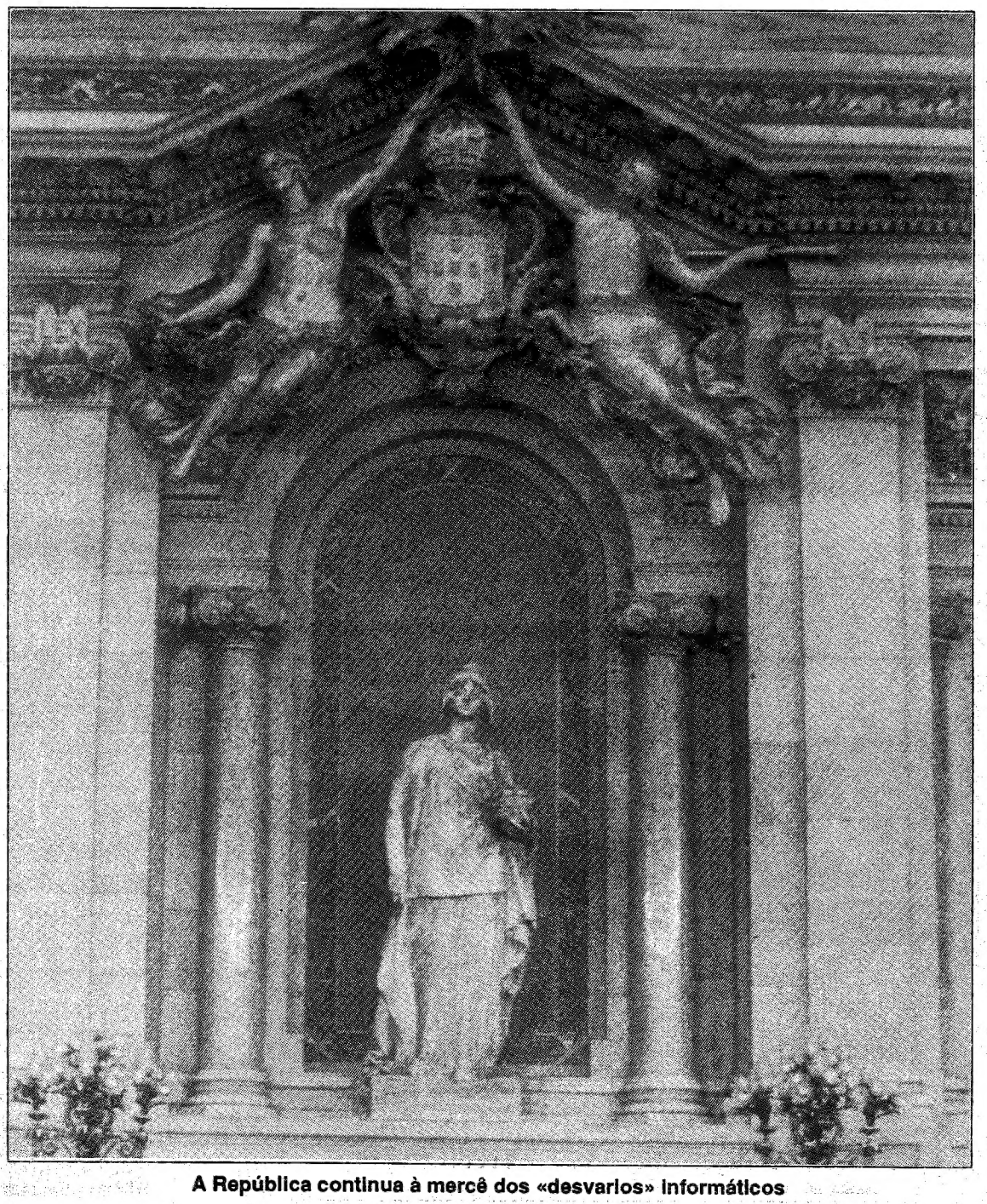
Divergências na Comissão

O Governo estipula a criação da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais, comissão que teria o encargo de controlar o processamento automatizado dos dados pessoais, assumindo-se como autoridade independente a funcionar junto da Assembleia da República. O PS propõe um orgão com as mesmas atribuições, mas com a designação de Comissão nacional de Informática e Liberdades. Estas instituições teriam sete membros. O Executivo propõe que três deles sejam eleitos pelo Parlamento por maioria simples (um deles seria eleito presidente), dois a indicar pelo Governo e dois magistrados, um indicado pelo Conselho Superior da Magistratura e outro pelo Conselho Superior do Ministério Público. Além dos dois magistrados, o PS propõe que os restantes membros sejam eleitos pela Assembleia da República por maioria absoluta dos deputados. Esta é a grande divergência dos dois documentos, dada a tendência de governamentalização da Comissão, tendo em conta a proposta do Executivo.

Por princípio, os dois diplomas proíbem a interconexão de dados de carácter pessoal, exceptuando-se aqueles que são públicos. Neste caso, a interconexão pode ter lugar desde que processada entre organismos com o mesmo fim específico. É o caso - afirmou ao DL um membro do Governo - da interconexão de dados entre o Registo Nacional de Pessoas Colectivas e a fiscalidade. Ainda assim, este fluxo teria que ser autorizado, nos termos da proposta do Governo, pela Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais.

As sanções previstas podem ir até dois anos de prisão. No caso governamental estão de acordo com a revisão em curso do Código Penal e colocam, na maior parte dos casos, a alternativa entre a prisão e a multa.

António José Teixeira



A República continua à mercê dos «desvarios» informáticos

Rocard queria que as polícias vissem legalizados os seus ficheiros informatizados, contendo dados pessoais como as opções políticas e religiosas de cada um. Mas o opinião pública reagiu...

Escrúpulo democrático

Michel Rocard, o legalista, queria que a França fosse o primeiro país europeu a definir - preto no branco - os limites às actividades (e poderes) das polícias ditas «secretas».

Para o primeiro-ministro socialista, não fazia sentido que um Estado de direito e democrata continuasse a escamotear, por indefinição, os direitos e liberdades dos cidadãos.

Até porque era do domínio público que os vários serviços de informações franceses detinham ficheiros nominativos «hiper-sensíveis».

Só que Rocard se esqueceu de consultar os principais interessados e ... viu-se obrigado a suspender, 48 horas depois da publicação dos polémicos decretos na folha oficial , a «legalização» por que se tinha batido.

Com efeito, não é impunemente que um Governo francês se pode dar ao luxo de ignorar a opinião de organizações humanitárias, associações de juristas e magistrados, organizações sindicais, partidos políticos e, mesmo, das personalidades do partido (PSF) que o apoiam.

Rocard esqueceu-se de que os imperativos de segurança interna, a luta contra o terrorimo ou a imigração clandestina não dão a volta às ilusões dos socialistas.

Colocado entre a espada e a parede, Rocard só tinha duas hipóteses: manter os decretos, contra tudo e contra todos, com base numa sólida argumentação; ou assumir o «engano», ainda que à custa do ridículo.

E, como se viu, optou pela solução política mais favorável: dar a mão à palmatória.

Em França, a luta pela legalização dos ficheiros dos Renseignements Généraux (RG) já dura pelo menos há 10 anos. De facto, foi no Governo de Chirac, em 1981, que houve a primeira tentativa de «legalizar» estes ficheiros policiais.

Um processo moroso e nada pacífico, dado que os franceses são extremamente sensíveis a tudo o que mexe com as liberdades individuais.

Em Julho de 1983, a Comissão Nacional da Informática e das Liberdades (CNIL) - o equivalente à nossa Comissão Parlamentar para a Defesa dos Direitos, Liberdades e Garantias - depois de ver contempladas uma série de alterações ao projecto de decreto-lei governamental, insistiu que só podia dar o seu *agrément* à pretendida legalização se os novos ficheiros fossem proibidos de triar os nomes das pessoas com base nas suas opiniões políticas ou filosóficas, ou nas suas filiações sindicais ou origem étnica.

Um impasse que se arrastou, com a CNIL a protelar a legalização dos ficheiros dos RG através de mais exigências: que a expressão «origem racial» fosse substituída, no decreto, por «origem étnica do interessado», e que fosse estabelecido um procedimento para o acesso e a actualização dos ficheiros.

Mais tarde, em 1986, com o «boom» de atentados terroristas, estes ficheiros perderam uma boa oportunidade de serem legalizados. De facto, por essa altura, outras polícias como a Direcção de Segurança do Território (DST), a Direcção-Geral da Segurança Exterior (DGSE) e a Direcção da Protecção e da Segurança da Defesa (DPSD), viram discretamente legalizados os seus «sensíveis» ficheiros nominativos contendo referências de ordem política ou étnica. E isto passou-se sem qualquer polémica ou reacção por parte da opinião pública, graças à manobra política que «isentou» os respectivos decretos lei de serem publicados na folha oficial francesa...

No ano seguinte, Chirac tentou avançar com o processo de legalização dos ficheiros dos RG, mas exigindo que a *gendarmerie* também a eles tivesse acesso. E como era grande a rivalidade entre militares e polícias, continuou tudo na mesma.

Até Setembro de 1988, quando a CNIL, depois de ter obtido mais algumas alterações ao polémico decreto, lhe deu a sua concordância. E em Fevereiro de 1989, o Conselho de Estado, por seu turno, ratificou esse projecto.

Era a luz verde para o Governo avançar. Mas ainda não foi dessa vez. Chevènement não admitiu que os funcionários da DPSD (ex-segurança militar) fossem impedidos de ter acesso a este polémico ficheiro central do terrorismo. Uma exigência que só acabou por ser satisfeita em 11 de Outubro de 1989.

A partir daí, os decretos são enviados a Rocard, que os assina a 27 de Fevereiro deste ano e os manda publicar com urgência na folha oficial. O que aconteceu no dia 1 de Março, rebentando a «bomba» em França: da extrema-esquerda à direita conservadora os protestos foram unânimes, à excepção de Jean Marie Le Pen.

Mas a grande questão não se põe sobre o facto de se autorizar, ou não, os polícias e os magistrados a recorrerem à informática para fazerem o seu trabalho. Tal como comentava um articulista do «Le Monde», quer nos agrade ou não, «a informática já é uma parte essencial da nossa vida e não existe diferença entre a natureza de um ficheiro manual e a de um ficheiro informatizado». Resta-nos a diferença política...

COMENTÁRIO

A ética do segredo

Se já anteriormente era certo que o saber não ocupa lugar, a informática veio dar a esse conceito um sentido totalmente renovado. Uma imensidade de informações podem hoje, graças às técnicas electrónicas, ser registadas, relacionadas, seleccionadas e facilmente encontradas num suporte de volume irrisório.

Esta possibilidade abriu a quase todos os sectores do conhecimento humano grande parte das perspectivas de desenvolvimento concretizadas nas últimas décadas num ritmo de avanço nunca antes igualado. Em contrapartida, não deixou de atrair as atenções de outros grandes consumidores de informação, por certo menos nobres que as universidades e os institutos, mas não menos influentes na vida dos cidadãos: as polícias.

Comparados com os modernos arquivos policiais informatizados, os famosos ficheiros da PIDE ganham o contorno de um gigantesco dinossauro bufo, fossilizado e mediocremente competente. As facilidades de registo e tratamento de dados proporcionadas pelas novas tecnologias permitem traçar um retrato de cada cidadão com tudo aquilo que ele sabe de si próprio e mais o que provavelmente esqueceu.

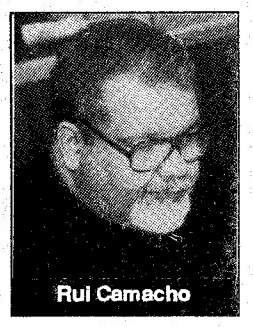
Serviços de informação oficiais e sabe-se lá quantas agências particulares podem sobrepor dados que em várias oportunidades prestámos para fins específicos correntes com resultados de investigações de que nunca suspeitámos. Saberão qual é o nosso rendimento médio, a constituição do nosso agregado familiar, o limite de crédito de que dispomos, a nossa ficha dentária, os antecedentes profissionais, etc. Num grau mais sofisticado e com objectivos de utilização menos correntes, poderão chegar aos nossos hábitos quotidianos, às nossas preferências gastronómicas, às nossas relações de amizade e, sem que ela alguma vez tenha andado pelas páginas das revistas de escândalos, à nossa vida sexual. Nenhum ficheiro de informações digno desse nome deixará, no entanto,em branco a confissão religiosa, a ideologia política, a actividade partidária e sindical e possíveis ligações a individualidades de relevo nessas áreas, na actividade empresarial ou financeira e nos quadros da administração.

A eficácia dada aos meios informáticos de registo, sobretudo pela sua rapidez e facilidade de manejo e pela discrição com que as suas pequenas dimensões materiais e reduzidos quadros de operação lhes permitem funcionar, tornou quase utópica a defesa da vida privada - mais facilmente devassada também pelo desenvolvimento paralelo de outras tecnologias - e mais problemática a garantia de outros direitos individuais.

As preocupações levantadas por esta situação começaram a ganhar volume na Europa ao longo das últimas duas décadas, embora já fossem largamente debatidas nos EUA, desde os anos sessenta.

As convenções internacionais e a legislação produzida em diversos países têm tentado equilibrar as «necessidades de defesa do Estado democrático» com as necessidades de defesa dos direitos humanos consagrados. São recentes, como se refere nestas páginas, as últimas tentativas feitas em países europeus para conseguir esse equilíbrio. Chegou agora a vez de ele ser tentado em Portugal.

Deverá, à partida, reconhecer-se de que dificilmente será elaborada uma lei por si própria completamente tranquilizante. O seu cumprimento deverá sempre ser fiscalizado por uma entidade que, para além de garantias legais, ofereça credibilidade moral. Os limites dos direitos individuais face aos imperativos de auto-defesa dos regimes democráticos terá de ser sempre, para além das definições jurídicas, uma questão ética.


Rui Camacho

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Óscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

Suíços contra Big Brother

Os tranquilos helvéticos acabam de descobrir que, por trás de cada um deles, estava sempre presente uma lupa policial

«Paranóia helvética», «Orwell 1990», «Big Brother está em Berna», assim os suíços demonstraram, há pouco mais de uma semana, a sua raiva e o seu desespero ao tomarem conhecimento da existência nos arquivos da polícia federal de 900 mil fichas de pessoas e organizações supostamente ligadas a movimentos perigosos para o Estado.

Os ficheiros, cuja existência foi revelada pelo inquérito de uma comissão parlamentar, recenseavam pessoas suspeitas de extremismo, funcionários indignos de confiança, «sabotadores ou traidores potenciais» nas fileiras do Exército, autonomistas francófonos do Jura, cidadãos que tinham feito viagens a países de Leste e, até mesmo, 180 mil crianças estrangeiras albergadas na Suíça pela Cruz Vermelha após a guerra.

GRANDE ANGULAR

A revelação provocou uma onda de protestos generalizada, a suspensão do chefe da polícia federal, e a derrogação de uma determinação de 1951 sobre a segurança do país, que servia de base àquelas práticas.

O próprio Presidente da Confederação, Arnold Koller, foi forçado a reconhecer que «o povo suíço não admite que os cidadãos livres de um país símbolo da liberdade sejam espiados e fichados sem razão».

Tudo isto, porém, não foi julgado suficiente pelos suíços que percorreram as ruas de Berna numa gigantesca manifestação que acabou por degenerar em severos recontros com a polícia e em cenas de violência ináudita. Apesar da presença da polícia, alguns dos manifestantes, descontrolados e com máscaras, conseguiram forçar a entrada do ministério público, onde quebraram vidros e se apoderaram de numerosos documentos. Na rua, outros manifestantes pegaram fogo a um banco e a quatro automóveis, quebraram vidros de montras e tentaram montar barricadas.

O Presidente Koller foi também obrigado a prometer que todos os interessados têm direito a consultar a sua própria ficha. Mais de 100 mil pedidos foram já feitos nesse sentido, mas até hoje apenas alguns milhares obtiveram resposta. A maioria dos que conseguiram aquela autorização mostra-se surpreendida pela aflitiva banalidade das informações registadas, quando não pela sua total falsidade.

Para acalmar os ânimos, o Governo prepara-se para apresentar ao Parlamento um projecto de revisão da lei sobre a protecção de dados e pensa elaborar uma nova lei que regulamente a actividade da polícia federal e dos ficheiros.

Lava mais branco

Jean Ziegler, no seu livro «La Suisse Lave Plus Blanc», edições du Seuil, Paris, escreve: «este país está a tornar-se um pesadelo». Os serviços secretos observam tudo e, por exemplo, no caso do deputado cantonal Menga Danuser, a polícia registou: «ao fim da tarde, costuma beber uma cerveja».

Quando um candidato a funcionário público se apresentou para prestar provas, a Polícia federal já tinha conhecimento que ele « na escola secundária, se excitava sexualmente com muita facilidade».

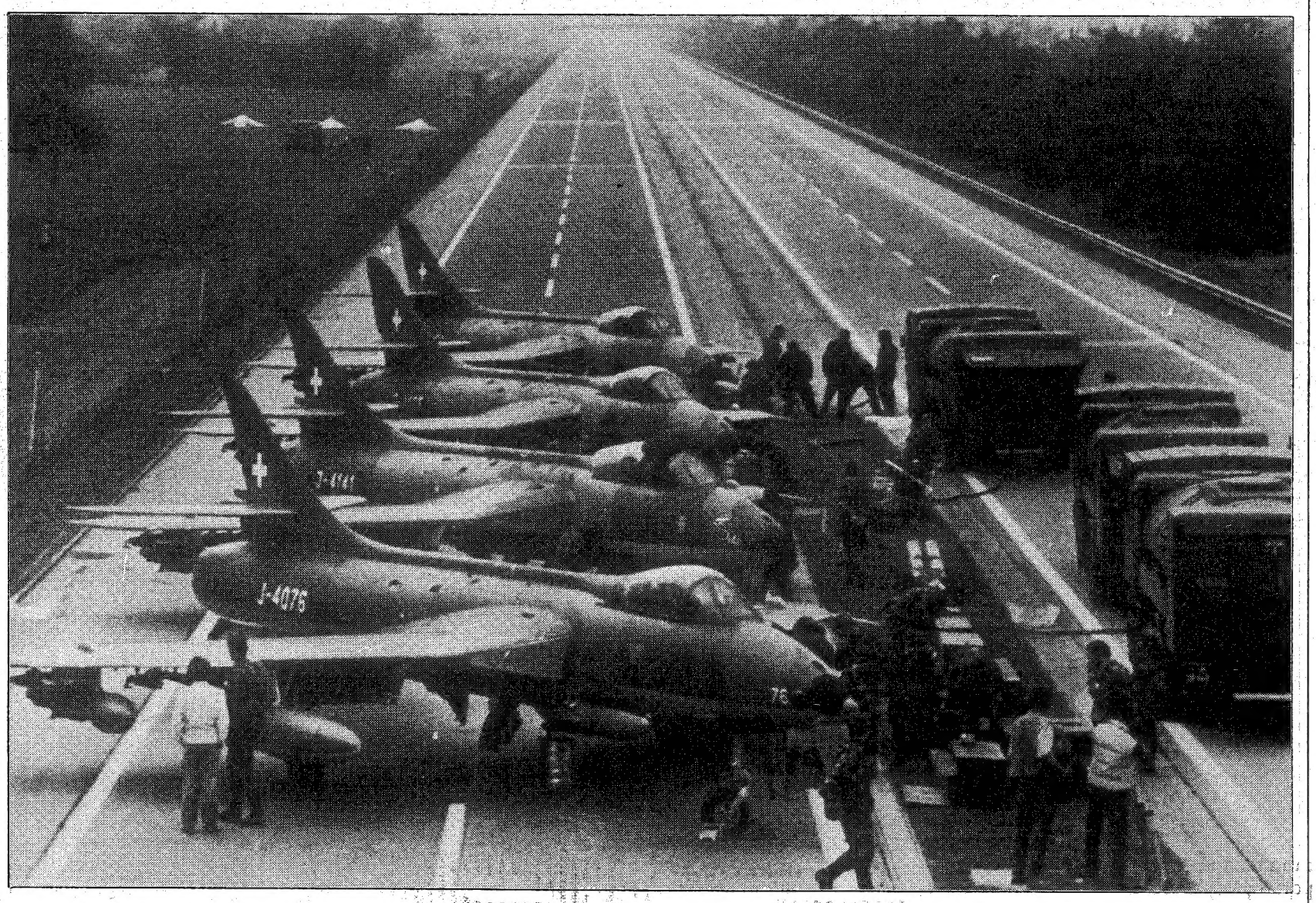
Jean Ziegler

A SUÍÇA LAVA MAIS BRANCO

O catedrático Jean Ziegler também foi, evidentemente, objecto de observações.

Este sistema apertado de observação dos cidadãos talvez se possa explicar através da essência tradicional dos helvéticos.

Como os suíços praticam a democracia directa, o povo decide todos os problemas importantes por eleições a nível de freguesia, de cantão, de federação. Um jornal suíço até já se refere ao «Arquipélago BUPO», a divulgada abreviatura dos serviços secretos suíços.



Os ficheiros da policia federal recenseavam sabotadores ou traidores potenciais nas fileiras do Exercito

FORUM

O DIREITO À FELICIDADE

Na linguagem dos novos direitos que tem vindo a ser ensaiada por gente atenta às transformações do nosso tempo, avulta esta aspiração que se encontra no fundo de cada ser humano. Quem é que não quer ser feliz?

Se há direitos que podem ser codificados, ou que até já se encontram universalmente reconhecidos, o mesmo não acontece com este. No fundo, exprimi-lo implica que sejam respeitados e postos em prática todos os outros direitos fundamentais da pessoa. Sustento que é muito difícil definir o conteúdo de um direito como este - a felicidade talvez não seja um estado, mas apenas o acesso *a breves instantes* de plenitude, feitos de harmonia entre o que nos rodeia e o nosso estado de espírito. É seguramente algo de muito raro e precioso, tanto mais fora do nosso alcance quanto maior o nosso grau de exigência interior.

Mas se não é fácil definir a felicidade, reconhecer as muitas infelicidades com que deparamos é quase instintivo. Não falo já dos grandes sofrimentos, das perdas irremediáveis ou das ameaças irreversíveis. Falo daquele conjunto de pequenas coisas que tornam o quotidiano insuportável e incompatível com a tal felicidade de que falávamos. Quem é que pode ser feliz numa bicha de trânsito ou debaixo do ruído duma perfuradora mecânica?

A vida urbana e suburbana dos nossos dias introduziu nos nossos hábitos factores de «stress» que podem atingir níveis patológicos. Visualizo-os como *novas bestas do apocalipse*, pragas que nos perseguem e vão destruindo todas as nossas oportunidades de harmonia. Posso resumi-las em quatro: o barulho, os engarrafamentos, a poluição e a solidão.

O *barulho* é muitas vezes menosprezado como factor grave de desequilíbrio da personalidade. A persistência de ruídos indesejáveis, a promiscuidade devida ao chinfrim da vizinhança, a estridência dos motores omnipresentes em meio urbano, enfim, o barulho da multidão, provocam uma cacofonia que nos impede de abrandar o nosso ritmo obsessivo, de reflectir tranquilamente e muitas vezes até de adormecer. E quem pode ser feliz às voltas na cama com uma insónia?

Quanto aos *engarrafamentos*, parece que são um mal inevitável enquanto formos «carro-dependentes». Mas o famigerado automóvel não é um objecto neutro. Enfiada no meu carro, isolo-me do mundo e sinto-me couraçada, apta a reagir *à violência* e mesmo *com violência*. Estou blindada.

A relação entre o aumento de fenómenos de violência e a taxa de «automobilização» podia dar-nos índices interessantes. Mas a situação actual é de total impotência: o carro invadiu todo o espaço público, mesmo aquele que de direito cabia ao peão. As principais vítimas são as crianças e os deficientes, para quem sair à rua se tornou numa ameaça de acidente.

Como é que eu posso ser feliz com um carrinho de compras que não posso transportar porque não cabe entre os buracos e os carros sobre os passeios? Como é que hei-de ser capaz de sorrir no meio desta selva que é apanhar um lugar livre para estacionar na minha cidade? Talvez a solução esteja em diminuir a presença dos carros, explorando o espaço subterrâneo e devolvendo a rua às pessoas. Mas quem está disposto a ser o primeiro a renunciar à pretensa facilidade (ou «felicidade») do carro à porta?

A *poluição* que nos afecta não é certamente comparável à de Tóquio ou à do Cairo. Mas a acumulação de lixo e entulho de obras, em certas zonas da cidade, o grande desleixo que paira sobre a generalidade dos espaços públicos, a inconsciência com que se deixaram destruir panorâmicas ou edifícios pitorescos desta cidade, tudo isso contribui para uma poluição estética, visual, que nos agride insidiosamente.

Como posso ser feliz a atravessar os escombros do Saldanha?

Finalmente a *solidão* no meio do anonimato urbano afecta com enorme severidade largas camadas da população a quem faz perder capacidades de generosidade e partilha que se desperdiçam por falta de destinatário.

Num mundo em que a solidariedade volta a ser um valor em alta, a solidão é um escândalo: certamente que muitos dos chamados «males sociais», deste a toxicodependência à mais banal depressão ou «fossa», começam e acabam nesta impossibilidade que alguns têm de derrubar os altos muros com que a cidade os foi isolando dos seus semelhantes.

Helena Roseta

Dir-me-ão que estou a omitir questões fundamentais: o direito à casa, ao emprego, ao ordenado compatível, à saúde, ao ensino, à cultura... Tudo isso é verdade! Mas se essas carências estiverem satisfatoriamente resolvidas *a felicidade não sobreviverá por acréscimo.*

Não há felicidade possível sem um mínimo - ou talvez um máximo - de harmonia. Por isso a luta pelo direito à felicidade será sempre mais que o combate pela concretização de todos os outros direitos. Àqueles que estão empenhados em definir programaticamente o tal «direito à felicidade» deixaria, pela minha parte, uma sugestão: defender a qualidade de vida em meio urbano, declarar guerra às infelicidades, exigir o respeito por aquilo a que venho chamando de «direitos urbanos».

Com um pouco mais de espaço, de silêncio e de beleza à nossa volta, não estaria mais ao nosso alcance a felicidade?

Cartoon de Pedro Palma

Um exclusivo Faces of the World/DL @ 1990

OS SUDETAS, O SARRE E AS RETICÊNCIAS DE KOHL

Finalmente, o chanceler Kohl reconheceu a legitimidade das actuais fronteiras da Polónia. Para os optimistas, este gesto trata-se de indicação suficiente para não se pensar que, no futuro, a Alemanha não vai querer empurrar a fronteira com a Polónia para lá dos sudetas. Para os pessimistas, tudo está em aberto, desde pressões negociais sobre Varsóvia até futuras atitudes mais agressivas, tendo em conta a forma como Hitler já havia rasgado os acordos sobre esta disputa firmados pela República de Weimar.

A formulação da declaração de Kohl está longe de ser tranquilizante. Ao dizer que só o Parlamento de uma Alemanha reunificada pode assumir o compromisso do reconhecimento formal das actuais fronteiras, Kohl está a adiar. Ou antes: a ganhar tempo. E já se fizera esperar até se referir às fronteiras...

Este caso é, para já, exemplar.

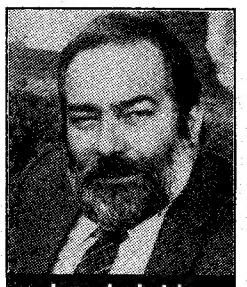
Dele se pode extrair a evidência da importância das disputas étnicas e territoriais que têm permanecido adormedidas na Europa Central e Oriental. Mas por ele se vê que os velhos fantasmas são fáceis de serem ressuscitados e que latentes permanecem todos os antigos medos, ódios e angústias naquela área do continente.

Foram estes fantasmas que dominaram e distorceram toda a política europeia no período entre as duas guerras e desde que há meses os comunistas perderam o poder que mantinham, verifica-se que estes velhos antagonismos e disputas permanecem, e que são bem capazes de se constituir num factor de desestabilização mais importante e grave do que a questão ideológica.

A Europa já provou, em particular no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, que estes conflitos podem ser contidos e minimizados.

Com grande coragem política, a França foi capaz de aceitar a Alemanha como sua parceira económica e aliada militar. Poucos hoje se lembrarão das deselegantes formas que a disputa sobre o território do Sarre assumiu e a brilhante criação do Mercado Comum acabou por fazer esquecer. A política de reconciliação europeia processou-se, todavia, é bom que se recorde, num clima de medo e desconfianças e bom será, igualmente, que se não esqueça a decisiva contribuição da Alemanha para este esforço e para a consolidação e progresso da Europa Ocidental tal como hoje a conhecemos.

Ao pensarmos que hoje será, de novo, a Alemanha a ter um papel fundamental no que vier a ser a nossa Europa Central, temos sinceramente de desejar que, por qualquer ironia do destino não sejam as questões nacionalistas e as disputas fronteiriças que venham a ensombrar o momento em que, neste século, toda a Europa está mais próxima de alcançar a paz, a prosperidade e a liberdade.



Joaquim Letria

O IMPÉRIO DOS FINS

Cai uma forte suspeita sobre uma figura pública com algum poder. É caso nos jornais. Quando o silêncio da RTP já dura há tempo de mais, levam-na aos estúdios, põem-na em frente da câmara para que a gente «ajuize» através do ecrã. É de novo a vez dos jornais: «*venceu mas não convenceu*». Depois, virão, ou não, os tribunais que hão-de apurar a «verdade». É esta uma história corrente na política que hoje temos. São histórias que o poder nem sempre manobra bem e gostaria quase sempre de evitar. «*Venceu mas não convenceu*» quer dizer que o «público» do espectáculo político ficou na mesma, mas que o senhor (ou senhora) que estava na berlinda fez boa figura: preparou-se (ou preparam-no) bem, não se deixou desarmar, as suspeitas não se fizeram certezas. Entretanto, o «público» ficou, ele, desarmado. E a ideia de que é possível «*vencer sem convencer*» vai-se instalando e banalizando.

Vencer sem convencer

E, por sinal, tem sido esta a característica mais marcante dos recentes actos do primeiro-ministro, do Governo, da «sua» maioria. Cada medida, cada proposta, cada declaração aparece como um hino à «eficácia» de uma «maioria absoluta», triunfante, porque *nem precisa de convencer para vencer*. Executivo e «seus» deputados tudo se permitem, dentro da maior legalidade, como quem atira à cara de todos os outros: para quê o trabalho de convencer, que é coisa que faz perder tempo e até diminui a eficácia?, que é isso de convencer, se não se vence?

Dito de outro modo: a democracia é uma figura de retórica. Em linguagem comum, dá-se a este tipo de práticas nomes como *prepotência, autoritarismo* — conceitos que só com muito boa vontade, ou em situação de desespero, são conciliáveis com essa tão apregoada «*democracia*»... É precisamente nessa indiferença soberana em relação ao que os outros pensam e querem — mais próximos ou mais distantes — nessa falta de vontade em convencer quem quer que seja (por se considerar coisa inútil), nesse «império dos fins» onde à partida tudo está ganho — o que até faz perder o gosto pelo próprio jogo de assembleia (mesmo na sua actual faceta de combate de máscaras) — que se reconhece, sem mistura, o terreno do tal «totalitarismo» a que os nossos governantes se dizem totalmente estranhos...

As últimas alegres fugas para a frente que o nosso PM vai impulsionando e encarnando, com uma satisfação de galarote com o País no papo, revela que estamos numa fase bem mais adiantada do que há uns tempos atrás da concretização de um ideal de País constituído por uma corte de *yes-man* e uma massa de indivíduos, classificados ou não em partidos, que tem a liberdade democrática de discordar «em sede própria», com a segurança que dá o saberem que falarem eles ou chiar um carro é exactamente a mesma coisa: que é isso de Oposição?, que é isso de Sindicatos?, que é isso de grupos parlamentares?, que é isso de cidadãos?

Autoridade à altura

A «eficácia» (legislativa) com que este modelo tem vindo a ser aplicado, legitimado sempre por esse cartão de garantia que é a «maioria do povo votou em nós», contadas que foram as cabeças em 87, tinha que incluir — e é nessa que estamos agora — uma ofensiva em relação à Comunicação Social. É que, mesmo nos poucos casos em que os jornalistas não são comunistas, é gente regra geral abelhuda e é sempre preferível que o jornalista diga que o poder «*venceu porque convenceu*».

Na impossibilidade de ter uma Comunicação Social sem jornalistas — o ideal — não resta outra solução ao PM: lança mão do seu descarado controlo.

É assim que a maioria democraticamente eleita, surda a essa outra figura de retórica que é um sindicato, alheia a esses estranhos direitos que são os de informar e de ser informado, extingue os Conselhos a que o cidadão podia recorrer e, cuja composição não garantia (antes impossibilitava) a desejada função de correia de transmissão do Governo para quem liberdade de expressão, direito de resposta, deontologia profissional são outras tantas figuras de retórica. Substitui-os então por uma «Autoridade» — a própria designação é significativa — tão Alta como a Alteza que o seu criador aspira a ser: 3/4 dos agentes dessa Autoridade (designados directa ou indirectamente pelo Governo) e o restante 1/4 (cooptado pelos mesmos), todos devidamente «representativos» (que não «representantes») e devidamente sentados durante 4 anos em altas cadeiras de espaldar, presididos por um impoluto magistrado, passarão, com completa autonomia, a dizer, entre outras coisas, quem tem onda disponível e quem não tem, quem tem canal à disposição e com que número de ordem, etc...

Eduarda Dionísio

Estado de privilégio

Isto — e ainda o mais que está para vir — porque, se Cavaco, neste momento, não precisa, nem se dá ao trabalho de *convencer* (nem os próprios correligionários) *para vencer*, sabe que já foi obrigado a passar por essa e que não está livre de voltar a passar.

Houve tempo em que, para vencer, teve que convencer. Convenceu na Figueira da Foz e convenceu em 87. Venceu então, numa irrupção de candidato cuja «democracia» se materializou na fabricação de uma base de apoio que ainda hoje lhe serve para não precisar de convencer ninguém.

Já na Revisão Constitucional não parecia preocupado em convencer quem quer que fosse, mas ainda teve que praticar essa «democracia da negociação» que pressupõe que há outros que querem outras coisas. Venceu o negócio, com as ajudas que se sabe, e é essa a vitória que lhe permite hoje vencer com os únicos votos do seu partido, quando não é com o seu único voto imposto aos «seus» deputados... E é assim que hoje pode dar-se ao luxo de defender meio canal para a Igreja, essa especialista em *convencer* na qual o PM delega um trabalho menor em tempos de pousio, dizendo, com os que defendem um canal inteiro, que a Igreja tem «privilégios».

Penso que desde a Revolução Francesa, pelo menos, poucos têm sido os homens de Estado de regimes democráticos que não se têm esforçado para não usar tal argumento na imposição da sua vontade. Costumam ser mais moderados, falar em «direitos» e na necessidade de combater os privilégios... Cavaco, pelo contrário, e seus pares (e ímpares), nesta fase aguda do «*vencer sem convencer*» com rapidez e em força, vão deixando pelo caminho os vernizes dos cursos acelerados de democracia: para eles, o privilégio (de alguns) deve mesmo existir, ser defendido e reforçado — o da Igreja Católica através de um canal (ou meio canal), os dos deputados e ministros, através de vencimentos especiais (e outras benesses e facilidades), os dos filhos dos matrimónios «legítimos», através de «direitos» que os outros não têm... As leis aí estão. Democraticamente aprovadas. E o problema é este: quando deixarmos de nos contentar com desabafos e com a procura dos consensos nacionais, os instrumentos da democracia foram-se. Não haverá Conselhos, haverá Autoridades. Não haverá Direitos, haverá Privilégios.

POLÍTICA

Ninguém quer suceder a Freitas do Amaral

Líder do CDS diz que a sua vida política acabará no congresso caso não ganhe com os votos de dois terços dos delegados

Basílio Horta ainda não avançou, Manuel Monteiro alega não haver razões para «o professor» abandonar o barco, Krus Abecasis defende que a estratégia do partido não deve fundar-se em acordos com outras forças políticas, Gomes de Pinho admite a hipótese de aparecer um novo partido e Freitas do Amaral tem, constantemente, a «extensão ocupada». O homem que está em causa no CDS falou a todos os órgãos da Comunicação Social na passsada semana, remetendo-se ao silêncio nos dias que antecedem o congresso que traçará o seu destino partidário a médio prazo. Conclusão que sem grande esforço se poderá extrair da fase de pré-congresso dos democratas-cristãos: todos querem Freitas do Amaral como presidente centrista, ninguém lhe quer suceder. Ou, pelo menos, todos querem que Freitas não deixe o CDS. Ninguém assume, mas parece claro aos olhos dos observadores que não haverá candidatos à presidência do CDS até ao próximo sábado, segundo dia dos trabalhos.

Basílio Horta não comenta as referências que lhe são feitas quanto à hipótese de avançar com uma lista própria, caso Freitas do Amaral - se não reunir os dois terços dos delegados que exige para presidir ao partido, incluindo todas as «sensibilidades» - venha a desistir. Neste momento, Basílio Horta quer que «a nossa moção - sua e de Freitas - tenha o maior número de votos possível». Garante que o congresso do CDS será de «festa e vitalidade» e considera que a avalanche de delegados desvinculados é salutar. «É sinal de que as coisas não foram combinadas», atalha.

«Não vamos deixar cair o professor, só se ele não quiser», afirma, por seu turno, Manuel Monteiro», defendendo a sua (e de Ricardo Vieira) moção. «Não há nada nela que o possa impedir de governar o partido», acrescenta, acenando com a necessidade do partido debater ideias e não pessoas.

De passagem, adverte que se a moção de que é co-autor for aprovada e caso Freitas do Amaral desista, terá que ser consequente e «encontrar uma solução, pois somos um conjunto de pessoas com que o CDS e a direita podem contar para conquistar o eleitorado que perdemos para Cavaco Silva. Temos que retirar a Cavaco o que é nosso», lembra. «Sempre dissemos que não éramos contrários à liderança do professor Freitas do Amaral, mas somo-lo, isso sim, em relação ao seu discurso e estratégia», acrescenta Manuel Monteiro, segundo o qual «o CDS não cairá na rua, caso Freitas do Amaral se vá embora». Decidido, da sua parte, é que a sua moção não será retirada.

Freitas colocou o seu futuro nas mãos do partido

Carreira acaba se não ganhar

Estar ou não estar à esquerda do PSD é um problema não apenas para o presidente centrista (que prevê uma «dura punição» para o cavaquismo em 1991), mas para os próprios dirigentes e militantes do partido. Narana Coissoró e Manuel Monteiro travaram há dias acesa polémica sobre o assunto, tendo o primeiro acusado o segundo de não haver acolhido a decisão dos democratas-cristãos receberem - como receberam - a Intersindical.

Freitas, por seu turno, sustenta que o «cavaquismo» roubou votos ao CDS que este terá de recuperar, não podendo repetir o tipo de alianças que fez com os sociais-democratas, em muitos casos isoladamente, nas autárquicas de 17 de Dezembro.

A grande dúvida de Freitas - ganha ou não o congresso? - fica em suspenso até sábado, quando as moções forem votadas. «Se não ganhar com a maioria que pretendo, a minha carreira política acaba aí», disse o professor.

Para que não haja dúvidas sobre a sua determinação quanto á liderança do CDS, Freitas do Amaral aumentou o seu rol de exigências nos últimos dias. Uma delas é a resolução do problema financeiro do partido. Recusanso a ideia de que apenas procura um pretexto para abandonar a liderança do seu partido, Freitas admite que poderá encontrar fora da política a felicidade que esta, por vezes, lhe tem recusado

Júlio Rodrigues

B R E V E S

Deus Pinheiro fala do Leste e pede clemência

O ministro dos Negócios Estrangeiros fez hoje, em conferência de Imprensa, uma exposição sobre o seu recente périplo pelos países do Centro e Leste da Europa e sobre os contactos que manteve com as respectivas autoridades. Deus Pinheiro abordou igualmente os objectivos da reunião que 30 ministros europeus realizarão, em Lisboa, na próxima semana. Noutro contexto, o Conselho da Europa enviou ao presidente do Iraque um pedido de clemência para o jornalista Farzad Bazoft , condenado à morte sob acusação de espionagem.

Santana Lopes e Sampaio discutiram de Lisboa 1994

O secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio reuniram-se com o intuito de discutirem, em conjunto, a preparação das acções para quando Lisboa for a Capital Europeia da Cultura, em 1994. Entretanto, na reunião de hoje do executivo municipal lisboeta será discutida uma proposta do vereador Machado Rodrigues no sentido de revogar um edital de 1986 que regulamentava a ocupação da via pública sobre o estacionamento privativo. Deverá ser discutido um novo conjunto de normas para este tipo de estacionamento.

Cavaco recebeu patrões

O Conselho Nacional das Empresas Portuguesas (CNEP) esteve reunido ontem com o primeiro-ministro, Cavaco Silva para se «apresentar oficialmente». No encontro, os representantes da CNEP abordaram a questão das indemnizações. Sobre o assunto disseram: «Já ouvimos muitas promessas, seria bom se a lei fosse aplicada».

PCP e Inter discutem questões económicas

O crescimento dos salários, os conteúdos da negociação colectiva e a protecção dos direitos dos trabalhadores foram alguns dos pontos ontem abordados entre a CGTP e o PCP, num encontro marcado pela sintonia de posições.

PSD/Açores prepara congresso regional

A marcação da próximo congresso do PSD/Açores e a aprovação do seu regulamento são assuntos em agenda para o conselho regional do partido que decorre, no próximo fim-de-semana, na Horta. Prevê-se na reunião deste órgão social-democrata alguma polémica, pois pela primeira vez na história do PSD/Açores estarão em confronto teses contraditórias lideradas por Mota Amaral e Álvaro Dâmaso.

Convenção do PRD

Lilaia preside à Comissão Organizadora

Carlos Lilaia, membro da Comissão Directiva do PRD, foi ontem à noite designado para presidir à Comissão Organizadora da Convenção Nacional do partido, a realizar nos dias 22, 23 e 24 de Junho, em Lisboa, Santarém ou Tróia. Uma estrutura executiva e outra técnica, constituídas por cinco ou seis elementos, vão ser também nomeadas para assegurarem os trabalhos e a logística da organização.

«Vamos levar o PRD para a frente, com mais força e com mais renovação», assegura Lilaia, que diz também existirem já «elementos muito positivos» nessa perspectiva de renovação do PRD, tendo em vista a próxima Convenção.

Sobre a possibilidade de eventuais alterações de posicionamento do PRD, Carlos Lilaia refere que só a Convenção o dirá, mas sublinha, no entanto, que está a notar um interesse muito grande na discussão destes aspectos.

«O que era útil para o PRD era que esse debate se intensificasse e que, inclusivamente, pudessem aparecer várias listas candidatas à liderança do partido». Interrogado sobre a possibilidade de aparecer uma lista encabeçada por Hermínio Martinho, Lilaia, com disfarçada ironia, remeteu a pergunta para o ex-presidente do PRD, salientando que a sua posição, no âmbito dos trabalhos preparatórios da Convenção, era tentar auscultar os potenciais candidatos e também, «dentro de uma certa perspectiva de isenção» proporcionar a todos iguais possibilidades.

Pedro Canavarro segue hoje para Estrasburgo e após o seu regresso, na sexta-feira, terá um novo encontro com Ramalho Eanes, na sequência do almoço que os reuniu na segunda-feira. Segundo o presidente do PRD o encontro terá como finalidade discutir o posicionamento do Ramalho Eanes face à Convenção.

CDU não está por ora em questão

«Verdes» e PCP encontram-se poucas vezes

«'Os Verdes' e o PCP encontram-se poucas vezes», mas isso não é razão, pelo menos por ora, para que se admita que haja problemas no seio da Coligação Democrática Unitária. «Ambos os partidos se queixam que nem sempre o relacionamento se faz quando é necessário, mais vezes», afirmaram dirigentes daquele partido ecológico ao «DL».

Herculano Pombo e Isabel Castro salientaram não haver «dados novos que indiciem que a CDU não seja um espaço de convergência», mas o deputado dos «Verdes» também admitiu haver «mais espaço de confronto», em parte porque ambos os partidos - «Verdes» e PCP - se encontram poucas vezes. O deputado sublinhou, contudo, que este tipo de coligações não é «estático e imutável» e que «esta estratégia não vai durar cem anos».

Herculano Pombo desmentiu notícias vindas a lume a esse respeito, à semelhança da postura dos «Verdes» sobres as presidenciais, que, segundo ele, não correspondem à verdade. «Nem sequer abordei essa questão», disse relativamente à Coligação Democrática Unitária.

O Conselho Nacional dos «Verdes» poderá indicar já no dia 1 de Abril um dos cenários que este partido ecológico traçou relativamente às eleições presidenciais - admitiu ontem Herculano Pombo ao «DL». «O debate está aberto e todas as hipóteses são possíveis«, acrescentou aquele deputado, durante a conferência de Imprensa em que esclareceu as dúvidas levantadas, nos últimos dias, com esta questão, bem como posicionamento do Partido Ecológico Verdes/PEV no quadro da CDU.

«Os Verdes» debateram na última reunião da Comissão Executiva as próximas eleições presidenciais, mas só no dia 31 deste mês, ou no primeiro de Abril próximo, poderão tomar posição de fundo sobre a questão. No Conselho Nacional, marcado para a Serra da Estrela, será abordada a forma de participação do PEV no referido acto eleitoral. As próximas iniciativas dos «Verdes» foram avançadas na reunião com os jornalistas, na Casa de Imprensa, por Isabel Castro, que preside ao Conselho Coordenador dos Partidos Verdes da Europa. Um projecto de lei sobre a criação do promotor ecológico e outro referente ao acesso dos cidadãos aos dados da administração relativos ao ambiente, deverão ser agendados ainda este mês.

Entretanto, o colectivo de coordenação do dos «Verdes» no Porto reafirmou o seu «apoio a uma amnistia para todos os implicados no 'caso' FUP/FP-25». Em comunicado ontem divulgado na capital nortenha, os ecologistas do Porto consideram a situação dos arguidos «injusta», porque a maioria «já ultrapassou em cerca de dois anos o limite legal de prisão preventiva», salientando que «em todo este processo há dois pesos e duas medidas».

BOCA DE CENA

Maioria sem fissuras quanto à lei da televisão

Afinal, as expectativas sobre o comportamento da bancada do PSD na votação da lei da televisão saíram totalmente frustradas. Eles bem reclamaram, bem assinaram moções e muito discutiram com o ministro Couto Santos: mas, ontem, todos votaram de pé a favor da abertura da televisão à iniciativa privada, segundo o modelo proposto pelo Governo.

Para já, tratava-se só de aprovar a lei na generalidade e a proposta do Governo apenas contou com os votos favoráveis da bancada da maioria. PS, CDS e PRD abstiveram-se e o PCP votou contra. Foi igualmente aprovado o projecto socialista sobre a mesma matéria, pelo que ambos os diplomas serão agora moldados na Comissão, quiçá mais ao gosto dos contestatários e da Igreja.

O projecto do PS passou devido à abstenção do PSD. Os únicos votos contra vieram do CDS. Já não passou, porque a maioria não quis, um requerimento do Partido Comunista no sentido de serem convocadas audiências da Comissão com as organizações de trabalhadores do sector, durante o debate na especialidade.

Muitas dúvidas da Comissão sobre o Estatuto de Macau

O Estatuto Orgânico de Macau começou ontem a ser debatido na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais tendo vários deputados manifestado reservas de fundo quanto às insuficientes garantias dos direitos e liberdades individuais contidas no projecto.

O texto fora aprovado na Assembleia Legislativa daquele território sobre administração portuguesa e sujeito, posteriormente, à apreciação do Conselho de Estado. Ontem efectuou-se a primeira sessão do debate na especialidade travado conjuntamente por membros da Assembleia da República e por uma delegação de deputados macaenses.

Segundo informações recolhidas pelo DL, o debate continuará hoje porque a larga maioria dos parlamentares da primeira Comissão ainda não conhecia o texto em pormenor. Por isso mesmo, a intervenção de fundo foi assumida por Almeida Santos, do PS, tal como a exposição das dúvidas principais oferecidas pelo documento: o deputado socialista já participara na reunião do Conselho de Estado expressamente convocada pelo Presidente da República para apreciar o Estatuto Orgânico de Macau.

Não obstante as divergências conhecidas entre o projecto aprovado em Macau e os requisitos exigidos pela Comissão Parlamentar especializada, o deputado macaense Rui Afonso disse esperar que se chegue a acordo «durante esta semana». Para isso e se for necessário uma terceira reunião foi já marcada para amanhã.

Ainda segundo informações recolhidas pelo nosso jornal, junto de um dos membros da Comissão, a Assembleia da República dificilmente aceitará a concentração de poderes no Governador, prevista no projecto e susceptível de «limitar na prática o exercício dos direitos e liberdades individuais».

Só o PCP contestou adesão à UEO

A Assembleia da República ratificou ontem, por larguíssima maioria, o protocolo de adesão de Portugal à União da Europa Ocidental (UEO). Apenas a bancada comunista, Verdes incluídos, se opôs à ratificação do documento, assinado em Novembro de 88 pelo nosso País, juntamente com a Espanha.

As reservas do Partido Comunista, expostas por João Amaral e José Manuel Maia, centraram-se na diferente situação de facto existente hoje na Europa e relativamente à época em que o Governo português decidiu aderir à UEO. Esta estrutura tendencialmente militar mas, na prática, limitada a forum de debate e coordenação das questões da defesa europeia, já teria hoje pouca razão de ser, segundo a opinião dos porta-vozes do PCP.O Governo fez-se representar pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, cujas teses foram genericamente sustentadas por Ângelo Correia, do PSD, Adriano Moreira, do CDS, e Miranda Calha e Eduardo Pereira, do Partido Socialista.

Regiões Autónomas têm desconto na sisa

Apoio unânime nos votos e apenas algumas dúvidas de princípio levantadas pelo PRD rodearam as propostas de lei das Assembleia Regionais da Madeira e dos Açores para ser aplicado um desconto de 35 por cento no imposto de sisa cobrado nas Regiões Autónomas.

Depois da acção popular e do referendo

PS avança no Parlamento com o direito de petição

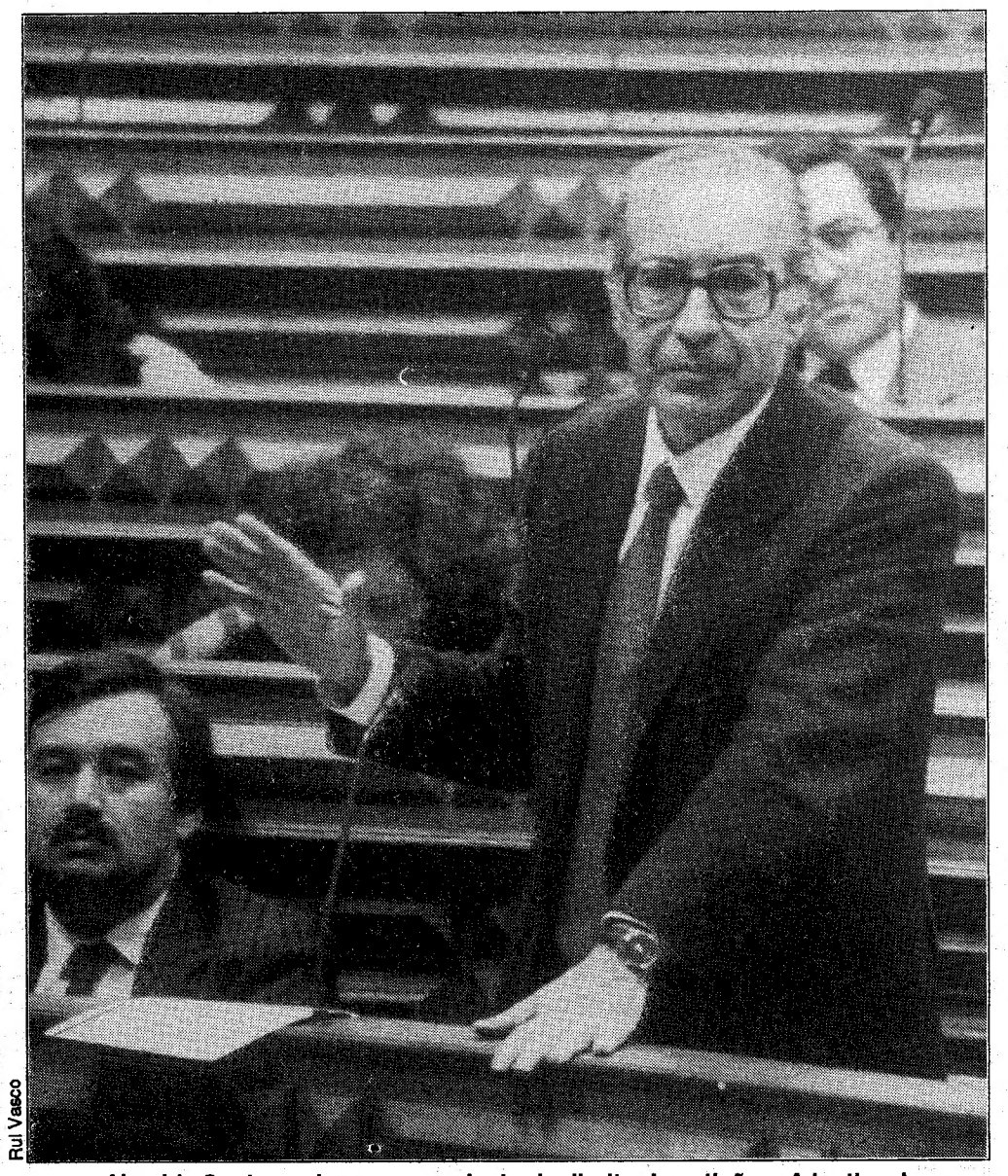
Mil assinaturas bastam para sujeitar a debate em plenário qualquer reclamação ou queixa apresentada por um grupo de cidadãos, à Assembleia da República, em defesa da Constituição, das leis, do interesse geral ou de interesse próprio, se o projecto do Partido Socialista sobre o exercício do direito de petição reunir apoios maioritários no Parlamento.

O autor material do projecto, ontem apresentado publicamente em S. Bento, é o deputado Almeida Santos e com ele os socialistas completaram o ciclo legislativo decorrente da última revisão constitucional visando tornar efectivos direitos individuais novos ou assumir iniciativas até agora vedadas pela Constituição da República. Compreendem-se, no primeiro caso, este direito de petição, a acção popular e o referendo e, no segundo, as privatizações, a abertura da televisão à iniciativa privada, com o seu apêndice da Alta Autoridade para a Comunicação Social, a administração aberta e o direitos dos cidadãos face à informática.

«Trata-se de estimular a participação directa e activa dos cidadãos na vida política, como prevê a Constituição», comentou Almeida Santos este último dos seus três projectos de defesa dos direitos individuais.

Para o deputado socialista, a intervenção política dos cidadãos não se deve esgotar no estatuto da representação, isto é, votar em quem nos represente e esperar por novas eleições para punir ou premiar os representantes eleitos.

Os mecanismos de representação democrática, em que assentam os Estados modernos, menorizaram o direito de petição que, durante séculos, «funcionou como instrumento privilegiado de demanda de justiça do súbito em face do Rei», como recorda o preâmbulo do projecto socialista. E se é impossível, hoje, «reunirmo-nos todos numa praça para fazer as leis» na expressão de Almeida Santos, também se reconhece o avolumar da insatisfação individual face às insuficiências dos mecanismos representativos e em particular perante os abusos do poder e da Administração.



Rui Vasco

Almeida Santos sobre o seu projecto de direito de petição: «A justiça dos pequenos casos tem de ser cada vez mais valorizada».

A nostalgia da democracia directa

Daí o renascimento de «uma certa nostalgia da democracia directa», apontada pelo Partido Socialista como justificativa da revalidação do direito de petição, primeiro, no texto constitucional e, agora, nesta iniciativa legislativa.

O direito de petição está particularmente vocacionado, segundo o projecto do Partido Socialista, para a identificação de leis organicamente inconstitucionais ou de casos de inconstitucionalidade por omissão; para a denúncia da violação de direitos fundamentais; para levar ao conhecimento das entidades competentes casos de desrespeito das leis; para denunciar anomalias dos serviços públicos e apresentar propostas para a sua melhoria; para exigir a desburocratização e a humanização da administração pública e para invocar um simples direito subjectivo ou um interesse pessoal directo e legítimo.

Pode ser apresentado individual ou colectivamente à Assembleia da República, que já criou uma Comissão exclusivamente reservada à apreciação das queixas e reclamações e ao seu encaminhamento. Em certa medida, muitas das queixas que a Assembleia vai passar a receber, logo que se torne operacional este direito de petição, eram até agora genericamente encaminhadas para o Provedor de Justiça. A novidade é que o trânsito parlamentar lhes dá uma força acrescida resultante dos poderes conferidos à Comissão de Petições, nomeadamente o de determinar a audição do peticionante, levar a questão a plenário--se for apoiada por mil assinaturas--fazer recomendações legislativas aos grupos parlamentares e às outras Comissões especializadas, remeter as reclamações para o Governo, a Polícia Judiciária, o Provedor de Justiça ou a Alta Autoridade contra a Corrupção, conforme os casos, ou até desencadear inquéritos parlamentares.

O projecto socialista exclui do âmbito do direito de petição o recurso aos tribunais, assim como reserva para legislação especial o exercício do direito de queixa perante o Provedor de Justiça, bem como as queixas das organizações de moradores perante autoridades locais, sobre interesses administrativos dos moradores.

Governo atrasado uma vez mais

A apresentação desta sua última iniciativa, decorrente do novo texto constitucional, foi aproveitada pelo líder parlamentar do PS, António Guterres, para destacar «o atraso do Governo no desenvolvimento dos novos direitos constitucionais».

Guterres acentuou que só na lei das privatizações e na Alta Autoridade para a Comunicação Social o Partido Socialista seguiu a iniciativa do Governo. «Nos outros seis textos de incidência constitucional--comentou--o Governo ou não compareceu, como foi o caso da acção popular, ou chegou atrasado à Assembleia da República com as suas propostas, como aconteceu com a abertura da televisão à iniciativa privada».

O líder parlamentar socialista admitiu que, mais tarde ou mais cedo, a proposta governamental do referendo «há-de aparecer na Assembleia», tal como a da informática; mas desafiou o Grupo Parlamentar do PSD e os ministros «a apressarem o passo e a trabalharem» para corresponderem ao esforço legislativo dos deputados socialistas.

Este apelo à iniciativa governamental foi, no entanto, moderado por Almeida Santos ao comentar dúvidas de jornalistas quanto ao número de assinaturas bastante para levar as petições a plenário.

«A nós pareceu-nos que mil é um número razoável. Mas se o Governo entender que não, também não venha com a exigência de 50 mil, por exemplo. Seria o mesmo que dar com uma mão para tirar com a outra».

Daniel Reis

POLÍTICA

PCP quer tornar Quinta da Atalaia espaço cultural permanente

A 14ª edição da Festa do «Avante!» será a primeira em terreno do partido

1990 será o «ano zero» da «nova» Festa do «Avante!», marcada para entre 7 e 9 de Setembro. Motivo: pela primeira vez a grande iniciativa política e cultural do órgão oficial do PCP vai realizar-se em terreno propriedade do partido, a Quinta da Atalaia, na Amora.

Ontem, os comunistas promoveram uma visita guiada à quinta, adquirida há mais de seis meses, com o objectivo de «apresentar» o espaço, mais do que a festa, ainda em esboço. O PCP não quer usar a Atalaia apenas uma vez por ano - tem consciência da necessidade de rentabilizar o investimento feito no terreno.

Fechado o ciclo das festas do «Avante!» marcadas pela provisoriedade - FIL, Jamor, Ajuda e Infantado, abre-se à organização o grande desafio: tornar os cerca de 25 hectares à beira do Tejo num espaço de fruição cultural e lúdica tanto quanto possível permanente. «Daqui ninguém nos tira!» é a palavra de ordem, ontem lançada por Dias Lourenço. O PCP dispõe-se a fazê-lo no mais estrito respeito pela ecologia de uma quinta que considera «um exemplo precioso de equilíbrio humanizado» na península de Setúbal. Já no próximo dia 7 de Abril organiza no local a primeira iniciativa, uma confraternização em que participa Álvaro Cunhal.

A Festa do «Avante!»/90 está desde já marcada por diversas vicissitudes, que a tornarão «mais simplificada do que as anteriores, sem sacrificar a qualidade». Em primeiro lugar, do ponto de vista político. O congresso extraordinário de Maio e os sufrágios presidencial e legislativo do próximo ano estão a mobilizar o partido, podendo vir a prejudicar o tradicional empenhamento dos militantes na festa.

Subsistem, paralelamente, problemas técnicos, no que toca ao aproveitamento do terreno e aos acessos. O carácter definitivo do espaço obriga à criação de condições para o potenciar, sem ferir as características ambientais. Nesta medida, uma parte do terreno, junto ao Tejo, não será utilizada. Os comunistas vão privilegiar o acesso por via fluvial, entre o Terreiro do Paço e o Seixal, complementado por uma *navette* rodoviária, capaz de assegurar rápida ligação à Quinta da Atalaia. As condições de aquisição da propriedade, em Setembro do ano passado, provocaram grande controvérsia. O PSD, sobretudo por iniciativa de Pacheco Pereira, levantou a suspeita de favorecimento da parte da autarquia seixalense. O deputado, então candidato à Câmara de Loures, acusou também esta edilidade de apoiar ilicitamente a realização da Festa do «Avante!» e levou o seu partido a abrir um inquérito parlamentar.

Após a derrota de Pacheco Pereira nas urnas, o inquérito quase caiu no esquecimento. Ontem, questionados pelos jornalistas sobre esta questão, os dirigentes comunistas foram peremptórios. «Não há problemas de transparência e isenção na compra desta propriedade», assegurou ontem Ruben de Carvalho.

Aquele membro do Comité Central considerou o inquérito «operação eleitoral do PSD» e evocou a tomada de posição da Associação Nacional de Municípios, que há alguns meses o caracterizou como susceptível de pôr em causa a independência do poder local democrático.

Paulo Martins

Soares felicita Pinto de Andrade

O Presidente Mário Soares endereçou uma mensagem de felicitações ao presidente da recém-proclamada Associação Cívica Angolana, Joaquim Pinto de Andrade, desejando-lhe «maiores êxitos na execução de tão importantes objectivos propostos», revelou, esta manhã em Luanda, ao «Diário de Lisboa», uma fonte daquela Associação.

Num texto de doze linhas, datado de 6 de Março, o Presidente português dirigiu-se directamente ao ex-presidente de honra do MPLA, afirmando estar ciente que a «personalidade de Vossa Excelência, com uma vida consagrada à luta em favor dos ideais da justiça, da liberdade e do pluralismo, será garante do contributo que a Associação prevê emprestar à paz, ao desenvolvimento e ao progresso do povo angolano. Com idêntico propósito, o secretário-geral do Partido Socialista, Jorge Sampaio, felicitou Joaquim Pinto de Andrade, convicto que o seu passado como combatente da libertação seja uma garantia na contribuição positiva para o progresso e liberdade do povo angolano».

A ACA formou-se em Luanda em fins de Janeiro, tornando-se na primeira organização não-governamental, nos quinze anos de independência de Angola, que defende «os direitos cívicos dos cidadãos». O seu texto de proclamação destaca que «os interesses da pessoa humana são superiores a qualquer outro tipo de interesses, nomeadamente os interesses políticos de Estado», propondo-se lutar por «um Estado de direito, uma pátria una e plural, de justiça social e liberdade».

Eleito por maioria absoluta para presidente da associação, Joaquim Pinto de Andrade, no discurso de proclamação, citando o falecido dissidente soviético Andrei Sakarov, sublinhou ser a dissidência saudável e necessária quando se quer construir a democracia».

A mesma fonte da ACA revelou-nos que «as peças do processo do seu reconhecimento foram entregues ao ministro da Justiça há cerca de um mês não havendo, até aqui, uma resposta positiva».

Por seu turno, Lopo do Nascimento, membro do Comité Central do MPLA, em carta endereçada à Direcção da ACA, sublinhou que ela «com coragem e determinação saberá levar a concretização dos seus objectivos». O comissário provincial da Huila foi o único membro da Direcção do MPLA a assumir tal posição, havendo conhecimento de que também Mendes de Carvalho, embaixador angolano na RDA, se conta entre os dirigentes defensores do reconhecimento da ACA pelas autoridades angolanas.

Joaquim Aguiar dos Santos

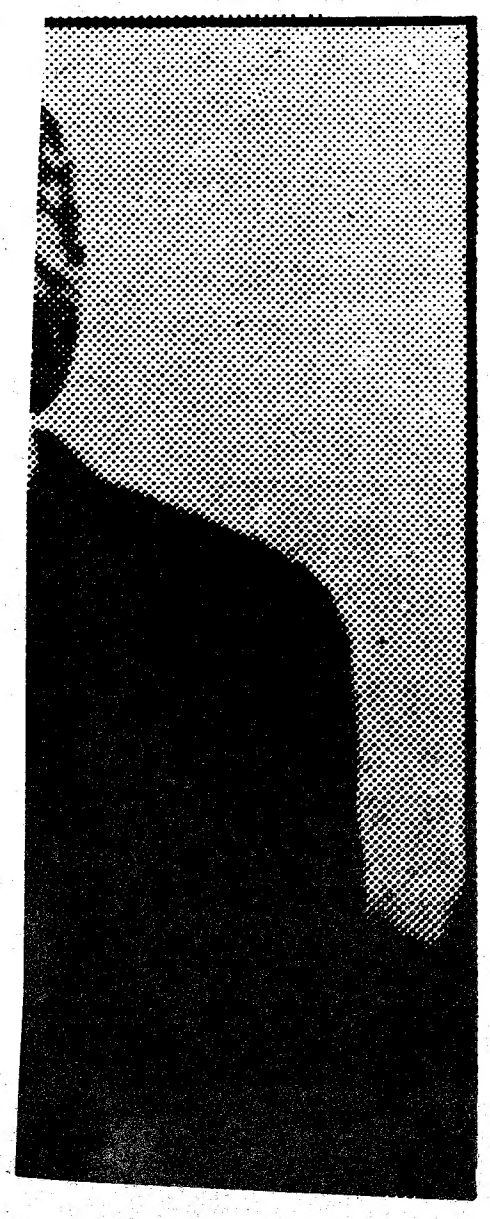
QUARTA-FEIRA, 14 MARÇO 1990

iário de

HÁ 125 ANOS QUE O PÚ

ANTENA 1990

nam
992



Nascemos h
Desde aí des
conhecimento

Aparecemos no ten
Há mais de 45 000
nhamos as mudan
mundo. Continua
página da informa
Somos o "Diário de

O PRESIDENTE iugoslavo, Janez Drnovsek,

QUARTA-FEIRA, 14 MARÇO 1990

Notíci

BLICO NOS CONHECE.

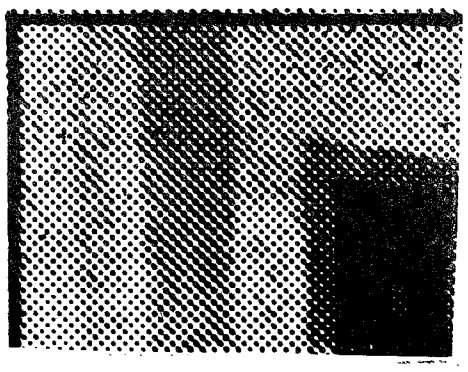
á 125 anos.
spertamos o
o do público.
npo da monarquia.
dias que acompa-
ças do país e do
mos na primeira
ação portuguesa.
e Notícias".

Coc

VEM O INVE
Sintra compli
seus serviços
no Verão, a
guns dissabo
çalves Costa
um grupo de
e dos quais n

«Não é a
acrescenta.
Pena, dizem
tam o palác
escapando-s

Mas, apes
bro não gar



Kosovo para manter conversações com as

INTERNACIONAL

Os EUA, face à garantia dada pelo Presidente Chissano, decidiram suspender a sua participação no processo de paz moçambicano. Pascoal Mocumbi adiantou que está tudo a postos e que "só falta fixar a data"

Diálogo Maputo-Renamo vai arrancar em breve

A participação dos Estados Unidos no processo de paz moçambicano foi suspensa por não ser necessária, neste momento, anunciou hoje o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen.

Em declarações à emissora norte-americana "Voz da América", Cohen disse que a participação dos Estados Unidos "neste momento não é necessária" e que "os medianeiros (os presidentes Daniel Arap Moi, do Quénia, e Robert Mugabe, do Zimbabwe) ficarão encarregados do processo".

Segundo Cohen, os EUA, com concordância de Moçambique, tomaram iniciativas no sentido de tentar aproximar o Governo de Maputo e os rebeldes da Renamo e de os conduzir a conversações directas, como missão de apoio e não de alternativa ao trabalho dos medianeiros.

"O presidente Chissano disse acreditar que chegou a altura para contactos com a Renamo. Nós saudamos esta boa notícia. O presidente Bush declarou que se pudermos fazer alguma coisa para assegurar que essas conversações se realizem o faremos com agrado, mas o presidente Chissano entende que os medianeiros são agora capazes de tomar conta do assunto", prosseguiu Herman Cohen. O responsável da administração Bush pela diplomacia africana afirmou, após uma reunião com o presidente moçambicano, Joaquim Chissano, que este parecia optimista quanto à possibilidade de as conversações directas com a Renamo serem marcadas dentro em breve.

Chissano, que hoje termina uma visita oficial de três dias aos Estados Unidos, anunciou ontem em Washington que o Governo moçambicano decidiu iniciar contactos com a Renamo.

"É só fixar-se a data"

O ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, declarou por seu turno à "Voz da América" que "para já não falta nada" e "é só fixar-se a data", escusando-se a discutir outros pormenores.

Um porta-voz dos rebeldes moçambicanos afirmou entretanto que a Renamo não recebeu qualquer proposta formal do Governo moçambicano para conversações directas.

Referindo-se às declarações de Herman Cohen sobre a suspensão, nesta fase, da participação dos EUA no processo de paz moçambicano, Pascoal Mocumbi, declarou que o seu Governo sabe que "pode contar com os Estados Unidos, sempre que precisar da sua participação numa fase precisa do processo que trará paz e estabilidade a Moçambique".

Ontem o presidente Chissano exortou os EUA "a não se pouparem a esforços enquanto a paz, a estabilidade e a prosperidade económica não forem alcançadas em toda a África Austral".

Redacção "DL"/Lusa

Eduardo dos Santos desilude oposição

O Presidente José Eduardo dos Santos adiou, pela terceira vez, a viagem de vários angolanos ligados aos «Democratas Independentes», a Luanda. Daniel Chipenda, embaixador de Luanda no Cairo, de passagem por Lisboa, e que no fim do ano passado convidou em nome do presidente angolano uma delegação daquele movimento a deslocar-se ao país, informou a delegação que, Eduardo dos Santos, por uma questão de agenda, só os poderia receber depois da independência da Namíbia. Eduardo do Santos parte hoje para o Brasil para assistir à tomada de posse de Collor de Melo, seguindo, dias depois do seu regresso a Luanda, para Windhoek onde tomará parte nas cerimónias de independência da Namíbia. Esta deslocação está a ser seguida com bastante expectativa, uma vez que vão estar reunidos grande parte dos chefes de Estado africanos assim como as partes envolvidas na solução do conflito angolano.

O convite enviado por Eduardo dos Santos aos «Democratas Independentes» destinava-se a discutir com o presidente angolano algumas aberturtas do regime de Luanda. O adiamento da deslocação a Angola, a poucas horas da partida para Luanda, provocou um certo mau estar entre as pessoas convidadas: Manuel Lima, José Gonçalves e Fausto Luz. A viagem dos «Democratas Independentes» a Luanda tem sido acompanhada por algumas manifestações de apoio de pessoas e movimentos dos mais variados países como o Egipto, o Senegal e as Maurícias, entre outros, defendendo a paz e a democratização do regime angolano.

Algumas destas questões, aliás, vão estar em debate numa conferência em Zambezi Falls, no Botswana, sobordinada ao tema «Democracia Desenvolvimento e Socialismo em África», com a presença de importantes figuras intelectuais africanas.

Redacção «DL»

Parlamento israelita vota amanhã moções de censura ao Governo

As atenções em Israel estão completamente viradas para o Knesset (Parlamento) onde, amanhã, se votarão nove moções de censura ao Governo de Shamir. Tanto os trabalhistas como o Likud afinam as estratégias internas, fazendo regressar todos os seus deputados no exterior e procurando estabelecer consensos com os pequenos partidos religiosos da oposição, para o confronto que amanhã se irá verificar no Knesset. Inclusivamente, não foram completamente cortadas as pontes de entendimento entre os dois partidos que até ontem formavam o Governo de união nacional.

Shamir encontra-se numa posição particularmente difícil uma vez que, internamente, a situação no partido é descrita como próxima da histeria, nomeadamente, devido à ala radical encabeçada por Yitzhak Modai, David Lévy e Ariel Sharon.

Este último demitiu-se recentemente do Governo por discordar completamente de qualquer compromisso com a OLP sobre os territórios ocupados da Cisjordânia e da faixa de Gaza.

A sua demissão foi interpretada pelos observadores internacionais como um autêntico ataque à liderança de Shamir, à frente do Likud.

Redacção «DL»

Bush disse a Chissano para não perder tempo

Do nosso correspondente em Washington

Os presidentes Joaquim Chissano e George Bush, durante o encontro que ontem mantiveram na Casa Branca

O presidente George Bush reafirmou, ontem, o apoio norte-americano às reformas políticas e económicas anunciadas pelo governo de Joaquim Chissano, mas advertiu o dirigente moçambicano e que não deve perder tempo.

Numa declaração proferida nos jardins da Casa Branca, junto ao pórtico sul, termo de mais de duas horas de conversações com a delegação liderada pelo presidente Chissano, George Bush citou um profeta para afirmar que «há apenas quatro coisas na vida que não podem ser recuperadas: a palavra proferida, a flecha depois de lançada, o tempo passado e a oportunidade perdida». Desconhece-se a que profeta terá Bush ido inspirar-se, mas restam poucas dúvidas de que Washington deseja que as autoridades moçambicanas passem, de forma expedita, das palavras às obras. Segundo disse Bush, Chissano tem todo o seu apoio para pôr em prática «reformas que reforcem direitos que são questões essenciais para a América: o direito a o voto e à propriedade privada; o direito à profissão de fé e o direito de ser livre». As mudanças levadas a cabo «têm mantido à tona o processo de paz de Moçambique», adiantou Bush, que, depois de reconhecer os «significativos passos dados para ultrapassar as divisões que ameaçam a nação», apelou para que «todas as partes dialoguem na primeira das oportunidades para assim evitarem um maior sofrimento».

Joaquim Chissano, por seu lado, revelou ter informado o presidente Bush «acerca da decisão do seu governo de entrar num diálogo directo com a Renamo, tão depressa quanto possível, e acerca das medidas já tomadas para pôr aquela decisão em prática». Outra afirmação a destacar da declaração final de Chissano, perante a Imprensa internacional: «As relações entre Moçambique e os Estados Unidos têm-se estreitado e expandido desde que o presidente Machel se reuniu, há cinco anos, com o presidente Ronald Reagan. E eu acredito, hoje, que acabamos de dar outro passo de gigante».

A menos que a realidade venha a provar o contrário, a robustez histórica com que Joaquim Chissano quis caracterizar esta sua segunda deslocação à Casa Branca, no espaço de dois anos, carece de fundamento. Vale, a propósito recordar que Machel veio a Washington no auge do reaganismo e que a sua «conversão» deixou até hoje por explicar, sobretudo aos republicanos conservadores, por que razão é que o comunismo em Angola era mau e o de Moçambique bom. Ora, desvaneceu-se, entretanto, o impacto do factor Machel e da sua surpreendente aliança com os EUA, quando todo o Terceiro Mundo tinha razões de sobra para amaldiçoar o «presidente *cowboy*».

Chissano esteve ontem na Casa Branca procurando um novo fôlego para as relações entre o seu país e América, num momento em que a evolução dos acontecimentos na África Austral nos podem fazer crer que Maputo perde valor estratégico, devido ao previsível fim do regime do «apartheid». Para alguns observadores, Washington não tem, apesar de tudo, dúvidas em apoiar Maputo. Mas, está impaciente por resultados que ponham fim à guerra civil, sorvedouro da ajuda económica e, porventura, alibi para alguma incapacidade de gerir o aparelho de Estado.

Filipe Vieira

Eleição deve ser hoje

Gorbachev presidente da URSS

O Congresso de Deputados do Povo da união Soviética, que em princípio deveria encerrar hoje os seus trabalhos deverá prolongar a sua duração, devido ao elevado número de emendas à Constituição. Na sessão que hoje decorre, deverá ser eleito o presidente da União Soviética, depois de ontem ter sido votada favoravelmente a proposta de um regime presidencialista.

O cargo de presidente da URSS, que era reclamado há já algum tempo pelo actual líder soviético, deverá ser ocupado pelo próprio Mikhail Gorbachev.

Também ontem o Partido Comunista da URSS abdicou oficialmente do monopólio estatal, ao fim de 73 anos de regime de partido único e admitiu a formação de novos partidos.

Os deputados soviéticos, nesta nova fase da perestroika, não deixaram, no entanto, de invectivar referências pouco elogiosas a Lenine, proferidas por Iuri Afanassiev. «Em Lenine não se mexe», foi a resposta dada a esse discurso.

Na sessão de hoje, a questão mais polémica a decidir é sobre se a eleição do presidente deverá ser de acordo com o proposto no projecto de lei aprovado, ou por sufrágio universal. O mandato é por cinco anos.

É previsível que sejam apresentados outros candidatos ao mais alto cargo do país, mas tudo indica que nesta árdua tarefa de democratizar o comunismo, Mikhail Gorbachev não tem concorrentes.

Ontem, o líder soviético ao intervir na sessão da manhã, caracterizou a decisão da Lituânia de se tornar independente como «ilegal e inválida». Frisou ainda que «não se pode nem falar» de negociações com a Lituânia. Em todo o caso, Gorbachev, que após a sua eleição disporá de amplos poderes de decisão, terá que encarar de frente as reivindicações dos países bálticos. Trata-se de uma questão que, uma vez que o uso da força está cada vez mais posto de parte, não poderá ser resolvida por simples imposição de decretos.

Uma das medidas adoptadas ontem pelo Parlamento soviético foi a abolição do artigo 6º da Constituição que assegurava ao PCUS o monopólio estatal

O presidente norte-americano, George Bush, disse ontem que os Estados Unidos não reconhecerão, por enquanto, a independência da Lituânia, proclamada pelo Parlamento da república, no passado domingo.

«Queremos acompanhar a evolução do controlo do território (lituano) e queremos também que esta questão seja resolvida pacificamente», disse o presidente Bush numa conferência de Imprensa em que anunciou a concessão de auxílios ao Panamá e à Nicarágua.

Os Estados Unidos reconheceram a independência da Lituânia, Estónia e Letónia, em 1922, e não aceitaram o pacto secreto de não-agressão de 1940, entre a Alemanha nazi e Estaline, que abriu caminho à anexação dos três territórios pela União Soviética.

Fontes oficiais assinalaram que Washington só reconhecerá a Lituânia se as negociações com Moscovo terminarem com a atribuição do estatuto de Nação-Estado àquela república báltica. «O reconhecimento diplomático - disse a porta-voz do Departamento de Estado, Margaret Tutwiler - ocorrerá quando o Governo (lituano) controlar efectivamente o território e poder assumir e cumprir compromissos internacionais». Enquanto isto, uma fonte oficial das Nações Unidas declarou que a Lituânia poderá entrar na ONU mas não terá direito a voto durante muito tempo.

De referir que o novo governo lituano não efectuou quaisquer diligências no sentido de ingressar nas Nações Unidas.

Redacção «DL»/Lusa/Reuter

Posse é amanhã

Bancos brasileiros encerrados à espera de Collor de Mello

O banco central do Brasil anunciou o encerramento de todos os bancos do país até ao próximo fim-de-semana. Esta medida precede um pacote de medidas económicas de emergência a ser anunciado pelo presidente eleito, Fernando Collor de Mello, que é empossado amanhã.

O porta-voz do banco central, Pedro Kleinberg, disse que o encerramento dos bancos foi decretado a pedido de Zélia Cardoso de Mello, a nova ministra da Economia, que também será empossada amanhã.

A medida surpreendeu o país, na medida em que Zélia Cardoso dissera na segunda-feira que "um encerramento dos bancos é absolutamente desnecessário".

Collor de Mello, o primeiro presidente eleito do país, em mais de 20 anos, prometeu reformas económicas ao estilo do mercado livre, para baixar a inflação e revitalizar a economia estagnada.

Pensa-se que o pacote económico do novo presidente será anunciado na sexta-feira de manhã, num discurso a transmitir pela televisão, para todo o país.

Correm rumores de que o pacote incluirá privatizações de empresas estatais, despedimento de grande número de funcionários públicos e cortes nas despesas, para equilibrar um défice orçamental equivalente a 31 mil milhões de dólares.

O novo governo brasileiro

Na cerimónia de tomada de posse de Collor de Melo estarão presentes 25 chefes de Estado, entre os quais o presidente português, Mário Soares.

Fernando Collor de Mello completou ontem o Governo que o irá acompanhar na sua administração.

Para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o futuro chefe de Estado do Brasil dsignou Francisco Rezec, até agora líder do tribunal superior eleitoral, deputado federal pelo Estado do Paraná.

Os restantes dez ministros, que tomarão posse amanhã, são: Justiça, Bernardo Cabral; Infraestrutura, Oziris Silva; Saúde, Alcini Guerra; Trabalho, António Rogério Magri; Educação, Carlos Chiarelli; Acção Social, Margarida Procópio; Agricultura, Joaquim Roriz; Exército, general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes; Marinha, almirante Mário César Flores; e Força Aérea, brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro.

Redacção «DL»/Lusa

CEE adverte Iraque

Do nosso correspondente em Bruxelas

Os embaixadores dos Doze Estados-Membros da Comunidade Europeia intervieram junto do Governo iraquiano pedindo que suspenda a condenação à morte do jornalista Farzad Bazoft, ao serviço do «Observer» acusado de espionagem. Os representantes dos Doze - segundo se soube hoje de manhã em Bruxelas - fizeram ver ao Iraque as consequências que a execução do jornalista teria nas relações com a Comunidade.

Os parlamentares britânicos, tanto trabalhistas como conservadores, apelaram à Comunidade para ameaçar o Iraque com sanções se o jornalista for executado. O ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido afirmou «não haver nenhuma prova que possa inculpar Bazoft e a enfermeira inglesa

Daphne Parich de espionagem». Também a Federação Internacional dos Jornalistas e a Amnistia Internacional lançaram um apelo ao presidente Saddam Hussein para suspender a sentença.

José Rui Cunha

Unificação alemã

Conversações «Dois mais Quatro» iniciaram-se em Bona

Os quatro países aliados da II Guerra Mundial, mais a República Federal Alemã e a República Democrática Alemã iniciaram hoje, em Bona, conversações para analisar o processo da unificação alemã.

Esta reunião, cuja realização foi decidida no dia 13 de Fevereiro nos bastidores da conferência «Céu Aberto», em Otava, pelos seis ministros dos Negócios Estrangeiros, terá como objectivo redigir um plano que será submetido, mais tarde, à sessão especial da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE) consagrada à unificação alemã.

Rodeada do maior segredo, esta primeira abordagem formal entre os Aliados e as duas Alemanhas depois do fim da II Guerra Mundial, tratará das questões de procedimento, ordem do dia, e da prioridade dos problemas a tratar posteriormente. Cada país é representado por um director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Segundo fontes diplomáticas em Bona, é um dado adquirido que os participantes na reunião não tomarão nenhuma decisão antes das eleições de domingo na RDA, isto porque o legítimo representante da RDA só será escolhido na sequência deste acto eleitoral.

Aspecto da mesa onde hoje decorre a reunião sobre a unificação das duas Alemanhas

Neutralidade e fronteira alemã

Dois temas quentes serão, segundo as mesmas fontes, abordados na reunião: a neutralidade ou alinhamento militar da futura Alemanha unida e a questão da fronteira polaca.

Moscovo defende a neutralidade alemã, enquanto que Washington, Londres e Paris insistem em que o novo Estado alinhe com a NATO.

Quanto ao problema da fronteira polaca, a questão no imediato traduz-se pelo desejo da Polónia de participar nas conversações. O presidente francês, François Mitterand, e o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Douglas Hurd, declararam respectivamente sexta-feira em Paris e segunda-feira em Bona que apoiavam o pedido da Polónia.

Quanto à posição da RFA, nem tudo é transparente. Até ontem, Helmut Kohl não aceitava a participação de um representante do governo de Varsóvia, no entanto, e numa reformulação súbita de posição a que a diplomacia de Bona já nos está a habituar, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão federal emitiu uma nota na qual afirmava que a «Polónia deve participar» nas conversações «quando a questão da fronteira ocidental da Polónia for discutida».

Da leitura da nota, não fica no entanto claro que a Polónia terá assento nas conversações «Dois mais Quatro» ou se será consultada de qualquer outro modo, quando se discutir a questão da fronteira.

Êxito da diplomacia polaca

Esta reviravolta na posição alemã federal fica-se a dever a pressão exercida por Paris depois da visita efectuada, na semana passada, à França pelo Presidente polaco, general Jaruselski e o seu primeiro ministro Tadesz Mazowiecki.

Redacção "DL"/ Lusa/AFP

CARTA DE MOSCOVO

Independência anunciada

A quase declaração de independência da Lituânia, no domingo passado, anuncia para Gorbachev a chegada da «hora da verdade». Dificilmente há cinco anos atrás, quando foi eleito para o cargo de secretário-geral do Partido Comunista soviético, Gorbachev poderia esperar defrontar-se com uma ameaça que, a alargar-se, pode marcar o princípio do fim de uma União Soviética multinacional.

Muita gente em Moscovo interroga-se sobre se, com a sua eleição para presidente da URSS, dotado de amplos poderes, o líder soviético ainda conseguirá travar este movimento, em que se perfilam, além das repúblicas bálticas, outros candidatos, como a Geórgia, o Azerbeijão e a Moldávia.

Gorbachov disse já por diversas vezes nos últimos anos que o problema das nacionalidades não estava previsto pelos impulsionadores iniciais da perestroika. Sob a ditadura burocrático-administrativa parecia não existirem problemas nacionais e o «sonho comunista» do «homem novo» se poderia tornar uma realidade, abolindo as diferenças de classe e de etnia.

De tal forma que o líder soviético, quando o processo de reformas se iniciou, não hesitou em fazer das repúblicas do Báltico, que hoje estão na vanguarda das repúblicas solicitadoras da independência, laboratório das reformas. Ainda em Janeiro passado, começou no Báltico a ser aplicada pela primeira vez na URSS a autogestão económica a nível regional.

Foi aí que, graças à liberdade de acção política, por ele estimulada, apareceram as primeiras «frentes populares», autênticos movimentos autónomos em relação ao Partido Comunista. No entanto, depressa estes movimentos se tornaram em autênticas frentes nacionalistas, que desempenhariam um papel crucial no despertar da consciência de identidade destas repúblicas, independentes entre guerras.

A pergunta legítima que se coloca é: vão estas repúblicas (e eventualmente outras) tornar-se mesmo independentes? Vai Moscovo aceitá-lo? A primeira constatação a fazer é que Moscovo não pode pura e simplesmente usar qualquer medida de força contra as repúblicas. Isso seria o fim da democracia trazida pela perestroika. Quando no começo deste ano o líder soviético foi à Lituânia tentar convencer, aliás sem sucessso, o partido Comunista local a não desligar-se do PCUS, pela primeira vez ele disse, referindo-se à questão do federalismo soviético, que Moscovo aceitava «o direito das nações à autodeterminação, até à secessão». E mais, para mostrar que este direito, constante do artigo 72º da Constituição da URSS, não era meramente teórico, anunciou na ocasião que estava em preparação uma lei sobre as modalidades de saída da federação.

Guennadi Petrov

Essa lei, que já deu entrada no Soviete Supremo, estabelece no entanto um complicado e prolongado processo para a separação de qualquer república, facto este com efeitos dissuasores. Um dos seus pontos essenciais é o que diz respeito às indemnizações devidas à URSS pela república que se separa, em função do uso de instalações que são propriedade da federação. Esse parece ser o principal trunfo da liderança soviética para tentar convencer os lituanos a permanecer na URSS.

Esta questão, a que se vem juntar uma outra, relativa ao modo de como se passaria a fazer o comércio entre a Lituânia independente e a URSS, aliás sido alvo de abordagens nos últimos dias, com a publicação na Imprensa central soviética de diversos artigos sobre o assunto.

Um dos mais importantes foi a entrevista dada por Iuri Masliukov, simultaneamente presidente do Gosplan (Comité Estatal para o Planeamento) e membro do bureau político do PCUS.

Nela, o dirigente soviético empenhava-se em mostrar que a república se tinha desenvolvido graças aos investimentos, que avaliou em 50 mil milhões de rublos, recebidos depois de, em 1940, entrar para a federação soviética, e que não poderia sobreviver sem os combustíveis e matérias-primas fornecidas por outras repúblicas.

Masliukov sublinhou ainda que o comércio entre a Lituânia e o resto do país é deficitário, e que, caso a república saísse da união, teria que haver ajustamentos de preços segundo os padrões internacionais. A Lituânia teria também que indemnizar as pessoas que quisessem sair do país, após a independência.

A tudo isto têm respondido os líderes nacionalistas do Sajudis, que hoje controlam o Parlamento da república, depois das eleições do mês passado.

Um povo não tem de pagar a dominação que sofreu, dizem, acrescentando que «se fôssemos a contas» a URSS teria que pagar pelo trabalho das dezenas de milhar de deportados lituanos durante o regime estalinista. Entre estas posições extremadas será possível encontrar um meio termo que satisfaça a todos? Em breve teremos a resposta, mas numa altura em que a tendência internacional aponta para a criação de grandes espaços de integração económica e política, por que razão não poderá aparecer uma comunidade soviética?

CARTA DE WASHINGTON

O falso interlocutor

O Irão continua a tentar transtornar os Estados Unidos, tal como o tem vindo a fazer desde há mais de dez anos. A última vítima - falando em sentido figurado - foi o próprio presidente Bush, o qual caiu no logro de falar prolongadamente, ao telefone, com uma pessoa que se identificou como sendo o primeiro-ministro, Rafsanjani. Passado algum tempo, Bush apercebeu-se de que estava a falar com um impostor, e pôs fim à conversa.

Poder-se-ia pensar que o caso terminava aqui, mas, na América contemporânea, estes pequenos incidentes merecem uma atenção extraordinária por parte dos jornalistas, que deveriam ter coisas bem mais importantes com que se ocupar. Assim, nestes últimos dias, o presidente e vários dos seus assessores viram-se obrigados a responder a dezenas de perguntas, todas destinadas a embaraçar o Governo. Porque foi o próprio presidente a falar com «Rafsanjani», e não um dos seus assessores? Como é que a Casa Branca não soube, imediatamente, que o telefonema era falso?

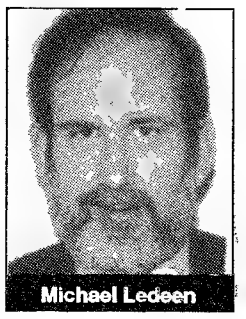
Este alvoroço fez com que a maior parte das pessoas esquecesse os dois elementos do caso que, de algum modo, permitem «caracterizar» a presidência de Bush. O primeiro é o estilo pessoal deste presidente; o segundo é o facto, surpreendente, de que o Governo dos EUA ainda demonstra uma profunda preocupação pelo futuro do Irão.

George Bush é um presidente extremamente invulgar. Desde Richard Nixon, nenhum presidente americano foi tão treinado para exercer o mais alto cargo do país. Tal como Nixon, Bush cumpriu funções, primeiro, no Congresso, e,depois, no Executivo. E, como Nixon, é um político consumado, e extremamente tradicional. Porém, ao contrário de Nixon - que, cuidadosamente, distanciou a sua presidência do tumulto quotidiano de Washington -, Bush é um participante entusiástico da vida da cidade, e é, provavelmente, o líder que mais energia demonstra desde Theodore Roosevelt. George Bush quer estar pessoalmente envolvido na vida política americana, tanto dentro como fora da capital. E isto é bem demonstrado pelo seu espantoso «pendor» para escrever cartas. Quase todos os presidentes ditam as suas cartas, que são assinadas automaticamente. George Bush escreve, à mão, um número inacreditável de cartas, e, volta e meia, pega no telefone para falar com quase toda a gente: um outro líder mundial, um membro do Congresso, um jornalista, ou alguém que escreveu uma missiva interessante.

A conversa com «Rafsanjani» faz, pois, parte do estilo de Bush, acompanhando a maneira como este presidente governa os Estados Unidos. Mais do que isso, o protocolo parecia exigir que fosse o próprio presidente a falar - partindo do princípio, como é óbvio, de que fosse o líder iraniano a estar do outro lado da linha, na ligação, por satélite, com Washington.

O segundo aspecto fascinante da conversa foi o facto de que George Bush sentia que era importante falar com o dirigente iraniano. Durante muitos anos, constituía um imperativo, para os Estados Unidos, poderem desempenhar um papel no futuro do Irão, dadas as consequências, extremamente ameaçadoras, de uma maior participação soviética nos destinos do país.

O papel histórico da Pérsia tem sido o de bloquear a expansão russa no Golfo Pérsico, e é por isso que, primeiro a Inglaterra, e depois os EUA, têm desenvolvido tamanha actividade no Irão ao longo do século XX. Porém, com a queda do império soviético, a «ameaça» está, hoje, bastante reduzida. É inconcebível que a URSS possa projectar qualquer forma de domínio militar no Irão, quando todas as unidades militares soviéticas são desesperadamente necessárias para manter a ordem na própria União Soviética. É por este motivo que a prioridade dada ao Irão pelos analistas geopolíticos americanos é, hoje, bastante diminuta. Por que estava, então, o presidente norte-americano tão ansioso por falar com o seu homólogo iraniano?


Michael Ledeen

A resposta encontra-se, novamente, na personalidade de George Bush. Eis um homem que tira verdadeiro prazer de pertencer ao clube mais exclusivo do Mundo: o da sociedade de chefes de Estado. Bush é um estudioso da política internacional, e aproveita todas as oportunidades para trocar pontos de vista com outros líderes mundiais. Nas últimas semanas, reuniu-se com grande número de convidados estrangeiros, desde o presidente Denis Sassou-Nguesso, do Congo, até ao chanceler da RFA, Helmut Kohl. E saboreou cada momento destes contactos.

Posso facilmente imaginar que se sentiu fascinado pela perspectiva de falar directamente com o primeiro-ministro do Irão - algo que nunca tinha feito.

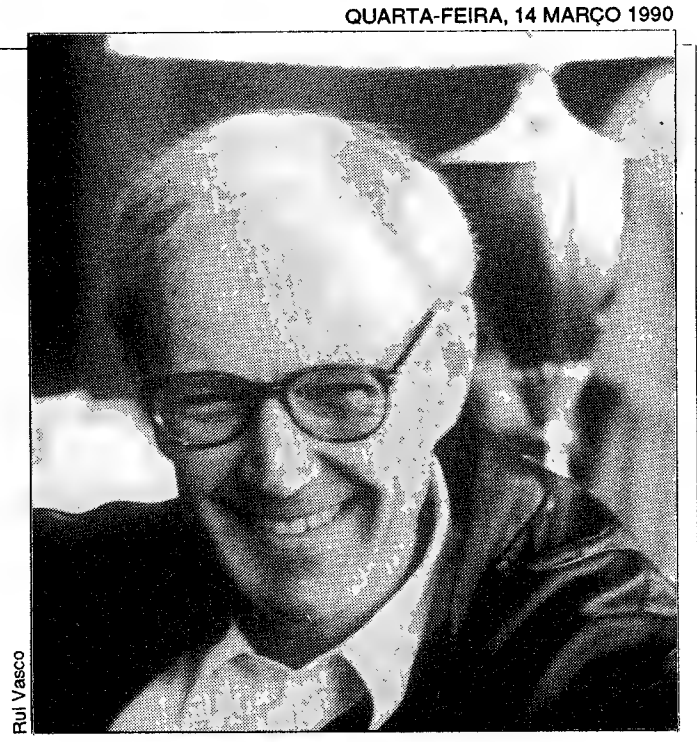
Por isso, Rafsanjani - o verdadeiro, e não o falso interlocutor - faz mal em exaltar a conversa de Bush como sendo demonstrativa da grande importância do Irão em Washington. Mas é certo que ela demonstra que, quando e se os iranianos estiverem dispostos a sentar-se à mesa de conversações e a falar seriamente com os Estados Unidos, encontrarão o caminho aberto.

Finalmente, aqueles que esperavam embaraçar o presidente ao darem tanta publicidade ao acontecimento, vão ficar desiludidos. Pois o povo americano gosta que os seus dirigentes sejam abertos e acessíveis, e apreciará George Bush pela sua prontidão em falar, mesmo que seja com o dirigente de um país que considera como sendo o mais detestável à face da Terra.

(Tradução de Isabel Joyce)

De visita a Portugal integrado na comitiva do primeiro-ministro sueco, Ingvar Carlsson, Pierre Schori, subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, fala sobre Nelson Mandela, a neutralidade europeia, a social-democracia, assim como de um plano secreto para libertar Mário Soares, em 1968, quando do seu desterro em São Tomé

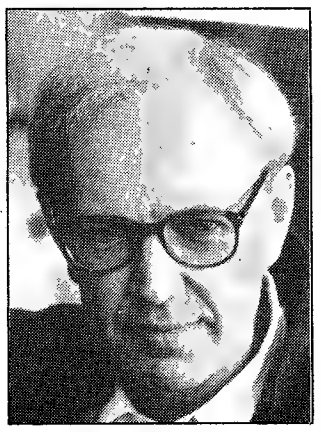
Uma visão sueca do Mundo



Rui Vasco

P-*Quais são os objectivos da política externa sueca no que se refere ao seu envolvimento nos países do Terceiro Mundo?*

R-Tudo começou nos anos sessenta quando, por razões de solidariedade internacional, decidimos apoiar os movimentos de libertação nacional em África. A cooperação foi inicialmente de ordem humanitária, isto é, ajuda médica e alimentar. Os principais beneficiários foram o Congresso Nacional Africano (ANC),o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO. É importante referir, também, que a Suécia é um país neutro que não tem obrigações no âmbito dos pactos militares actuais. Isso permitiu-nos agir em relativa liberdade, podendo assim ser receptivos perante personalidades tão fortes e abertas com Amilcar Cabral, que acabou por ter um papel decisivo no nosso envolvimento político em África. Outras personalidades tais como Agostinho Neto e Eduardo Mondlane vieram visitar-nos na Escandinávia e revelaram-se como sendo pessoas de grande confiança e integridade e não pequenos selvagens com ideais comunistas que tinham de ser combatidos em nome do Cristianismo. **P-***As relações na altura com Portugal não deviam ser as melhores...*



...pediram-me que um piloto sueco se deslocasse secretamente a São Tomé para libertar Mário Soares

R-Nós sempre pensamos que a nossa cooperação com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, assim como a luta na qual eles se tinham empenhado, não seria suficiente para resolver o problema. Teria de haver uma mudança em Portugal. No entanto, nos anos sessenta, Portugal era totalmente desconhecido na Europa, estava na sombra da Espanha de Franco e tinha adoptado um política de isolamento em relação à Europa. Foi muito difícil influenciar o governo português.

P-*Você foi expulso de Portugal em 1969. Como é que isso aconteceu?*

R-Visto que Portugal era perfeitamente desconhecido pela grande maioria dos europeus, fui enviado pela Internacional Socialista para efectuar uma série de relatórios sobre a realidade portuguesa. Foi nessa altura que conheci dois jovens advogados, o Dr. Mário Soares e o Dr. Jorge Sampaio, cujas ideias me pareceram interessantes e cujo conhecimento do país me ajudou a perceber melhor a realidade portuguesa. Quando em 1973 voltei a Portugal numa missão internacional de fiscalização das eleições fui preso e deportado. Outro episódio engraçado passou-se em 1968 quando, durante o desterro de Mário Soares em São Tomé, um actual dirigente do partido socialista português veio ter comigo a Estocolmo e pediu-me que um piloto sueco, em actividade no Biafra, se deslocasse secretamente a São Tomé para libertar o vosso Presidente. Por várias razões, isso não foi possível.

P-*A Suécia receberá Nelson Mandela com as honras de chefe de Estado. Que conselhos é que a Suécia dá hoje em dia ao ANC?*

R-Nelson Mandela é uma grande personalidade, um homen de grande integridade. É para nós uma grande honra receber na Suécia este lutador incansável pela liberdade e a democracia.

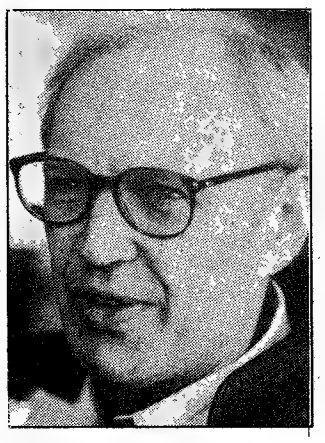
Nós não tivemos nenhumas dificuldades em apoiar o ANC depois de eles terem adoptado, nos anos sessenta, a *Freedom Charter*. Este documento defende um futuro democrático e não racial para a África do Sul, nós eramos e somos da mesma opinião, assim como achamos que estes ideais são realizáveis. A longa e determinada luta do ANC, assim como a *perestroika* de de Klerk, deixam-nos cada vez mais perto desse objectivo.

P-*A Suécia criou um modelo de sociedade considerado por muitos novos países como exemplar. Por outro lado, as transformações políticas a Leste estão a criar novos sistemas políticos dentro de velhos Estados. Que influência está a ter este processo no pensamento político social-democrata?*

R-Eu diria que *ex orientis lux* , a luz vem do Oriente. Fala-se muito da ajuda que os países de Leste precisam, e é verdade, eles precisam de ajuda em muitos campos. No entanto, nós os europeus ocidentais temos muito a aprender com eles. Personalidades como Haclev Havel, Adam Michnik e Geremek, que se deslocará brevemente ao vosso país para manter conversações com Mário Soares, têm um passado de grande tradição intelectual e ideológica de grande gabarito. No passado, lutaram em condições semelhantes aos democratas portugueses, antes do 25 de Abril, e mantêm hoje uma pureza na política e na moral. Assim sendo, eles podem mostrar aos homens políticos ocidentais, que há anos operam em liberdade, o rumo correcto. É muito refrescante prestar atenção ao que dizem, têm visões nobres e opiniões limpas de compromissos políticos num grande leque de assuntos. Isto é muito importante.

P-*E a social-democracia, está a ter êxito a Leste?*

R-Repare, numa sondagem recentemente publicada em três jornais do Leste europeu e quatro do Oeste e efectuada, pela primeira vez, simultâneamente em vários países do Leste e Oeste europeus,a grande maioria dos entrevistados reconheceram que gostariam de viver numa sociedade orientada por preceitos sociais-democratas. Isto não quer dizer que preferem o modelo sueco ou o francês, mas sim que defendem uma sociedade que, do ponto de vista económico, adopte um sistema de mercado, com uma preocupação de justica social inerente aos ideais políticos. Na mesma sondagem, a Suécia aparecia em terceiro lugar, atrás da Alemanha Federal e da França, numa lista, por países, com o melhor sistema político-económico.

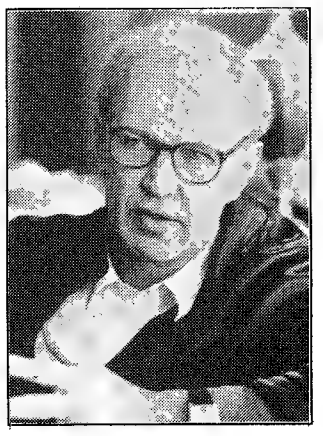


Os novos homens políticos do Leste têm visões nobres e opiniões limpas de compromissos políticos num grande leque de assuntos

P-*Considera então que o modelo sueco continua a ter a mesma popularidade que no passado?*

R-Sim, pelo menos enquanto ideia, talvez não na realidade. A Suécia conseguiu atingir um progresso económico e uma justiça social ao mesmo tempo. Nós temos um por cento de desemprego, o que é insignificante. Pensamos que o direito ao trabalho é fundamental, há 100 anos quando a social-democracia chegou à Suécia, nós tinhamos dois objectivos, o direito de voto e o direito ao trabalho. Se um indivído não tem trabalho, ele não está a participar na sociedade. Há valores no nosso sistema que continuarão a ser respeitados e louvados.

P-*No entanto, o partido comunista sueco tem acusado os sociais democratas de estarem a «liberalizar» o modelo. Numa conjuntura internacional onde o Estado Previdência parece estar em crise, como têm reagido os sociais-democratas suecos agora que estão de volta ao poder? Tiveram que alterar muito o modelo?*



Não queremos uma pax sovietica, *mas também não gostaríamos de uma* pax americana. *Queremos uma* pax europeia

R-Sim, mas não muito. Como sabe, somos um governo minoritário algo dependente de outras formações políticas. Recentemente introduzimos um pacote económico que reflecte uma adaptação às correntes políticas europeias . Os altos níveis de imposição fiscal, que nós tinhamos, foram reduzidos e ao mesmo tempo quisemos reduzir a actividade económica ao introduzir um congelamento dos preços, salários e rendas de casa. A combinação dos dois, a reforma fiscal e o abrandamento da actividade económica levaram os nossos parceiros tradicionais a tecer algumas críticas à nossa política. Mas nós não podemos mais manter um grande sector público financiado pela carga fiscal. Queremos um sector público mais eficiente e para atingir esse objectivo estamos a fazer a nossa *perestroika*.

P-*Que futuro preve para a social-democracia na Europa?*

R-Teremos na Europa uma corrente política de «decência», onde encontrará sociais-democratas, liberais e democratas cristãos progressistas que terão o mesmo tipo de objectivos. Teremos também, mais à direita, vários partidos radicais. Será entre estes actores que se desenvolverá a luta política. Acho que este centro de «decência» tem uma maioria demonstrada pelas últimas eleições europeias.

P-*A Suécia manteve no passado um posição neutral no conflito que opôs Leste e Oeste. Se no futuro este antagonismo já não tiver razão de ser, a Suécia está disposta a intervir mais activamente num eventual processo político europeu?*

R-Sim, acho que sim. A nossa neutralidade é basicamente militar. Somos não alinhados em tempo de paz e neutros em tempo de guerra. Não somos no entanto ideologicamente neutros, fazemos parte da civilização ocidental. Nas nossas negociações com a CEE sempre dissemos que desejamos cooperar integralmente excepto no domínio militar e na política estrangeira. Em todos os outros aspectos queremos cooperar, tanto na Europa do Espaço como na ajuda aos países de Leste, por exemplo. A nossa política é coerente. Sempre dissemos que enquanto existirem alianças militares, há necessidade de existir também países neutros. Se a situação actual mudar, isto é, se as alianças militares enfraquecerem ou mudarem de objectivos ou mesmo se desaparecerem, então há uma situação estratégica nova, mas ainda não chegamos lá. Não sabemos se a perestroika de Gorbachev se manterá ou não, estamos a contribuir para que sim. A neutralidade tem sido vantajosa para a Suécia durante 175 anos, assim como também foi vantajosa para a Europa, visto que manteve os blocos militares separados em todo o norte da Europa.

P-*Defende então uma Europa neutra?*

R-A neutralidade na Europa tem mais futuro que o alinhamento militar. O Pacto de Varsóvia está a desmoronarar-se, é agora um espaço vazio. Não acho que a Polónia, a RDA ou a Checoslóvaquia entrarão para a NATO, estes países têm agora dois objectivos: independência e neutralidade. Nós não estamos a promover este tipo de exigência, simplesmente observamos. Vemos que possivelmente num futuro muito próximo haverá mais países neutros, na Europa, que hoje em dia.

P-*E as alianças militares?*

R-Os pactos militares têm uma função, e um dever de gerir o desarmamento no nosso continente. Eles não poderão fazer isso eternamente, não saberão gerir a segurança numa futura cooperação europeia. Esta função deverá ser cumprida pelos mecanismos do processo CSCE que é o mais adequado.

Problemas militares, económicos, de direitos dos homens, etc. podem ser resolvidos neste quadro. Não queremos uma *pax sovietica*, não a aceitamos, mas também não gostaríiamos de uma *pax americana*. Queremos uma *pax europeia* que pode ser atingida na CSCE com a aprovação, como é evidente, dos EUA e da União Soviética.

P-*A Suécia estaria, pois, disposta a envolver-se integralmente nesse processo europeu?*

R-Nós já estamos envolvidos. Simplesmentes não podemos considerar que a CEE esteja no centro de todo este processo. Existe um quadro mais alargado. É de acrescentar também que neste momento a CEE não está interessada em países neutros, não quer um alargamento mas sim um aprofundamento.

Nuno Azevedo

INTERNACIONAL

Entrevista com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde

«A África conta com De Klerk»

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Silvino da Luz, é um velho andarilho das negociações de paz para a África Austral, desde os tempos em que, ainda ministro da Segurança, os encontros entre representantes dos «inimigos» angolanos e sul-africanos se faziam na discrição dos hotéis da quieta Ilha do Sal., onde cubanos, sul-africanos, angolanos e soviéticos sempre partilharam a mesma «boite», as mesmas mornas e funanás, a mesma límpida água, a mesma brisa, por momentos habitantes da pequena «aldeia global» alheios ao conflito angolano, em que tantas estratégias e tantas dores se cruzaram. E onde, entre os trabalhadores do turismo, se tornaram familiares caras de «habitués» como "Pik" Botha, Magnus Malan, Chester Crocker, Neil Van Herden, Frank Wisner, Kito, Venâncio de Moura, N'dalu e outros, talvez a atestar a excelência do «lazer» desfrutado.

De passagem por Lisboa, no regresso de Singapura, Japão e Estados Unidos, o «DL» não quis deixar de ouvir esse diplomata veterano que ainda se esconde sob a carapaça do guerrilheiro africano, a respeito do momento ímpar que a África Austral vive.

Silvino da Luz, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde

Diário de Lisboa - *Sr. ministro, foi anunciado pela Imprensa um convite ao Presidente Frederik De Klerk da África do Sul para visitar Cabo Verde. O que significa isso? A retomada de um certo protagonismo de Cabo Verde na questão da África Austral?*

Silvino da Luz — É efectivamente intenção da direcção política de Cabo Verde fazer esse convite a Frederik De Klerk, para discutir com ele questões tão importantes como o conflito angolano e o futuro da Namíbia, bem como o curso das reformas no sentido da eliminação do apartheid. Pensamos que as medidas até agora tomadas pelo Presidente De Klerk são extraordinariamente positivas para a solução desses problemas, para a África e para o mundo. Pretendemos, mais uma vez, estar à frente do pensamento africano na forma de encarar essas reformas e o diálogo com a África do Sul que daí decorre. Pensamos que a África deve reconhcer que a acção política de Fredrik De Klerk tem uma dimensão que deve ser encorajada. Encorajar De Klerk a prosseguir o caminho há tantas décadas apontado pela África com o apoio de toda a comunidade internacional e dar passos no sentido de evitar o seu isolamento é o significado do convite.

«Affaire» de combatentes

DL - *Cabo Verde não teme que lhe aconteça o mesmo que aconteceu há dias à prevista cimeira do Zaire entre De Klerk e vários chefes de Estado africanos, que foi desconvocada por pressões do ANC, veiculadas mesmo através da OUA?*

SL - Sempre existiu uma grande confiança entre o ANC e os dirigentes de Cabo Verde, velhos companheiros de luta que se conhecem bem desde os anos sessenta. Ainda há pouco mais de um mês, essa confiança foi-nos reafirmada em carta do rpresentante do ANC acreditado junto do nosso Governo. O ANC só poderá ver nessa e noutras acções cabo-verdianas uma tentativa de contribuir para a solução do problema do apartheid.

DL - *Mas o primeiro-ministro de Cabo Verde, ainda há dias numa conferência de Imprensa, dizia que «Frederik De Klerk não pode estar sob três fogos cruzados». Isto é, do ANC, dos radicais brancos e das sanções económicas internacionais. Não se poderá ver aí uma crítica implícita à actual política do ANC?*

SL - Não diria isso. É que há uma diferença da posição e da visão dum movimento de libertação nacional, com as suas exigências e as suas reivindicações, e a posição dum estadista que se manifesta de forma independente, embora solidarizando-se com a luta de libertação. Se o ANC julga que determinadas condições ainda não estão criadas para negociações, está no seu direito de pressionar para que essas condições sejam criadas. Mas pensamos que as forças exteriores à África do Sul, nomeadamente as forças africanas, devem encorajar não somente o Presidente De Klerk, mas também encorajar o ANC a ganhar cada vez maior confiança no regime instalado, para que efectivamente as coisas se possam resolver pelo diálogo.

DL - *O Presidente De Klerk dizia há dias que o seguimento da situação na África do Sul não pode ser «um show de dois homens»: ele e Mandela, naturalmente. Que pensa Cabo Verde das outras forças políticas sul-africanas, nomeadamente do PAC (Pan-African Congress) e do Inkhata, de Gatsha Butelezi?*

SL - Francamente, digo-lhe que não tivemos, até agora, contactos com o Inkhata nem com Butelezi. Conhecemos sim as duas organizações reconhecidas pela OUA, o ANC e o PAC. Na última cimeira da OUA, quem foi o porta-voz dos movimentos de libertação nacional. Pensamos que seria errado não ter em conta essa realidade. Portanto, é lógico que o ANC reconheça que o Presidente De Klerk deve também dialogar com o PAC.

Como lhe disse, o nosso conhecimento do Inkhata não é profundo. Mas se de facto ele é uma força política independente do ANC e do PAC, achamos que as autoridades da África do Sul vão ter que a levar em conta, já que o que está em jogo é a instauração duma sociedade democrática.

Um encontro com o futuro

DL - *As cerimónias de independência da Namíbia serão um grande encontro internacional sobre a África Austral. O que espera desse encontro, onde sabemos que estará presente, juntamente com o primeiro-ministro Pedro Pires?*

SL - Será, de facto, um grande encontro internacional sobre a África inteira, não somente sobre a África Austral. Sobretudo, quando o mundo vive uma evolução extremamente rápida, marcada pela imprevisibilidade, é bom que nós africanos tenhamos a possibilidade de contactar aí as forças que sempre estiveram ao nosso lado na libertação do Continente, para com elas discutirmos a inquietante perspectiva de marginalização da África no panorama internacional.

Por outro lado, pensamos que será útil os dirigentes africanos encontrarem-se no momento em que se concretiza um objectivo que mobilizou as nossas energias nos últimos anos. Será o momento adequado para repensar o nosso modo de agir, para fundar as estratégias do futuro. E a luta do futuro passa pela libertação económica do Continente. Será como que uma antecipação da cimeira deste ano da OUA.

Mas, sobretudo, os líderes africanos devem aproveitar o encontro de Windhoek para transmitir mensagens encorajadores ao Presidente De Klerk, para que ele sinta que a África conta com ele para a irreversabilidade do processo de mudanças.

DL - *Cabo Verde foi protagonista no processo de paz na África Austral, mas neste momento parece fora do jogo. Comente, por favor.*

SL - Cabo Verde nunca esteve fora do jogo. Cabo Verde tem é a sua maneira própria de fazer diplomacia, privilegiando a diplomacia secreta em detrimento da diplomacia pública. O Governo angolano e o povo de Angola sabem que, desde o início, em 1979, Cabo Verde nunca deixou de procurar ser útil...

DL - *Concretizando...*

SL — Não, não vou aqui fazer propaganda, porque, como já disse, somos avessos à diplomacia pública. Podemos também - sublinho o também - e vamos ser capazes de contribuir para que a paz se instale em Angola.

Manuel Delgado

Pedro Pires discute com Jorge Sampaio adesão do PAICV à I. S.

O primeiro-ministro de Cabo Verde chega hoje ao princípio da noite a Lisboa, para uma «escala técnica» de 48 horas na viagem que o levará a Moçambique e à Namíbia, onde assistirá ás celebrações da independência no próximo dia 21.

Aquele dirigente africano, que visitará oficialmente Portugal em Julho, encontrar-se-á com o primeiro-ministro Cavaco Silva, com quem discutirá a cooperação bilateral, e com Jorge Sampaio, na qualidade de secretário da Internacional Socialista para questões africanas. Pedro Pires e Jorge Sampaio discutirão a perspectiva de adesão do partido governamental cabo-verdiano à Internacional Socialista, depois de o PAICV ter decidido em Fevereiro pela abertura do regime ao multipartidarismo. A adesão à IS será uma das questões principais do congresso extraordinário do PAICV, convocado para antes das eleições legislativas de Novembro -as primeiras com listas independentes.

Passagem de testemunho

O facto de ser o primeiro-ministro e não o Presidente Aristides Pereira, de 66 anos, a efectuar esse périplo pela África Austral, no momento em Cabo Verde é, segundo todas as indicações, um dos protagonistas de conversações directas entre o Governo de Luanda e a UNITA, foi entendido nos meios políticos da Cidade da Praia como mais um sinal da iminência da«passagem do testemunho» pelo decano dos chefes de Estado lusófonos. A África Austral, um dos principais eixos da diplomacia cabo-verdiana, foi até agora «domínio reservado» do Presidente, que nessa questão vem exercendo uma muito discreta «magistratura de influência» desde a morte de Agostinho Neto.

Para além de Pedro Pires ter tomado a dianteira no novo enquadramento internacional do partido na área da social-democracia - área em que está pessoalmente bem colocado- representará Cabo Verde no comité «ad hoc» da OUA sobre a África Austral, que se reunirá no dia 19 em Lusaka, e aprensentará formalmente em Windoek ao Presidente sul-africano de Klerk um convite para visitar Cabo Verde. Sinal dos tempos: Pedro Pires regressará a Cabo Verde pela África do Sul, no voo que liga Joanesburgo à ilha do Sal.

M.D.

COOPBANCARIOS

CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA GERAL
«SESSÃO ORDINÁRIA»

Nos termos do disposto nos Artigos 22.º e 25.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Cooperativa de Produção e Consumo dos Empregados Bancários — COOPBANCÁRIOS, CRL, a reunir, em Sessão Ordinária, na sua Sede à Rua Dona Filipa de Vilhena, 6 E/F, em Lisboa, no dia 30 de Março de 1990, pelas 17.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO — Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal do Exercício de 1989.

Lisboa, 13 de Março de 1990.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Joaquim António Castro Pina Correia

N.B. — Todos os elementos de escrita e demais documentos referentes à Ordem de Trabalhos, estão patentes na Sede da Cooperativa, para consulta dos Sócios.

— A apresentação do cartão de Sócio ou de qualquer outro documento identificativo é essencial para a entrada na Assembleia.

COOPBANCARIOS

CONVOCATÓRIA
ASSEMBLEIA GERAL
«SESSÃO EXTRAORDINÁRIA»

Nos termos do disposto no Artigo 57.º dos Estatutos, conjugado com os Artigos 22.º e 25.º, convoco a Assembleia Geral da Cooperativa de Produção e Consumo dos Empregados Bancários — COOPBANCÁRIOS, CRL, a reunir, em sessão extraordinária, na sua Sede à Rua Dona Filipa de Vilhena, 6 E/F em Lisboa, no dia 30 de Março de 1990, pelas 18.00 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO — Alteração dos Estatutos.

Lisboa, 13 de Março de 1990.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Joaquim António Castro Pina Correia

N.B. — O projecto de alteração dos Estatutos encontra-se à disposição dos Sócios na Sede da Cooperativa, onde pode ser consultado ou adquirido.

— A apresentação do cartão de Sócio ou de qualquer outro documento identificativo é essencial para a entrada na Assembleia.

QUOTIDIANO

BREVES

Tribunal condena a prisão seis guardas prisionais

O tribunal do Cartaxo condenou ontem, a oito meses de prisão, seis guardas prisionais acusados de espancamento de vários presos da cadeia de Vale de Judeus. Os guardas

Martins, Lafayete e Lindinho foram inculpados de «crime de ofensas corporais» e «crime de ofensas corporais com dolo de perigo». Foram ainda condenados ao pagamento de 150 contos de indemnização a josé Rubio, um dos presos espancados. O tribunal aplicou pena semelhante aos guardas Pardal, Soares e Simões, condenando-os ainda ao pagamento de 50 contosa Fernando Pereira Santos, outro dos ofendidos. O processo diz respeito ao espancamento de vários presos da cadeia de Vale de Judeus, Alcoentre, ocorridos após o motim de 22 de Setembro de 1985. O caso motivou um relatório do provedor de Justiça, Almeida Ribeiro, que denunciou os espancamentos em prisões portuguesas e levou à susbtituição do director do estabelecimento prisional.

Opositores a auto-silo entregam requerimento

Um grupo de moradores da Avenida dos Estados Unidos da América, em Lisboa, entrega hoje na Câmara Municipal de Lisboa um requerimento solicitando o embargo e a demolição dos tapumes e vedações que impedem o acesso ao troço da referida via ocupado com as obras relativas à construção dum auto-silo. O texto, em que consta a assinatura de Salgado Zenha, comunica ainda que os requerentes vão «participar o facto criminoso» ao Ministério Público.

Três mortos esta madrugada numa passagem de nível

Em circunstâncias aparentemente inexplicáveis, uma automotora esmagou, no Pinhal Novo, uma viatura que não respeitara a sinalização automática

Três pessoas morreram ao princípio da madrugada, num choque com uma automotora no Pinhal Novo, em condições ainda por explicar. Não há testemunhas do acidente, que ocorreu poucos minutos antes da uma hora, na passagem de nível, automática, na Venda do Alcaide, Pinhal Novo, concelho de Palmela.

A GNR local tomou conta do acidente que enlutou três famílias, duas de Lisboa e uma de Corroios e Restelo. Dois dos mortos eram funcionários da Secretaria de Estado da Cultura e o terceiro era médico-cirurgião no Hospital Distrital de Vila Franca de Xira - apurou o DL junto de familiares das vítimas.

O automóvel em que seguiam o condutor do automóvel, Edgar Rodrigues Valdez Marcelo (casado, residente em Algés), de 51 anos, Maria Fernanda Cordeiro César (solteira), de 38 anos, ambos funcionários da Secretaria de Estado da Cultura, e João Ferreira Filipe, de 46 anos, médico-cirurgião no Hospital de Vila Franca de Xira, casado, residente em Corroios (para onde se mudara há cerca de um ano, do Restelo), foi colhido por um comboio na passagem de nível da Venda de Alcaide, no Pinhal Novo, que fazia a ligação Barreiro-Setúbal.

O acidente está ainda por explicar. Desconhecem-se as circunstâncias que levaram o condutor a forçar a cancela que estava fechada e devidamente sinalizada - disseram populares de Pinhal Novo ao «Diário de Lisboa». Não há testemunhas, pois que ninguém passava, na altura, no local, e o café-taberna da «Senhora Marta», que fica a escassos metros da passagem, já estava fechado.

Os Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo transportaram os acidentados, já sem vida, para o Hospital Distrital de Setúbal, onde esta manhã as suas entidades foram confirmadas por familiares. Nenhuma das viúvas, Maria Cândida Conceição Filipe, funcionária do hospital de Almada, e Maria Fernanda Serra Alegria Marcelo, tinha filhos.

O Renault que Edgar Marcelo conduzia tinha sido comprado há cerca de um ano. A automotora descarrilou, mas os passageiros saíram ilesos. A circulação ferroviária só foi restabelecida cinco horas depois do acidente.

Greve julgada «impopular»

PCP apela a maquinistas para que reconsiderem

O PCP apelou aos maquinistas da CP para que «reconsiderem» a greve parcial que estão a cumprir, atendendo ao facto de os principais prejudicados serem os utentes diários dos caminhos de ferro. Na óptica do Partido Comunista, os inconvenientes da greve tornam-na «impopular e contraditória». A classe reivindica junto da administração a negociação de reformas antecipadas e do novo regulamento de carreiras.

Entretanto, o Governo decidiu alargar, a partir de hoje, alguns dos serviços do Metro e da Carris aos utentes da CP para minorar os efeitos desta greve. Os passes da CP são, para o efeito, válidos nos terminais do Metro de Sete Rios e do Colégio Militar, enquanto que a Carris opera com uma carreira especial entre o Colégio Militar e a estação da CP da Amadora.

Ainda no domínio da tomada de posição do PCP relativamente à paralisação, a reconsideração desta forma de luta é considerada propiciadora de melhores condições para «a convergência plena de acção com os utentes e para o êxito da luta comum», sustenta a direcção da Organização Regional de Lisboa /DORL, num comunicado em que também exige que o Governo e o Conselho de Gerência da CP «respondam positivamente» às reivindicações dos maquinistas».

Reagindo à tomada de posição do PCP, o presidente do Sindicato dos Maquinistas, Castelo Lopes, afirmou que o comunicado da DORL «incentiva o Governo a fazer a requisição civil». O dirigente sindical disse ainda: «pergunto se depois de 52 dias de greve os maquinistas devem baixar os braços» . Em sua opinião, o PCP «dá uma no cravo e outra na ferradura».

A greve parcial dos maquinistas da CP vai já no terceiro dia e não se vislumbra, a manter-se a intransigência da administração da CP e a determinaçãodos trabalhadores, quando terminará. Afecta cerca de 75 por cento da circulação ferroviária nacional e em particular os utentes das linhas suburbanas e tranvias. Os maquinistas paralisam quatro horas e meia por dia, duas no início do turno de trabalho e as restantes no fim.

Durante a greve recusam-se a conduzir comboios Alfa e Intercidades, além da prestaçãode trabalho extraordinário ou em dia de descanso, por antecipação ou prolongamento de serviço. Negam-se ainda a alterar o período diário de trabalho.

Entretanto, a circulação ferroviária esteve interrompida nas duas vias da linha de Cascais entre as 2 horas e 15 minutos e as 7 e 15, por terem sido detectados «objectos estranhos na catenária», disse um responsável da CP.

Rostos crispados antes do início da sessão desta manhã

Patrões e sindicatos no fim do diálogo?

Declarações reservadas foram as que fizeram esta manhã Pedro Ferraz da Costa, pelo CNEP, e Pereira Lopes, em representação das centrais sindicais, à entrada da reunião bilateral no Conselho de Concertação Social, a decorrer à hora de fecho desta edição. Nada foi dito que faça prever o desfecho desta experiência inédita.

Se esta será ou não a última reunião bilateral entre as confederações patronais (englobadas no CNEP) e as centrais sindicais ninguém quis dizer.

Ferraz da Costa, da CIP, foi categórico ao afirmar: «É preciso chegar à conclusão sobre se todas as partes estão interessadas em chegar a acordo. Não depende do nosso lado, nós temos tido sempre a mesma posição».

Para Pereira Lopes, presidente da UGT, este é «mais um encontro. A UGT não deseja que seja o último, mas que surjam conclusões que possam interessar aos trabalhadores».

Ambas as partes foram unânimes em considerar que resta um período de tempo muito curto para pôr Portugal ao nível da Europa. As contradições começam é nas «concessões» que cada parte terá que fazer para atingir essa meta.

Ferraz da Costa defendeu esta manhã as posições que as confederações patronais têm tido ao longo das várias reuniões: estão «dispostas a discutir a curto prazo uma política salarial mais alta», desde que lhes sejam dadas contrapartidas: aumento de produtividade e alteração de certas leis laborais.

As centrais sindicais, que hoje apresentaram o seu último documento para discussão, aceitariam «uma maior flexibilidade, mas não a troca de princípios por mais dinheiro, nomeadamente, a lei da greve e o direito ao emprego», segundo afirmou Pereira Lopes.

O presidente da UGT não pôs de lado a «possibilidade de haver conclusões nesta reunião», acrescentando, no entanto, que «se não houver poderá haver noutras, sobre outras matérias».

Defendeu ainda que para um acordo seria necessário «uma maior flexibilidade de posições por parte das confederações patronais, o que não tem havido». Para o sindicalista estas reuniões bilateriais tiveram para já o mérito de abrir «caminho a uma aprendizagem», para que as confederações percam certos «complexos».

Bancários comemoram nacionalização

No dia em que se comemora mais um aniversário da nacionalização da banca, os três sindicatos do sector e a coordenadora das Comissões de Trabalhadores defenderam a continuação de um sector público forte e dinâmico que possa competir com os privados.

Em conferência de Imprensa realizada esta manhã, Barbosa de Oliveira, presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (acompanhado por Osório Gomes da estrutura do Centro e Artur Penedos, da do Norte) apresentou a postura sindical sobre as mutações que se estão a operar no sector bancário nacional.

«Não continuamos hoje com a mesma posição de há 15 anos». Os bancos privados estão aí, e isso é um facto de que não poderão estar alheios.

Para Barbosa de Oliveira, «o Estado não deve alienar toda a sua participação no sector», acusando o Governo pelas medidas que «têm colocado a banca do sector público numa situação inferior, em vez de a dinamizar de forma a adequá-la às realidades para que possa concorrer com o sector privado».

Recordando que o Orçamento de Estado tem sido, ao longo dos anos, alimentado com uma grande componente de capitais que resultam da banca do sector público, quer devido aos lucros directos, quer por financiamentos para suportar o seu défice, os sindicatos dos bancários defenderam que «o Estado só tem a ganhar com a manutenção de uma forte implementação da banca pública». Referindo-se às privatizações de bancos que se avizinham, as estruturas bancárias exigem que os trabalhadores dessas empresas mantenham «todas as regalias sociais e de contratação colectiva já consagradas, bem como os direitos internos adquiridos».

QUOTIDIANO

BREVES

Monumento a Humberto Delgado vai ser erguido no Porto

A Assembleia Municipal do Porto aprovou por unanimidade a construção de um monumento de homenagem ao general Humberto Delgado, no âmbito da passagem dos 25 anos do seu assassínio. O referido órgão autárquico manifestou a vontade de construção do monumento numa das artérias da cidade, cuja obra será da responsabilidade do escultor José Rodrigues.

Estudo em Ponta Delgada visa preservação do ambiente

O estudo de ordenamento da faixa costeira de Ponta Delgada-Lagoa foi ontem iniciado, tendo por objectivo o equilíbrio entre a urbanização e preservação do ambiente numa zona sensível, anunciou uma fonte governamental açoriana. O estudo visa também «dar sentido» à urbanização da Atalhada, cujo plano está em elaboração pela Câmara Municipal de Lagoa, tendo em atenção o dimensionamento e localização das infraestruturas e equipamentos da referida faixa costeira.

Contentores em Santa Apolónia com problemas em debate

O director de Serviços do Movimento e Tráfego da Administração do Porto de Lisboa, António Paula, advogou a co-responsabilização dos diferentes parceiros que laboram no Terminal de Contentores de Santa Apolónia para solucionar os problemas do tráfego e da gestão do terminal, citando os operadores portuários, os agentes de navegação, os despachantes, os carregadores e os transportadores. «Nesse sentido já promovemos uma reunião com os operadores e com a Alfândega e, brevemente, encontrar-nos-emos com os responsáveis da Antram-Associação Nacional de Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias», acrescentou aquele responsável.

Cáritas promove colóquio no Forum Picoas

A Cáritas Diocesana de Lisboa promove hoje, no Forum Picoas, um colóquio subordinado ao tema «Da acção social ao desenvolvimento local», inscrito no conjunto de iniciativas programadas para assinalar o Dia Nacional da Cáritas Portuguesa, que se celebra no próximo domingo. A realização de hoje, prevista para as 17.30 horas, conta com a participação do cardeal patriarca.

Tabagismo e juventude na Europa contra o cancro

O projecto europeu de combate ao cancro vai incidir este ano sobre as acções de sensilização dos mais novos para os perigos do tabaco

Foi apresentado esta manhã, em conferência de Imprensa presidida pelo ministro da Saúde Arlindo Carvalho, o plano de acção para 1990/94 do programa «A Europa contra o cancro». Com grande incidência na prevenção e combate ao tabagismo, este plano prevê o lançamento, em Portugal, este ano, entre os alunos do Preparatório e Secundário, de um concursos nacional sobre o tema «Porque não se deve fumar», bem como a difusão nas escolas dos «Clubes Caça-Cigarros».

No que se refere à influência da alimentação na evolução desta doença, os responsáveis do programa planeiam lançar um inquérito sobre os hábitos alimentares dos portugueses, uma vez que já se chegou à conclusão de que o consumo de frutas, legumes e cereais ricos em fibras dimuniem os riscos de contrair cancro.

A luta contra os agentes cancerígenos e a promoção do rastreio e do diagnóstico precoce desta doença, através do lançamento de um programa de rastreio em várias zonas do País, constituem ainda outras acções previstas no programa. Os riscos do cancro serão especialmente publicitados durante a «Semana Europeia contra o cancro», marcada para de 8 a 15 de Outubro.

O objectivo desta iniciativas é o de fazer baixar, em 15 por cento, na Europa, as vítimas de cancro até ao ano 2000. Actualmente, um em cada quatro europeus é atingido por esta doença e, embora já seja possível curar cerca de 50 por cento dos afectados, o número de vítimas é ainda muito elevado. Só em 1985 morreram 115 mil homens por cancro do pulmão e 52 mil mulheres por cancro da mama, num total de 761 mil mortos.O programa «A Europa contra o cancro» teve início em 1987 e só para os três primeiros anos, contou com um orçamento da ordem dos 29 milhões de ECU. No ano passado, foram já realizadas em Portugal várias acções destinadas a prevenir esta doença. Entre elas contram-se acções de informação, divulgação e educação, acontecimentos desportivos, bem como formação específica de profissionais da saúde.

Com um orçamento para 1990 de 9,5 milhões de ECU, num total de 55 milhões de ECU para a totalidade do programa, o plano de acção hoje apresentado tem, este ano, como pontos principais a formação profissional na área da saúde e o prosseguimento das iniciativas na luta anti-tabágica, nomeadamente nos seus aspectos legislativos e medidas de sensibilização dos consumidores.

Participaram na apresentação do plano realizada no Centro Jean Monnet, além do ministro Arlindo Carvalho, o responsável nacional no Comité Europeu de Peritos de Oncologia, José Conde, o coordenador nacional do programa, Guimarães dos Santos, e a responsável comunitária por Portugal, Maria da Guia Manteigas.

Proporção das mortes por cancro atribuíveis aos diversos factores na Europa

Estas tentativas de avaliação baseiam-se largamente nos trabalhos de Higginson e Muir (1979) para Birmingham, no Reino Unido, de Doll e Peteo (1981) para os Estados Unidos e e de Tubiana (1985) para a França. . Elas incluem grande número de factores de incerteza, devendo em qualquer dos casos ser adaptadas às diversas situações nacionais.

Factores	Melhor estimativa (%)	Leque das estimativas (%)	Estimativa do número anual de mortes
Tabaco	30	25-35	220000
Álcool	40	2-5	30000
Alimentação	30 ?	10-50	220000 ?
Profissão	4	2-8	30000
Infecçã	3 ?	1-10	22000 ?
Geofísicos (2)	3	2-4	22000

(1) Poderia ser mais elevada e, em qualquert dos casos, variável segundo os países (10 %, por exemplo, para a a França).
(2) Radioactividade e radiações solares.

Quadro constante da brochura «A Europa Contra o Cancro», editada pela Comissão das Comunidades Europeias e hoje distribuída na conferência de Imprensa

Lotaria Nacional renovada por dentro e por fora

Ao longo de duzentos e sete anos, que em 1990 se completam, tem sido fiel depositária de esperanças satisfeitas. Atrai o pobre que sonha com o desafogo e o rico ávido de mais rico vir a ser; e, claro, o remediado, a quem uns milhares imprevistos permitiriam um resto de vida sem canseiras. Sai sempre - e não apenas aos felizes possuidores de um pequeno rectângulo de papel com o número sorteado: sai também aos milhares de anónimos que beneficiam, através da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dos proventos reunidos pela tentação da fortuna. É a Lotaria Nacional, velhinha, mas em permanente renovação.

Para este ano, a Lotaria enriqueceu-se por dentro e por fora. Assim, na Clássica, foram valorizados os montantes a atribuir por tipo de prémio - são vinte, ou mais, os prémios de valor igual ou superior a mil contos - e o preço das fracções não aumentou. (A Santa Casa, com ironia: «É um dos poucos produtos que não sofreu com a inflação...») A Popular, essa passou de 200 para 250 escudos o bilhete, devido à pesada tributação que incide sobre os prémios - mas estes aumentaram em número e em valor: o primeiro, por exemplo, era de 1500 contos e agora é de 3000.

Quanto ao visual, procurou-se transformar as «cautelas» em peças com significado cultural, apreciadas pelos coleccionadores. Em 1990, na Lotaria Clássica, estão a ser reproduzidos monumentos nacionais e, na Lotaria Popular, trajos portugueses. Em 1991, utilizar-se-á papel que permita uma melhor qualidade de impressão e as colecções terão ainda mais valor.

Nós vamos guardar a reprodução do Santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga, multiplicada por cinco cautelas - tantas quantas a Santa Casa ofereceu à nossa Redacção -, não só por termos descoberto uma súbita vocação coleccionista, mas também porque são 35 os milhões que nos aguardam. O voto para que nos toquem é do nosso amigo Dr. Vítor Melícias, provedor da Misericórdia; desejamos que as suas relações com a sorte sejam tão boas como as que mantém com a Imprensa.

Jardim Zoológico acaba com borlas a estudantes

A administração do Jardim Zoológico cancelou as entradas gratuitas dos estudantes naquele parque por a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário se ter recusado a aumentar a verba destinada àquele efeito. A partir de agora, o Zoo faz desconto de 50 por cento aos alunos, quando se trate de visitas em grupo, solicitadas pelos respectivos estabelecimentos de ensino.

A suspensão do acordo, revelada pelo presidente da adminsitração do jardim, Félix Pires, decorre do factode a referida direcção-geral ter discordado da verba compensatória proposta pelo Zoo para este ano -- 12 500 contos.

Segundo Félix Pires, a Direcção-Geral tinha informado que estaria disposta a atribuir apenas a verba de sete mil contos, a mesma do ano passado.

Os responsáveis do Jardim Zoológico argumentam, em abono da sua pretensão, que em 1989 se verificou um acréscimo de entradas de estudantes em mais de 50 por cento relativamente ao ano anterior. Félix Pires acrescenta que a Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário demorou seis meses a responder às propostas do Zoo.

Em 1987, a administração do jardim fizera notar à Direcção-Geral que a verba então disponível, 3 600 contos, era insuficiente, tendo em conta o acréscimo constante da entrada de estudantes.

O montante aumentou no ano seguinte para sete mil contos, mas a Direcção-Geral aumentou o âmbito do protocolo, com a inclusão dos alunos dos ensinos particulares e cooperativo -- frisou Félix Pires.

O Estado português despendeu 250 mil contos na remoção do «Tollan»

Os portos e a costa estão em perigo

O almirante Conceição Silva lança o alarme e aponta algumas soluções

Em 1917, o cargueiro francês «Mont Blanc», transportando 2 300 toneladas de ácido pícrico e 300 toneladas de TNT, chocou, no porto de Halifax, com outro navio e explodiu. Foi a maior explosão de toda a história até ao lançamento da primeira bomba atómica.

A vaga de choque arrasou o porto e metade da cidade, causando uma gigantesca onda de maré que afogou os escassos sobreviventes da explosão. O balanço cifrou-se em 3 mil mortos, 9 mil feridos e 6 mil desalojados.

Uma tragédia destas proporções nunca ocorreu em Portugal, mas pode acontecer a todo o momento. Quem o afirma é o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Conceição Silva, em artigo publicado no último número da «Revista de Marinha», no qual assinala: «Existe um grande perigo potencial, pois as nossas águas são frequentemente atravessadas por navios que transportam substâncias perigosas».

Depois de registar no citado artigo os principais acidentes marítimos ocorridos nos últimos anos na costa e em portos portugueses, o almirante Conceição Silva procura encontrar soluções para a permanente situação de perigo, já que não é possível proibir ou evitar que cargas letais continuem a percorrer os mares e a demandar os portos.

Legislação não chega

O transporte marítimo encontra-se já regulamentado por numerosos e complexos diplomas, criados sob a égide de organizações internacionais, tais como a IMO, a ILO e a WHO. No entanto, assinala Conceição Silva, «esses diplomas traduzem quase sempre um compromisso: para se elaborar um texto aceitável pelo maior número possível de Estados, os legisladores internacionais têm que ter em conta os procedimentos e práticas correntes nos vários países».

De facto, algumas nações acabam por ratificar esses diplomas na totalidade, outras apenas em parte, outras, ainda, apontam reservas à sua aplicação na prática. O problema mais grave levanta-se, geralmente, no momento do pagamento da indemnização às vítimas das consequências dos sinistros. Aí surgem imediatamente as limitações de responsabilidade dos armadores, a difícil ou impossível identificação destes (que não se sabe quem são ou já desapareceram), os mecanismos *one ship–one company* e todos os artifícios relacionados com os sistemas de bandeiras de conveniência (como os casos habituais do Panamá e da Libéria) e com registos de duvidosa credibilidade.

Uma situação desse tipo foi provocada pelo «Tollan», com cuja remoção o Estado português despendeu 250 mil contos, dos quais muito provavelmente nunca será recompensado.

Para o almirante Conceição Silva todo este tipo de acidentes devem ser controlados por uma única entidade e afirma que o organismo naturalmente vocacionado é a autoridade marítima.

Reconhece, porém, que neste momento «falta que lhe sejam atribuídos os instrumentos legais e os meios técnicos e financeiros adequados para o pôr em efectivo funcionamento».

De qualquer maneira, até que esse organismo exista, acredita que alguma coisa pode ser feita desde já, com base na legislação existente. Trata-se, principalmente, de «proceder a uma melhor identificação e controlo dos navios que demandam os nossos portos, sob inverosímeis bandeiras de conveniência, em inadmissíveis condições de segurança, com tripulações incompetentes e insuficientes, sem seguro de P & I Club e com armadores inidentificáveis».

A situação é, pois, «pouco optimista». «Trata-se, adverte o almirante, de assumir a consciência do perigo que ameaça o nosso País, e de organizar formas de defesa eficaz e prática para a protecção de potenciais vítimas de um desastre que, mais tarde ou mais cedo, virá provavelmente a ocorrer nas nossas costas ou portos, com consequências porventura **piores** que as recentemente verificadas em Porto Santo».

R.A.

Informação

ALTERAÇÃO AO SERVIÇO FERROVIÁRIO NO PERÍODO DAS 00.00 HORAS DO DIA 90/03/12 E AS 24.00 HORAS DE 90/03/21, RESULTANTE DOS PRÉ-AVISOS DE GREVE DO SINDICATO NACIONAL DOS MAQUINISTAS E DA FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS FERROVIÁRIOS

Prevendo-se perturbações que afectarão gravemente a normalidade do serviço ferroviário no período compreendido entre as 00.00 horas do dia 90/03/12 e as 24.00 horas do dia 90/03/21, a CP concretizará um programa de circulações que, no mínimo, abrangerá:

1. **Comboios a realizar no eixo LISBOA/PORTO/BRAGA e BRAGA/PORTO/LISBOA**
   1.1 Comboios especiais rápidos
   São suspensas todas as circulações Alfa e Intercidades deste Eixo.
   A CP vai realizar neste percurso os seguintes Comboios Especiais rápidos (T 130) com paragens em Pombal, Coimbra, Aveiro e Gaia, e as seguintes horas de partida e de chegada:

Lisboa	Porto	Braga
7.20	10.55	
17.05	20.40	22.00
20.25	24.00	
Braga	**Porto**	**Lisboa**
	7.20	10.55
15.50	17.15	20.50
	20.30	00.05

   Estes comboios especiais realizam o percurso Lisboa-Porto em 03.35 h
   O comboio especial com partida de Lisboa-P às 17.05 h tem seguimento até Braga.
   O comboio especial que tem passagem no Porto às 17.15 h tem a sua origem em Braga às 15.55 h.
   1.2 Comboios Inter-Regionais
   A CP assegura a realização dos comboios inter-regionais 824 e 828 com partidas do Porto às 12.00 h e 18.45 h e, também, os comboios 825 e 827 com partidas de Lisboa às 11.35 h e 15.25 h.
   1.3 Serviço Regional
   Realizar-se-ão as circulações que se revelarem possíveis
2. **Eixo LISBOA/GUARDA**
   2.1 São suprimidos os comboios Intercidades 510 e 511.
   2.2 Serão realizados Comboios Especiais Inter-regionais entre Coimbra e Guarda, com paragem em Celorico da Beira, Mangualde, Nelas, Oliveirinha/Cabanas, Santa Comba Dão e Pampilhosa, com partidas da Guarda às 07.15 h e 17.40 h e de Coimbra às 10.15 h e 19.45 h.
   2.3 Serviço Regional
   Realizar-se-ão as circulações que se revelarem possíveis.
3. **EIXO LISBOA/COVILHÃ**
   3.1 São suprimidos os comboios Intercidades 540, 541, 542 e 543.
   3.2 Serão realizados Comboios Especiais Inter-regionais entre Lisboa e Covilhã, com paragem em Entroncamento, Abrantes, Alferrarede, Ródão, Castelo Branco e Fundão, com partidas de Lisboa às 08.30 h e 19.00 h e da Covilhã às 07.10 h e 15.00 h.
   3.3 Serviço regional
   Realizar-se-ão as criculações que se revelarem possíveis
4. **EIXOS LISBOA/LEIRIA/FIGUEIRA DA FOZ, PORTO/TUA E PORTO/VIANA DO CASTELO/VALENÇA**
   4.1 São suprimidos os comboios Intercidades Lisboa/Leiria 500 e 501, assim como os Intercidades Porto/Régua 560 e 561 e Porto/Viana 550 e 551.
   4.2 Comboios Inter-regionais e Regionais
   Serão realizados nestes eixos as circulações que se revelarem possíveis.
5. **EIXO LISBOA/FARO-LAGOS**
   5.1 São suprimidos os comboios Intercidades Lisboa/Faro 580 e 585 e Lisboa/Faro-Lagos 582 e 583.
   5.2 Serão realizados Comboios Especiais Inter-regionais entre Barreiro e Faro, com paragens em Tunes e Albufeira, e com partidas do Barreiro às 15.00 h e 18.50 h e de Faro ás 07.30 h e 14.05 h.
   As ligações de e para Lagos são asseguradas por comboios regionais.
   5.3 Serviço Regional
   Serão realizados os comboios que se revelarem possíveis.
6. **EIXO LISBOA/ALENTEJO**
   Serão realizados os comboios Inter-regionais e regionais que forem possíveis.
7. **LIGAÇÕES INTERNACIONAIS**
   Serão asseguradas todas a ligações internacionais, com excepção da ligação Porto-Vigo, que será suprimida neste período.
8. **RESTANTES LIGAÇÕES DE LONGO CURSO**
   Nos restantes itinerários de Longo Curso serão asseguradas as ligações possíveis.
9. **SERVIÇO SUBURBANO**
   9.1 Zona suburbana de Lisboa
   9.1.1 Linha de Sintra
   Prevê-se a supressão de grande parte dos comboios entre as 06.00 e as 09.00 horas da manhã, pelo que o Serviço Ferroviário será complementado por Rodovia nas seguintes origens e destinos:
   de Amadora (Câmara Municipal) e de Queluz (Estação) ambos em direcção à Estação do Metropolitano do Colégio Militar e de Barcarena (Estação), Cacém (Estação), Rio de Mouro (Estação), Mercês (Estação), Algueirão (Colégio Afonso V) e Sintra (Estação) em direcção ao Marquês de Pombal, serviço que se prolongará ao longo do dia, caso se justifique.
   Entre as 21.00 e as 02.30 h haverá igualmente um transporte complementar Rodoviário entre Lisboa-Rossio (Teatro D. Maria II) e os locais de origem anteriormente indicados.
   Todos os comboios têm paragem em Campolide.
   9.1.2 Linha de Cascais
   Prevê-se que seja praticado, com algumas surpressões, nomeadamente nas horas de ponta (manhãçtarde) o horário dos comboios que vigora aos Domingos.
   Todos os comboios têm paragem em Santos, sendo o primeiro comboio de Cascais às 05.15 horas da manhã.
   A CP desenvolve também a partir das 06.00 horas e ao longo de todo o dia um esquema Rodoviário complementar com origens e destinos em:
   Cascais / S. Pedro / Parede / Carcavelos / Oeiras / Paço D'Arcos / Cais do Sodré
   Não haverá circulação de comboios no sentido ascendente (Cais do Sodré/Cascais) nos períodos entre as 12.30 h e 14.10 h e entre as 21.20 h e as 24.00 horas.
   No sentido descendente (Cascais/Cais do Sodré) não haverá circulação de comboios nos períodos entre as 13.30 h e as 15.00 h e entre as 22.00 e a 01.00 horas.
   Nestes intervalos só haverá pois serviço complementar rodoviário.
   9.1.3 LISBOA-AZAMBUJA
   Prevê-se a realização do serviço normal.
   9.1.4 BARREIRO-SETÚBAL-PRAIAS DO SADO
   Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal, com pontuais supressões nomeadamente na ponta da manhã.
   9.1.5 VIA FLUVIAL
   (LISBOA-T-BARREIRO)
   Será praticado o serviço normal.
   9.1.6 CACÉM-TORRES VEDRAS
   Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal, com pontuais supressões nomeadamente na ponta da manhã.
   9.2 Zona suburbana do Porto
   9.2.1 PORTO-MARCO, PORTO-PÓVOA-GUIMARÃES, PORTO-AVEIRO
   Prevê-se a realização de parte do serviço normal o qual é complementado por rodovia, com origens e destinos de Cete, Recarei, Póvoa do Varzim, Oval, Espinho, Porto-S. Bento, Porto-Campanhã, V.N. Gaia (Jardim do Morro), Porto-Boavista (Rua de Agramont).
   9.3 Zona suburbana de Coimbra
   COIMBRA-FIGUEIRA DA FOZ E COIMBRA-SERPINS)
   Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal.
10. Solicita-se aos Senhores Passageiros que contactem as Estações ou Secções de Informações da CP para a obtenção de esclarecimentos complementares sobre a evolução dos serviços a prestar.

90 Março 09

Informação divulgada pela Divisão de Relações Públicas

Caminhos de Ferro Portugueses

ENTREVISTA COM CARD

«Era n para a

É geralmente considerado o comissário da CEE que melhor compreendeu o funcionamento das Comunidades. Com pelouros atribuídos considerados menores, o curso da História transformou-o num supercomissário com intervenção em todas as áreas

«A agricultura, de uma maneira geral, é hoje, em Portugal, uma actividade próspera»

Do nosso correspondente em Bruxelas

Foram-lhe atribuídos pelouros considerados menores. À revelia dos esforços políticos desencadeados por diversos círculos. Mas a máquina comunitária teve de adaptar-se à revolução na Europa. O curso da História transformou em supercomissário o representante de um dos países mais frágeis da Comunidade. Chama-se António Cardoso e Cunha. Na opinião generalizada, é o comissário que melhor compreendeu o funcionamento das Comunidades, talento que lhe granjeou as simpatias do presidente Jacques Delors. Na entrevista que concedeu, em exclusivo, ao «Diário de Lisboa», Cardoso e Cunha não se esquivou nem às perguntas «*insistentes e provocatórias*». A intenção era essa: não nos esquivarmos mesmo às questões polémicas.

Neste momento em que «*era necessária uma tropa de comandos*», foi encarregado dessa missão. Intervém horizontalmente em todos os sectores da Comissão, um centro do Poder «*que recebe soberania parcialmente delegada pelos Estados, que modela e influencia as sociedades europeias*». Defende uma Comissão não dependente directamente de eleições e a regra da proporcionalidade demográfica, mesmo depois da reunificação alemã. Quanto a esta nova situação política, «*não espanta nada que todo o processo esteja concluído ainda este ano*».

Em Portugal «*gostamos muito de situações maniqueístas, os bons ou os maus, os vilões ou os rapazinhos*», responde quando o acusam de não defender interesses portugueses. «*Represento interesses comunitários, mas afirmo-os através de uma sensibilidade portuguesa.*» Elogia a acção de Cavaco Silva, mesmo com o risco de lhe chamarem «*seguidista*». Sobre as fraudes do Fundo Social Europeu, afirma que *melhor é a das pedras*». Não tem dúvidas, por isso, em preferir o eucalipto. Mas esclarece: «*Nenhum agricultor vai fazer eucalipto onde pode fazer espargos.*» Ex-ministro das Pescas, é peremptório ao recomendar que o centro de gravidade da actividade tem de se deslocar da captura para a transformação e comercialização.

O que publicamos a seguir é o resultado de um diálogo de duas horas entre o «DL» e António Cardoso e Cunha, português, inesperadamente supercomissário europeu.

Sectores ancilosados

Diário de Lisboa - Portugal apostava no pelouro da Cooperação e Desenvolvimento para o seu comissário. Perdeu-o. No entanto, as transformações a Leste, a necessidade de uma adaptação da máquina europeia, não fizeram de si uma espécie de supercomissário?

Cardoso e Cunha - É um exagero. O que é verdade é que círculos e entidades portuguesas, entre as quais eu próprio, entendiam que a pasta da Cooperação nos era interessante. E fizeram mesmo esforços nesse sentido. Dizer que isso era uma necessidade nacional é um exagero e não tem a ver com o real equilíbrio das funções que aqui desempenho. O que é importante para os

«As áreas do comando da máquina comunitária, eram sectores ancilosados, sectores de demasiada estabilidade onde a prática multinacional menos acutilante do passado tinha deixado criar hábitos de estagnação»

de estranhar seria se não se tivesse detectado nenhuma irregularidade. «*Ou se estaria a trabalhar com santos ou num sistema sem controlo.*» Cardoso e Cunha defende que os portugueses não são as élites, «*são aqueles que não têm estradas, não têm hospitais, não têm uma educação aceitável, são aqueles que têm oportunidades profissionais reduzidas. É a esses que as acções públicas terão que se desenvolver e dirigir*». Perfeito conhecedor do nosso país, aldeia por aldeia, concelho por concelho, garante que «*a cultura que os portugueses fazem*

Estados-Membros da Comunidade é que os seus representantes desempenhem bem as funções que lhes são confiadas, e não que insistam para lá do aceitável (toda a gente sabe que pode haver preferências pessoais). Nesta casa tudo se resume a um equilíbrio de doze participantes e esses equilíbrios são delicados, porque a Comissão tem necessidades e obrigações executivas. A operacionalidade da Comissão não pode apenas corresponder a desejos pessoais de doze elementos que não se con-

hecem, que vêm de doze países diferentes. O presidente, que tem o risco pessoal do equilíbrio da equipa, atravessa uma fase de trabalho de elevadíssimo risco. Não é só o seu prestígio político que está em jogo, mas e a eficiência da acção durante quatro anos de toda uma Comunidade. E o presidente da Comissão tem a obrigação, que ninguém lhe pode recusar, de tentar utilizar as virtualidades dos 17 comissários da forma que lhe dá melhor garantia de operacionalidade. Na realidade, o que aconteceu? Por razões que naturalmente me agradam no plano pessoal, o presidente entendeu que terei condições particulares para «dossiers» onde se necessita de uma cota de decisão, de capacidade de inovação muito grande. E, portanto, atribui-me grandes responsabilidades, não com a intenção de me transformar num supercomissário, como dizem (enfim, uma expressão metafórica). O nível dirige-se em particular às zonas quer de total inovação quer aquelas onde se impunham mudanças muito intensas. Em particular, e deixe-me referir só estas duas quer o esquema da energia na Europa quer as áreas do comando da máquina comunitária, eram sectores ancilosados, sectores de demasiada estabilidade onde a prática multinacional menos acutilante do passado tinha deixado criar hábitos de estagnação, de cristalização, que era necessário romper e, para isso, era necessária uma tropa de comandos. E fui encarregado dessa missão. Uma missão interessante que lhe traz uma capacidade de intervenção de carácter horizontal. Intervenho em todas

«O presidente Jacques Delors entendeu que terei condições particulares para dossiers onde se necessita de uma cota de decisão, de capacidade de inovação muito grande»

as áreas da vida da Comissão e penso que é um resultado final muito agradável para a presença do comissário de uma nacionalidade que, como sabemos, tem algumas fragilidades. É recém-chegada e das mais frágeis.

Burocracia assumida

DL - Os técnicos que vêm para aqui ficam surpreendidos com o que encontram. Nunca esperaram tanta burocracia e uma máquina tão pesada como os ministérios portugueses. O que está a ser feito para modificar isso, se é que concorda com aquilo que disse.

CC - Antes de dizer o que vai ser feito deixe-me comentar a análise que me apresenta. Uma instituição com doze nacionalidades e com nove línguas nacionais não pode ser uma administração leve. Não pode ser. É um contra-senso. E se alguns dos nossos funcionários, desses

CONCESSIONÁRIOS
TOITORRES TOYOTA
Edifício Toitorres E.N. 8 — Km 43,9 — Telefs. 25171/2/3/4 — 2560 TORRES VEDRAS

CARDOSO E CUNHA I

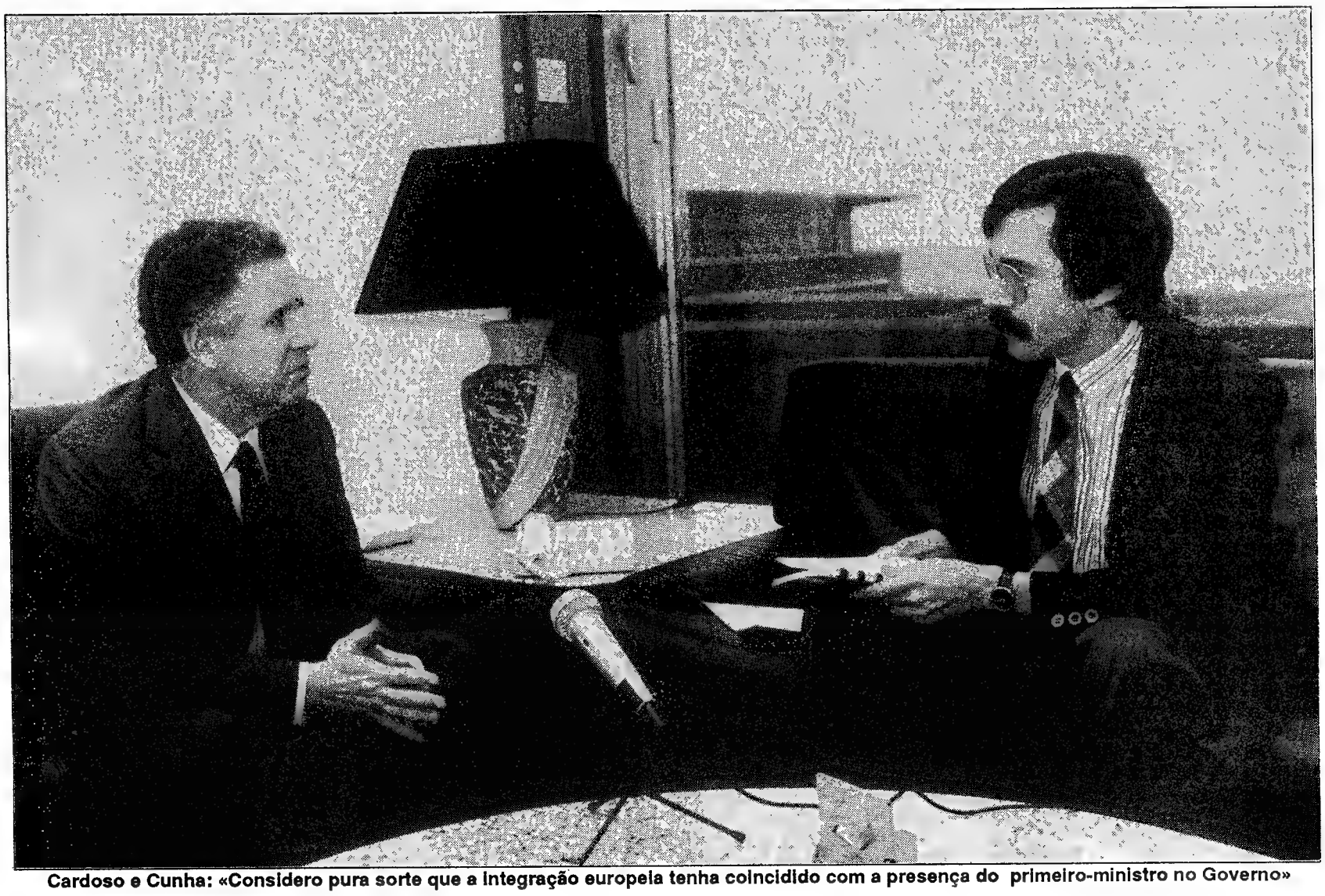
...necessária uma tropa de comandos ...a missão de que fui encarregado»

issão
ltado
ara a
o de
que,
umas
cém-
geis.

e vêm
ndidos
Nunca
ncia e
como
es. O
odifi-
a com

o que
com-
apre-
com
com
s não
ração
É um
ns dos
esses

ra
ção



Cardoso e Cunha: «Considero pura sorte que a integração europeia tenha coincidido com a presença do primeiro-ministro no Governo»

que falaram consigo, manifestaram essa ideia, penso que manifestam, sobretudo, uma grande impreparação para funções administrativas. Trabalhamos com equipas de doze Estados, provenientes das mais diversas regiões da Europa, inclusivamente com formas de trabalho e mecanismos mentais completamente desarticulados; com formações universitárias que não são homogéneas; existem Estados que têm nas profissões tradicionais noções académicas muito diferentes, às vezes antagónicas, e é desta massa que temos de seleccionar as pessoas para o nosso trabalho, com o imperativo irrecusável de aceitar as línguas nacionais. Temos de fazer a Europa com as nações europeias e temos de favorecer a manutenção das nossas actuais divergências regionais. Convido-o a falar com esses rabugentos, com esses insatisfeitos e toda a gente reconhece que a administração comunitária e, particularmente a da Comissão Europeia, é de um nível muitíssimo elevado, muito acima de qualquer administração nacional, mesmo às dos países mais prósperos, onde a administração pública é uma tradição positiva. A equipa está a responder bem a técnicas de movimentação da minha responsabilidade, motivadas pela alucinante subida do tipo de solicitações que chegam a esta casa. E qualquer pessoa na sua posição está em condições para não reprimir um ar de espanto quando constata como é que a mesma instituição pode no espaço de um ano abrir frentes do tamanho da Europa Oriental, da integração da Alemanha do Leste, das novas relações com o resto do Mundo, os problemas da liberdade do comércio internacional, os problemas da droga, da SIDA. Todas essas situações têm na Comissão um ano e a máquina que já estava assoberbada antes não cresceu. A Comunidade não é uma instância estatística, não somos a OCDE da Comunidade, não somos uma instituição que acompanha as ligações económicas e sociais dos outros Estados, somos o centro do poder que recebe soberania parcialmente delegada pelos Estados, que produzimos legislação automaticamente adoptada pelos doze Estados e que modelamos e influenciamos as sociedades europeias. Não há mesmo hoje, em qualquer parte do mundo, qualquer organização do género da Comunidade e ela corresponde ao exercício político de maior fôlego que alguma vez se fez no campo das relações internacionais. Tentamos constituir bases homogéneas e, insisto no termo, operacionais, de transformação de uma sociedade muito extensa - trezentos e tal milhões de pessoas - e do tamanho continental.

Uma questão de preponderância

DL - Como é que os portugueses são encarados a nível da Comissão? Parece que os alemães e os italianos disputam a preponderância. Apercebe-se disso? Há «lobbies» a funcionar nesta estrutura? E Portugal, onde se coloca?

CC - É difícil dizer que há de facto nacionalidades que comandam as operações. A estrutura dos nossos órgãos e a forma como as decisões são tomadas constituem a melhor garantia de idoneidade dessas decisões. Há pessoas mais ou menos influentes, há características pessoais, profissionais de inteligência, de operacionalidade, de experiência, que têm alguma importância, mas todos os comissários são transitórios. Normalmente, de quatro em quatro anos novas equipas chegam. O sistema é todo ele concebido para equilibrar os interesses nacionais e contrariar as hegemonias do tipo que refere. Neste momento - enfim não serei a pessoa mais indicada para o fazer, visto que sou, digamos, um dos objectos desse inquérito -, os portugueses são vistos com respeito. Passada a fase de aproximação e de aterragem, que foi feita penso que com capacidade, temos hoje aqui muitos portugueses a trabalhar connosco e de uma forma global têm dado boas provas não só no campo profissional, mas também no capítulo da dedicação, do esforço, da assiduidade, da seriedade dos processos. Algumas dúvidas que possam ter sido eventualmente levantadas durante a fase das negociações foram completamente eliminadas, os portugueses são elementos úteis, estimados, mas vou-lhe pedir que dirija essas perguntas não ao comissário português mas a outras pessoas que tenham uma perspectiva mais interessante na avaliação dos portugueses. Eu, no que me diz respeito, tenho encontrado na equipa portuguesa, aqui na Comissão, um grau de «performance» muito bom.

«Os portugueses são vistos com respeito. Passada a fase de aproximação e de aterragem, que foi feita penso que com capacidade, temos hoje aqui muitos portugueses a trabalhar que têm dado boas provas no campo profissional e também no capítulo da dedicação»

Independência total

DL - Contrariamente a outros comissários tem-se assumido como um executivo europeu que não está em Bruxelas para defender os interesses do seu país. É assim ou não?

CC - Em Portugal gostamos muito de situações manequeístas. Há o preto e o branco, os bons e os maus, os vilões e os rapazinhos. A vida não é assim. Desde o princípio que alguns colegas seus têm vindo a especular, tentanto ver frases, palavras felizes ou infelizes. Vamos ver se com a sua ajuda consigo pôr, de uma vez para sempre, um ponto final nessa pateta discussão. Eu e os meus dezasseis colegas, quinze homens e duas senhoras, recebemos uma investidura do tribunal supremo da Comunidade que nada tem a ver com a origem nacional. Não representamos ninguém, a não ser nós próprios, e fomos considerados pessoas com a capacidade individual suficiente para assumnir com neutralidade as responsabilidades de gestão desta Comunidade. Ponto final. Esse é o problema exacto. Dessa forma, por compromissos que constam do Tratado, os comissários não podem dar nem receber conselhos, sugestões ou indicações de qualquer Estado-Membro incluindo aqueles de que são oriundos. Ponto final. A independência é total. Mas se fôssemos todos profundamente assépticos e completamente independentes dos nossos países, nada impediria que essas dezassete personalidades fossem todas francesas, alemãs ou italianas.

José Rui Cunha

continua na página 22

A.M.A.
Auto Monumental de Aveiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

ENTREVISTA COM CARDOSO E CUNHA I

«Represento interesses comunitários, mas afirmo-os através de uma sensibilidade portuguesa»

continuação da pág. 21

Ora o simples facto de, pelo Tratado de Constituição desta Comunidade, os comissários serem originários de todos os Estados-Membros da Comunidade, implica que o colégio contenha um equilíbrio das sensibilidades nacionais. Isso está profundamente ligado à forma de decisão que é feita por maioria simples, com uma representação cultural capaz de compreender as incidências que uma ou outra decisão tem em cada região. Orgulho-me, nas discussões que afectam Portugal e nas outras, de poder estar presente com um ponto de vista informado por uma cultura, uma tradição, uma educação, uma vivência portuguesas. Não dependo de qualquer Estado, represento interesses comunitários mas afirmo-os através de uma sensibilidade portuguesa.

Cavaco: insubstituível

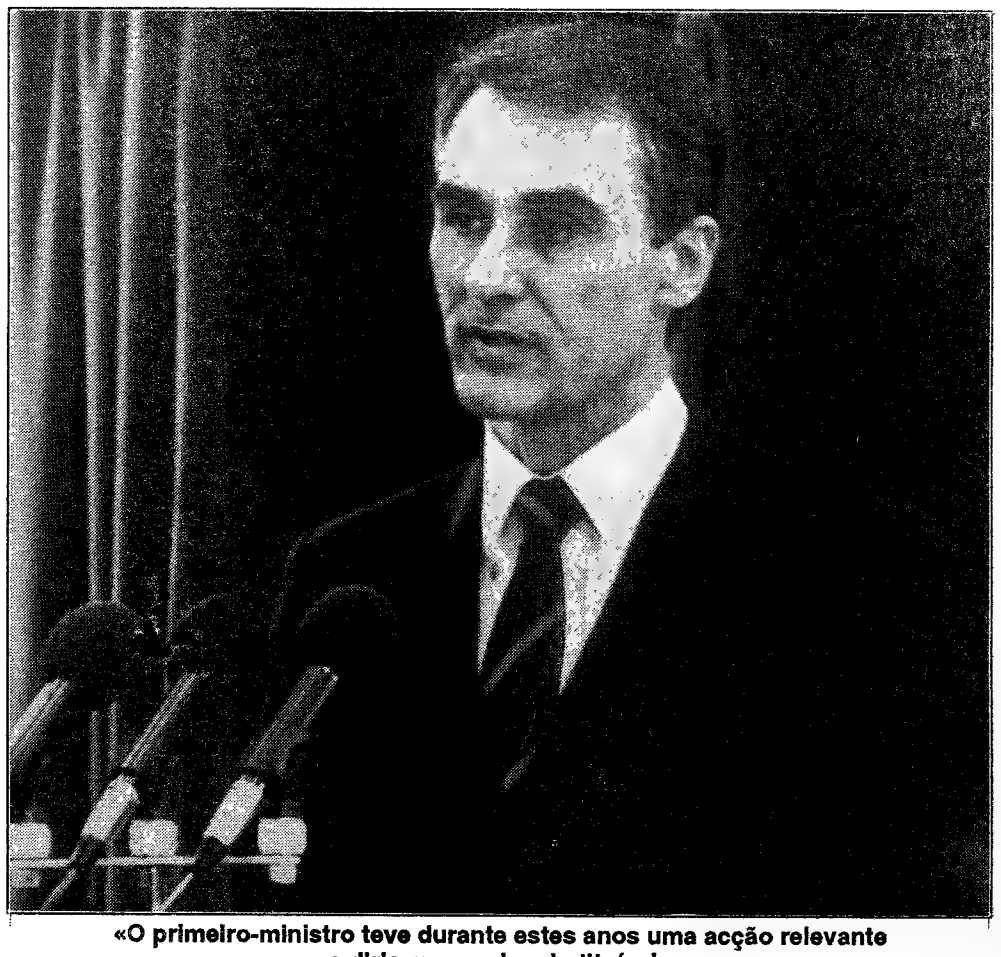
DL - É opinião generalizada que cada vez mais se afasta das posições defendidas pelo Primeiro-Ministro, com opiniões aparentemente divergentes. Será que a questão está entre uma postura periférica e uma postura europeia?

CC - Isso é um disparate. Considero pura sorte que a integração europeia tenha coincidido com a presença do primeiro-ministro no Governo. Com todo o risco de me classificarem já de seguidista, manifesto claramente a opinião de que a personalidade do primeiro-ministro português e as suas características pessoais e profissionais deram a estes quatro primeiros anos da presença de Portugal na Comunidade uma oportunidade única de estabelecer os quadros fundamentais, as ligações dos fluxos financeiros, dos apoios estruturais ao nosso país. O Governo português conseguiu fazê-lo com uma unidade de comando em que a personalidade do primeiro-ministro é relevante. Os primeiros-ministros não necessitam de ser oriundos de uma determinada profissão. No caso português constatamos que o primeiro-ministro é um macroeconomista de relevo. O equilíbrio estrutural centro-periferia é encarado em princípios macroeconómicos. Assim, como a União Económica e Monetária, todos os problemas da actualidade só têm a beneficiar por serem discutidos com um Governo onde a chefia das operações pertence a pessoas com essa formação. O primeiro-ministro teve durante estes anos uma acção relevante e diria mesmo insubstituível. Não conheço em todos os partidos portugueses uma outra solução governativa que neste caso que estamos a tratar tivesse uma melhor capacidade, de facto, para obter resultados para Portugal. Não é verdade que me tenha afastado, penso que mutuamente respeitamos o que um e outro fazemos neste complexo exercício comunitário, temos que manter a nossa liberdade para o futuro, e não temos qualquer divergência nesse sentido. A colaboração tem sido óptima. Esse fantasma é originado numa interpretação abusiva de palavras de estímulo e um pouco duras, porque entendo que em Portugal o tempo não é para relaxar os esforços, o tempo é para reacelerar mais. Receio - e isso nada tem a ver com a atitude da administração pública ou do Governo - que os portugueses, que durante séculos atravessaram períodos de descrença, ao verem uma pequena melhoria de condições globais, se convençam que chegaram ao fim do caminho. E não é verdade. Portugal ainda está, em termos globais, muito longe da média comunitária. Vamos lá chegar, mas temos de encarar os problemas com uma atitude de sacrifício, é agora a altura de meter o gás todo.

«Orgulho-me, nas discussões que afectam Portugal e nas outras, de poder estar presente com um ponto de vista informado por uma cultura, uma tradição, uma educação, uma vivência portuguesas. Represento interesses comunitários, mas afirmo-os através de uma sensibilidade portuguesa»

DL - Considera que a aplicação dos fundos estruturais previstos no tratado de adesão beneficiaram de facto a economia portuguesa ou apenas «colmataram buracos», sem criar bases para o desenvolvimento?

CC - A minha resposta tem de ser francamente positiva. Estamos no segundo ano de execução do programa económico e social, e muito cedo para fazer balanços globais, mas só um cego - e o pior cego é aquele que não quer ver - é que não vê que em Portugal a vida económica e a vida social se lançam neste momento em bases completamente diferentes. O esforço de coesão económica e social da Comunidade tem, em valores reais, uma dimensão superior ao Plano Marshall no fim da guerra. Nunca se puseram na Europa meios financeiros deste montante e, naturalmente, Portugal está a responder bem. Mas não nos iludamos. O ponto de partida era muito mau, Portugal é um país desprovido de grande parte de infra-estruturas essenciais. Naturalmente, qualquer gestor responsável tem a obrigação de acudir aos pontos que estão em ruptura, e daí, talvez, algum crítico mais exigente ou mais rabugento possa dizer que se estão a tapar buracos. Há problemas em Portugal, como por exemplo a rede de estradas, da maior gravidade, que têm de ser acudidos em condições de prioridade. A prioridade é uma noção de gestão e este programa de coesão económica e social é para durar muitos anos. Estamos no segundo ano de exercício, não tem qualquer senso a observação.



«O primeiro-ministro teve durante estes anos uma acção relevante e diria mesmo insubstituível»

Corrupção: nem santidade nem impunidade

DL - Tem havido acusações de corrupção na aplicação de fundos estruturais, nomeadamente do Fundo Social Europeu. Gostaria que o senhor comissário comentasse. Isto é um problema português ou um problema generalizado, a todos os níveis?

CC - Isso também precisa de alguma clarificação. Agradeço o tom insistente e provocatório em que me está a pôr as perguntas, porque me permite tocar em pontos importantes. Em primeiro lugar há que afastar a ideia de que a Comunidade tem um nível de irregularidades superior ao de qualquer outra administração. A Comunidade não é um paraíso. Uma comunidade é um exercício de homens e mulhares reais, humanos. Como em qualquer actividade humana, existem desvios, situações de fraude e de corrupção. É uma percentagem mínima, perfeitamente compatível com as que acontecem em qualquer administração nacional, dos Estados Unidos à China e à União Soviética ou de qualquer país europeu, e as medidas de controlo dessas irregularidades são extremamente severas, até pelo controlo político claro do Parlamento Europeu e dos tribunais comunitários. E é falso, maldoso e inaceitável identificar as acções comunitárias a acções irregulares. As acções do Fundo Social Europeu são fomentadas pela primeira vez em Portugal utilizando verbas anormais. O comportamento de alguns agentes receptores dessas acções é natural. Não possamos nós, que somos os responsáveis, com a experiência da vida, ficar alarmados se em algumas áreas - que a nossa escassez de recursos nunca permitiu tratar com seriedade e que de repente são envolvidas por acções financeiramente muito importantes - aqui e ali houver situações de irregularidade, que devem ser combatidas. De desconfiar seria se não se tivesse detectado nenhuma irregularidade, porque ou se estaria a trabalhar com santos ou num sistema sem controlo. Inaceitável seria que nas acções comunitárias desta envergadura se não se tivesse desmascarado nenhum caso de corrupção. O importante é saber qual a operacionalidade e a capacidade real das acções de repressão e de prevenção das fraudes.

«Inaceitável seria que nas acções comunitárias desta envergadura se não se tivesse desmascarado nenhum caso de corrupção. O importante é saber qual a operacionalidade e a capacidade real das acções de repressão e de prevenção das fraudes»

«Cenários intelectuais não são o meu estilo»

DL - O senhor comissário, que é empresário, afirmou uma vez que a Comissão gosta de «lobbies». Os agentes económicos portugueses ainda não se aperceberam disso ou não conseguem enquadrar-se nesta dinâmica?

CC - A Comissão gosta da administração de interesses, não gosta de pessoas desinteressadas. É uma mensagem simplista que utilizo nos contactos com os meus compatriotas, com frequência, porque as circunstâncias da nossa vida económica do passado próximo mostraram que os interesses económicos não eram compatíveis com as boas maneiras ou a convivência social. E as pessoas deviam demonstrar um certo distanciamento dos problemas concretos. A vida das elites portuguesas desenvolvia-se mais facilmente em cenários puramente intelectuais. Não é o meu estilo, não é a minha preferência e entendo que os portugueses têm grandes necessidades. Os portugueses não são ascélites portuguesas, são todos os portugueses, são aqueles que não têm estradas, não têm hospitais, não têm uma educação aceitável, são aqueles que têm oportunidades profissionais reduzidas, e é em relação a essa massa grande de portugueses menos prósperos que as acções públicas terão que se desenvolver e se dirigir. É importante que as entidades, as pessoas, as empresas, as agremiações não recebam com apatia o auxílio comunitário. Têm que demonstrar interesse, utilização criteriosa desses fundos, vontade de desenvolver as campanhas de regeneração. É preciso que os portugueses se organizem, que sigam os seus «dossiers» em Bruxelas, acompanhem o Governo português nessas matérias e só se satisfaçam quando o processo chega à sua conclusão. Muitos o fazem, a resultante global não é uma imagem de indiferença. Há é uma heterogeneidade de situações: ao lado de entidades extremamente activas que desenvolvem aqui os seus interesses de forma rigorosa, algumas entidades portuguesas têm uma atitude mais cinzenta e perdem-se oportunidades. É necessário que todos o façam.

DL - Considera que o Programa Europarceria tem tido tradução real dos seus objectivos?

CC - O Europarceria está no começo. Fizemos duas manifestações e vamos fazer a terceira. As nossas ambições são muito mais amplas. No futuro far-se-á várias vezes por ano. A Comissão está decidida a manter o esforço, este ano haverá uma edição no País de Gales, para o ano em Portugal, nomeadamente no recinto da Exponor, no Porto, e tudo indica que a edição portuguesa será um êxito. Aí o interesse das autoridades portuguesas é manifesto e de cores bem vivas.

J.R.C.

Amanhã:
«Portugal não deve aderir ao SME antes de o poder fazer bem»

ECONOMIA

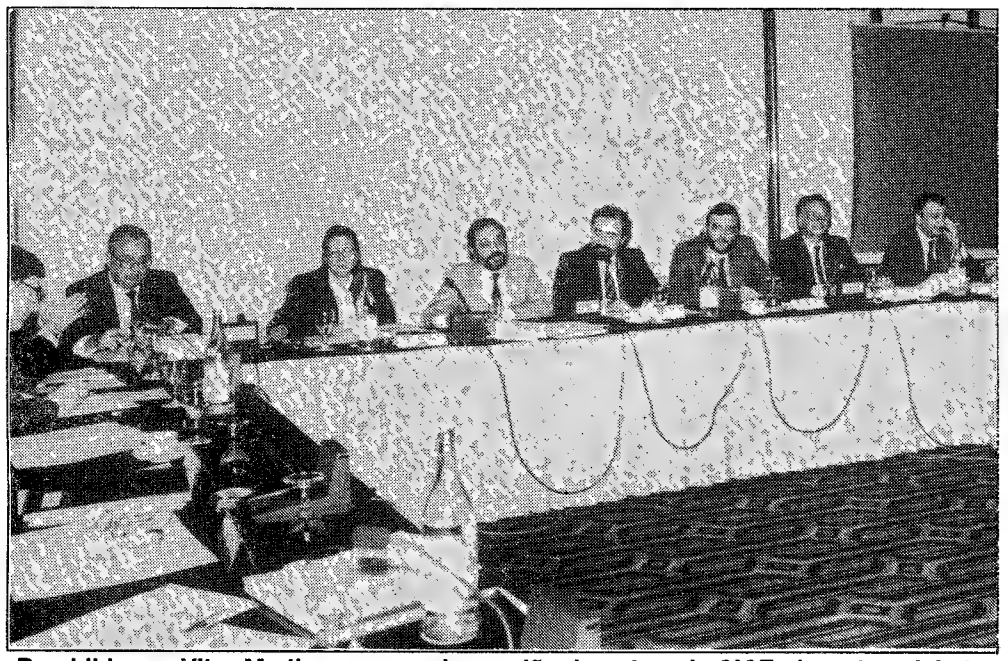
Reunião da CICE debate Europa 92

Comissão Interministerial troca experiências: formação, evolução tecnológica e reestruturação sectorial são ideias prioritárias

Uma reunião alargada da CICE, Comissão Interministerial para as Comunidades Europeias, efectuada ontem em Lisboa, à porta fechada, permitiu um diálogo entre uma centena de participantes da administração pública e alguns convidados de honra. As trocas de experiências sectoriais incidiram sobre os problemas mais importantes que se põem no horizonte de 1992.

Presidida pelo secretário de Estado da Integração Europeia, Vitor Martins, aquela reunião de trabalho da CICE «pretendeu reflectir os aspectos comunitários que estão na ordem do dia, entre pessoas, organismos e entidades que tratam directamente com esses assuntos, quer estejam no Governo, nos ministérios ou na administração, bem como entre especialistas individuais intervenientes em diversos sectores da economia portuguesa», disse ao DL um elemento do gabinete de Vitor Martins.

Os quatro convidados especiais, na manhã de ontem, foram o professor Fernando Brito Soares, que falou de alguns aspectos da política da integração europeia, nomeadamente as questões agrícolas; António de Sousa, conhecido como «o homem do PEDIP», que dissertou sobre o impacto da indústria na integração europeia; Maria José Sampaio, directora do Eurogabinete e do serviço de Estudos e Relações Internacionais da Caixa Geral de Depósitos e Vergílio Teixeira Lopo, presidente do Conselho de Gerência da Cimpor.



Presidida por Vitor Martins, a mesa da reunião de ontem da CICE, durante o debate das questões fundamentais da integração europeia

O sim à formação

Para este último convidado, tal como salientou ao DL, «sem uma formação adequada e uma evolução tecnológica eficaz» não é possível responder ao desafio europeu. A alteração das forças económicas e o apetrechamento tecnológico das empresas vem alterar a capacidade de intervenção da indústria portuguesa, referiu este engenheiro, sublinhando que é necessário igualmente uma alteração social no sector da indústria e uma política cambial menos proteccionista.

«Mais criatividade, criação de novos postos de trabalho, melhor qualidade de vida, não à mão-de-obra barata, sim ao aperfeiçoamento e à formação» são, em síntese, as ideias apresentadas por Teixeira Lopo, o qual insistiu em dizer ao DL que se torna cada vez mais necessário criar «grupos empresariais coerentes» que permitam levar à prática uma política de competitividade e de solução dos problemas sociais dos trabalhadores.

Maria José Constâncio, por sua vez, declarou ao DL que é prioritário efectuar «reestruturações sectoriais». As empresas e os grupos empresariais têm que tornar-se mais criativos e devem ser capazes de enfrentar os problemas sociais através de contrapartidas adequadas.

Este período de tempo, até 1992, tem que ser aproveitado para uma reestruturação eficaz do tecido empresarial, com vista a ultrapassar as dificuldades das empresas em se internacionalizarem, salientou Maria José Constâncio na reunião da CICE, onde abordou igualmente os temas específicos da Normalização e da Certificação da Qualidade.

R.F.S.

BREVES

Joint -venture luso-holandesa

Resultado de uma *joint-venture* entre a Cordoaria Oliveira Sá e a N. V. Verto, da Holanda, foi ontem inaugurada, em Paredes, a unidade industrial Verto Portugal. É uma sociedade de cordoaria que tem o objectivo de produzir para o grupo holandês e de internacionalizar a empresa portuguesa. O projecto teve apoios ao investimento provenientes do SIBR - Sistema de Incentivos de Base Regional. Recorde-se que a empresa portuguesa foi uma das cinco primeiras a receber, em 1989, incentivos financeiros do PEDIP.

Sonae avança em Coimbra

Um investimento de cinco milhões de contos é quanto o Grupo Sonae irá fazer, em Coimbra, com a implantação de um centro comercial naquela cidade. Pormenores quanto a acessos, espaços livres e enquadramento urbanístico foram já discutidos entre o presidente da Edilidade e Belmiro de Azevedo, que prevê dar início, no próximo ano, ao empreendimento que ficará situado na zona da Quinta das Flores. Comerciantes locais exigiram o parecer obrigatório da Associação Comercial e Industrial de Coimbra para a construção de grandes espaços comerciais.

Projornal em *holding*

A empresa proprietária do semanário «O Jornal», a Projornal, vai aumentar o seu capital social de 125 para 200 mil contos, passando a sociedade anónima. Assumindo-se como grupo multimedia de comunicação social, tem projectos de formação de *holding* onde poderão participar outros grupos ou personalidades. Criada há 15 anos, esta empresa, além de editar vários títulos conhecidos, é fundadora e principal accionista da empresa Rádio Jornal e está ligada ao grupo SIC, candidato a um canal de televisão.

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	48$00	54$00
ALEMANHA FED. (marco)	87$30	88$50
ÁUSTRIA (xelim)	12$40	12$60
BÉLGICA (franco)	4$013	4$263
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	127$35	129$85
(notas de 5 a 1000)	127$85	130$35
DINAMARCA (coroa)	22$80	23$20
ESPANHA (peseta)	1$324	1$444
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	149$95	153$45
(notas de 5 a 1000)	150$45	153$95
FINLÂNDIA (marka)	37$00	37$60
FRANÇA (franco)	25$85	26$55
HOLANDA (florim)	77$55	78$65
IRLANDA (libra)	233$40	237$40
ITÁLIA (lira)	$107	$122
JAPÃO (iene)	$941	$996
NORUEGA (coroa)	22$60	23$10
REINO UNIDO (libra)	241$05	245$55
SUÉCIA (coroa)	24$15	24$65
SUÍÇA (franco)	98$25	99$75
VENEZUELA (bolívar)	3$254	4$054

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Cel-Cat paga dividendos

A administração da Cel-Cat - Fábrica Nacional de Condutores Eléctricos, vai propor, em assembleia geral, a distribuição de 216 mil contos de dividendos, correspondentes a 240 escudos por acção. Esta empresa gerou, no ano passado, um *cash-flow* de 1,2 milhões de contos.

A CEl-Cat, que intervém na produção de cabos telefónicos, de potência e domésticos, teve resultados líquidos, em 1989, de 514 mil contos, o que é mais do dobro do apurado no ano anterior.

O prosseguimento da modernização do parque de máquinas da Cel-Cat deverá custar, este ano, cerca de 600 mil contos, Os investimentos visam responder à dinâmica que o Mercado Único irá impor, garantindo a Cel-Cat que não irá recorrer a capitais para pôr em prática o plano de desenvolvimento.

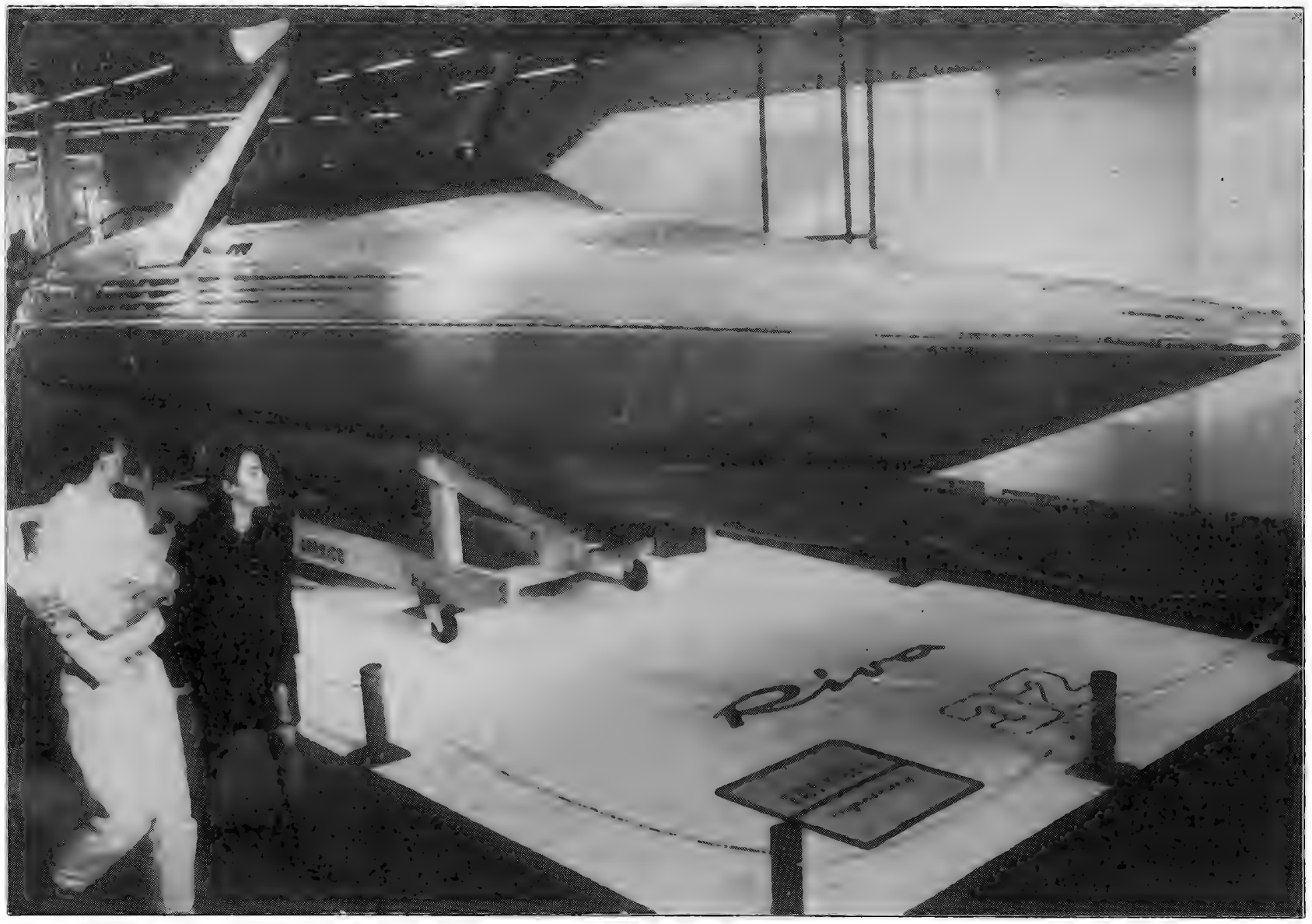
Preços agrícolas da CEE não travam declínio

A estrutura geral dos preços agrícolas, na Comunidade Europeia, não teve força para travar o declínio dos pequenos produtores, criar empregos no sector ou proteger o ambiente e o mundo rural, afirmou a deputada liberal francesa Simone Martin, no seu relatório sobre os preços da campanha 1990/91, que o plenário do Parlamento Europeu discute esta semana e que será votado pelo Plenário na quinta-feira.

Ao abrigo desta análise, o Parlamento Europeu propôs a realização de um programa comunitário de revitalização dos campos e da agricultura ligados ao ambiente. Segundo Mário Moura, da Lusa, este programa está avaliado em 495 milhões de ecus (cerca de 89,2 milhões de contos). Simone Martin propôs a criação do programa que se destinaria a apoiar a protecção do ambiente, o encorajamento da biotecnologia, o desenvolvimento de novos produtos e actividades de substituição, designadamente o turismo rural. Na sua proposta também há uma série de alterações aos preços agrícolas avançados pelo PE. De acordo com a sua proposta, os cereais deveriam benefiar de um aumento da ajuda à produção de variedades que possam vir a constituir alternativa a produções excedentárias, de 50 a 60 ecus por hectare, mais um prémio de iniciativa para a incorporação de cereais na alimentação animal.

Para o arroz é pedido um aumento das majorações mensais dos preços, enquanto que para o azeite é proposto um aumento do nível de ajuda à produção e a criação de uma organização comum de mercado para a azeitona de mesa.

A Comissão Parlamentar da Agricultura, para além de avançar com propostas sobre quotas garantidas de produção de oleoginosas, da supressão da taxa de corresponsabilidade para leite e derivados e manutenção do preço de orientação da carne de bovino, propõe, para o vinho, a prorrogação, até 31 de Agosto de 1996, da proibição de novas plantações e a possibilidade de financiar campanhas promocionais a favor do consumo de sumos de uva.



Ferrari: a «estrela » da Nauticampo

É natural que uma caravana «cinco estrelas» ou um «gasolina» de luxo não estejam ao alcance do comum dos cidadãos. Mas , na Nauticampo, não custa nada sonhar

COMBISOL

— GUARDA SOIS E BASES
— ABRIGOS P/ JARDIM E TOLDOS
— CANDEEIROS P/ EXTERIOR
— ESTOFOS
— BALOIÇOS

CAMPISMO
PRAIA / JARDIM
TOLDOS

EXPOSIÇÃO E VENDAS

Av. dos Bombeiros Voluntários, n.º 44 — ALGÉS - 1495 LISBOA • Tel.: 410 01 22 - 410 68 07 — Telefax: 410 56 82

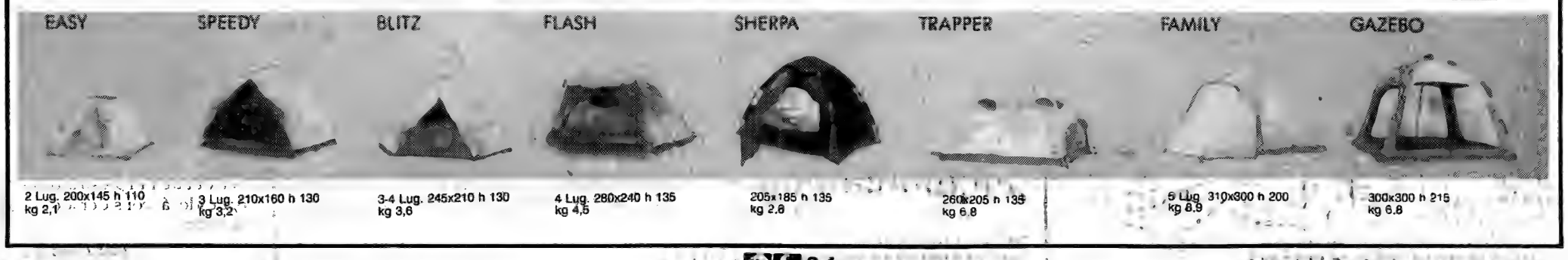
ENVIOS À COBRANÇA PARA TODO O PAÍS

A TENDA DO FUTURO

MONTAGEM AUTOMÁTICA

NADA MAIS SIMPLES NADA MAIS VELOZ.

NA NAUTICAMPO STAND 520 PAV.5



Nauticampo: a feira dos sonhos

A grande novidade e o centro das atenções da 23ª edição da Nauticampo é, sem dúvida, a fabulosa embarcação Riva Ferrari 32.

Aquele verdadeiro «sonho náutico» custa a módica quantia de 50 mil contos e foi adquirido, logo no primeiro dia de exposição, por um anónimo do Norte do país. O barco tem *design* Ferrari, é construído com materiais da mais avançada tecnologia, dispõe de dois motores Riva de 400 cavalos cada e atinge velocidades da ordem dos 100Km/h.

Acrescente-se que foi a primeira vez que a embarcação saiu do seu país de origem, a Itália, exceptuada uma breve passagem por Londres. Este ano existem bastantes pólos de interesse e algumas novidades. Logo no pavilhão de entrada, o amante dos desportos náuticos, com um olhar mais ou menos sonhador, não pode deixar de prestar atenção a dois magníficos veleiros e a algumas outras embarcações, estas a motor, devido às suas grandes dimensões e beleza de linhas.

Ainda dentro da navegação de recreio é de assinalar o número elevado de modelos de motos aquáticas em exposição.

O ministro Adjunto e da Juventude, Couto dos Santos, depois da inauguração do certame, chamou a atenção para o crescimento económico muito acentuado do sector da indústria dos desportos náuticos. Caldeira Santos, director-adjunto da FIL, salientou também o mesmo facto, tendo acrescentado que aquele é um sector em que Portugal já é exportador: «Temos uma indústria náutica que é conceituada no estrangeiro, quer pela sua qualidade, quer pelo *design* imprimido à arquitectura naval e aos aspectos aerodinâmicos».

Como prova daquelas afirmações, o visitante interessado pode dirigir-se a um dos stands que se encontram no pavilhão 3 , onde se encontra uma embarcação (ainda inacabada) de construção portuguesa e onde sobressaem a beleza e as características referidas. No mesmo *stand*, pode ver um hélice, também de concepção nacional, cuja grande novidade é impedir o enrodilhar de redes de pesca, o que, evidentemente, reveste grande interesse prático.

Foi possível, aliás, constatar o elevado número de expositores de material náutico de fabrico português (note-se, a este propósito, que cerca de 50 por cento da totalidade dos produtos expostos nos 369 *stands* são de origem nacional).

Desporto na àgua e em terra

Relativamente ao ano passado, há a assinalar a criação de um pavilhão, o número 8, dedicado ao mobiliário de jardim e o grande aumento do número de expositores de material desportivo, de treino, de *surf* e *wind-surf* - o espaço dedicado a estas duas últimas actividades proporciona uma visita muito agradável, dada a vivacidade e beleza imprimidas pelas cores vivas das muitas dezenas de velas e pranchas.

O sector dos desportos apresenta muitas novidades, resultantes, especialmente, do aproveitamento do campeonato do mundo de futebol de Itália. Há também um crescimento significativo do número de expositores que apresentam material para treino físico (culturismo, etc.),

O campismo e o caravanismo são, a par do desporto, a actividade onde se realizam maiores volumes de negócios. Como nos referiu Caldeira Santos, «em Portugal já se fabrica material de campismo e caravanismo com 40 a 50 por cento de incorporação nacional».

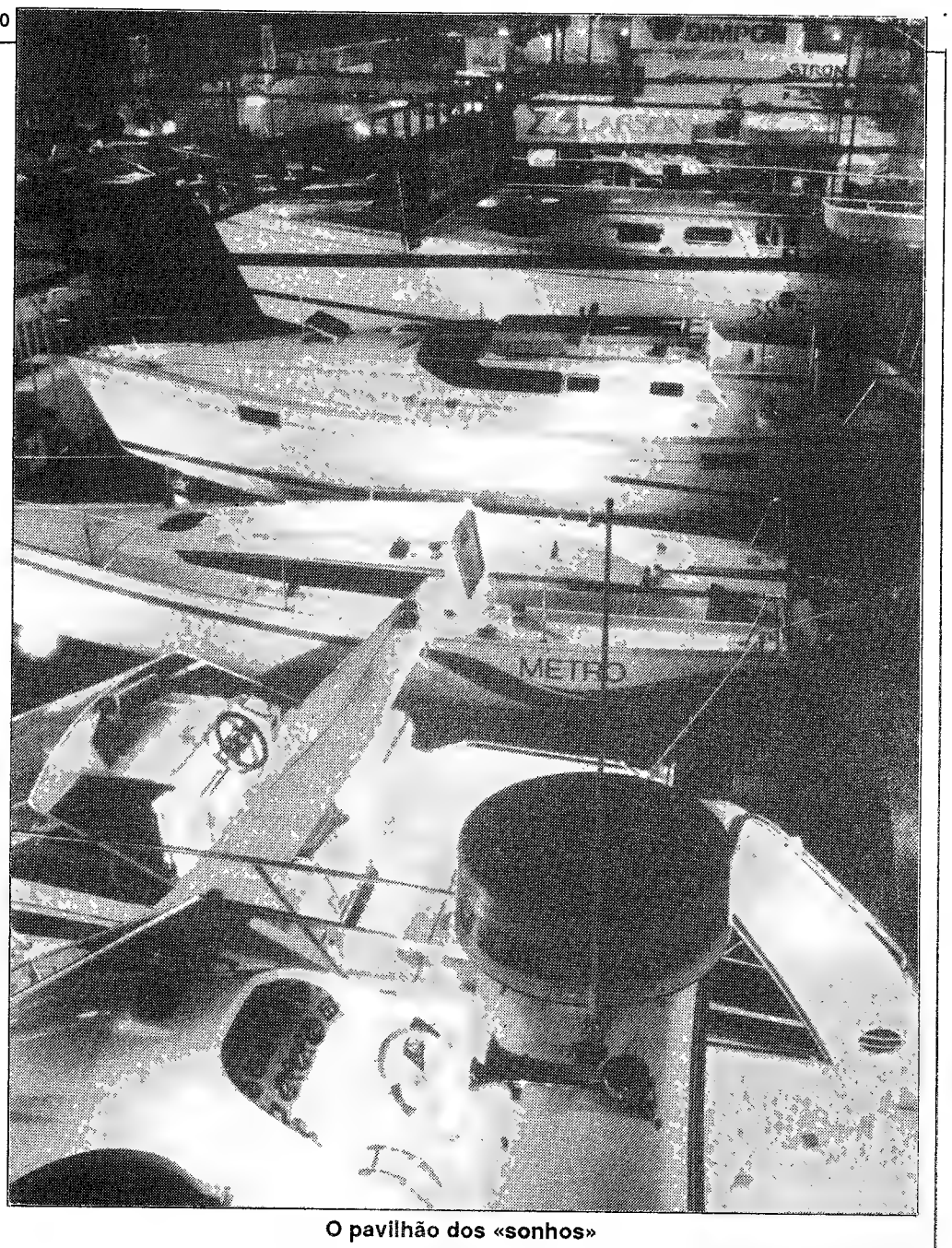
O certame foi inaugurado na passada sexta-feira, com a presença do ministro Couto dos Santos, prolonga-se até ao próximo dia 18 e decorre sob o lema (que revela as preocupações ecológicas da organização): «Entre na Nauticampo e saia para o ar livre».

O número de *stands* diminui dos 457 registados em 1989 para os 369 deste ano. Esta descida fica a dever-se, não a um menor interesse, mas sim, como explicou ao «DL» o director-adjunto da FIL, ao número mais reduzido das firmas representadas com expositor próprio.

A mostra acolheu, no ano passado, cerca de 110 mil visitantes, e os organizadores esperam, na presente edição, ultrapassar esse número.

Só nos primeiros dois dias, a Nauticampo já recebeu quatro mil pessoas o que é, desde já, considerado um recorde.

Mário Rocha



O pavilhão dos «sonhos»

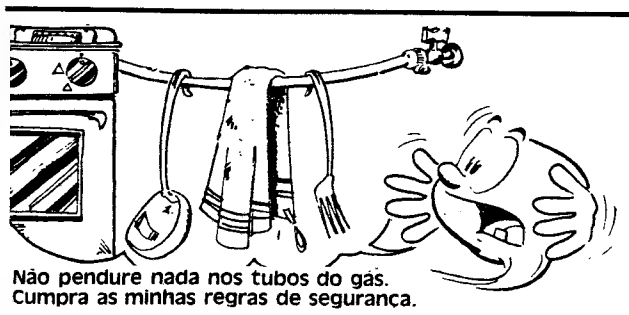
BILHARES CARRINHO

A maior fábrica do País,

com a mais alta qualidade e precisão

PRESENTES NO STAND N.º 612
DA NAUTICAMPO
DE 9 A 18 DE MARÇO

AVELÃS DE CAMINHO — APARTADO 3
3780 ANADIA
TELEFS. 034 - 741267 / 742583
TELEX 37833



Não pendure nada nos tubos do gás.
Cumpra as minhas regras de segurança.

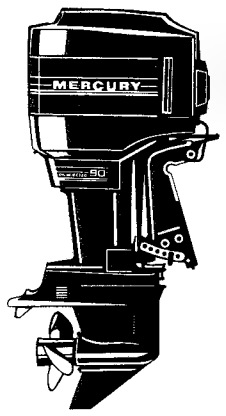
DIMPOR

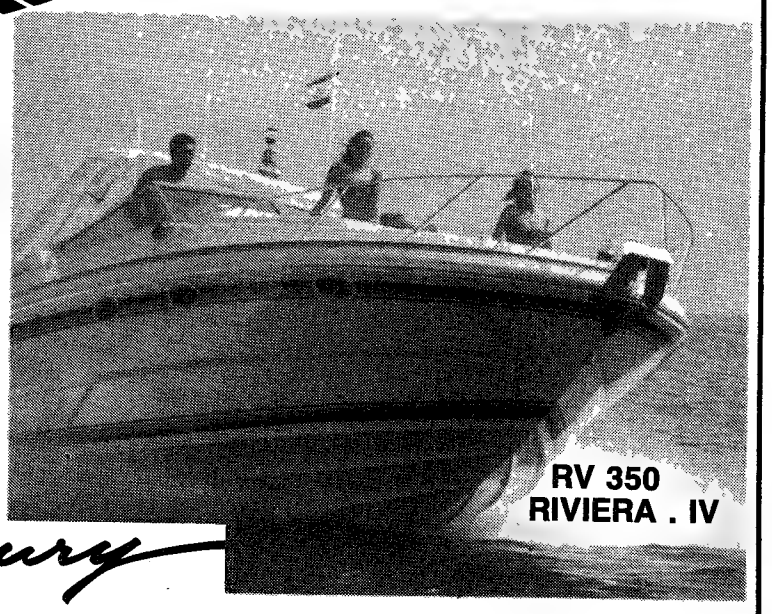
Importador exclusivo

mercruiser
STERN DRIVES/INBOARDS

LARSON

GLASTRON





Mercury

Dep. Náutico: Quinta da Anadia, Lote 11 — Frielas 2670 Loures
Telefs.: 9887505/9887555/9884388/9884438 — Telefax — 9884746

Caravanismo: um sector aliciante

Nauticampo

Férias diferentes para todas as bolsas

Depois da visita minuciosa à Nauticampo, o «DL» está apto a fornecer aos leitores algumas sugestões sobre a maneira de passar umas férias diferentes, ou sobre a possibilidade de se iniciar nalguma actividade desportiva ou de lazer.

Por cerca de 38 mil contos (impostos excluídos) pode aventurar-se a uma travessia oceânica num luxuoso veleiro de fabrico inglês. Pode adquirir, por 250 mil escudos, um pequeno Optimist para iniciar o seu filho na arte da navegação à vela. Se a sua intenção é ir à pesca, passear ou deslocar-se com vista à prática da caça submarina, então, gastará, no mínimo, 240 contos, num barco de borracha equipado com motor de dois cavalos.

Se é um apaixonado pela prática do *wind-surf* e quer «cavalgar e voar nas ondas», pode equipar-se por cerca de 130 mil escudos (o modelo mais barato, com fato isotérmico incluído). Uma prancha de *surf* não custa menos de 55 contos, um *kayak* 40 e uma canoa 60; se quiser pedalar calmamente sobre as águas adquira uma «gaivota» por centena e meia de contos.

O campismo é uma actividade em grande expansão: «o número de jovens que anualmente adquire a sua carta de campista situa-se entre 6 e 7 mil», revelou ao «DL» Caldeira Santos, director-adjunto da FIL. O interessado que percorrer a exposição na intenção de se equipar, sentir-se-à perdido, pois são muitos os modelos e os preços do material.

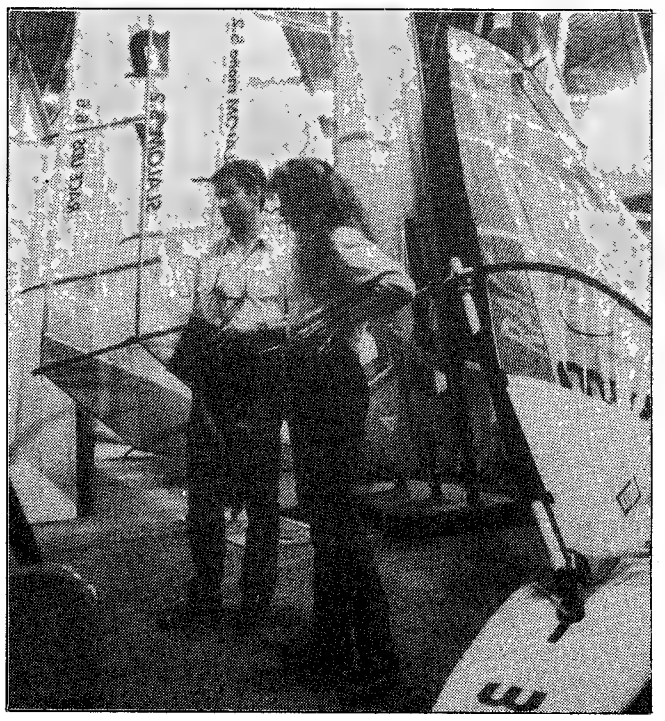
No entanto, fique-se a saber que uma tenda para duas pessoas custa uma dezena de contos e outra, onde se podem abrigar 7 pessoas, pode atingir 125 mil escudos. No número imenso de *stands* dedicados a esta actividade, encontra-se todo o material necessário para completar o equipamento de campismo - fogões, candeeiros, sacos-cama, cadeiras, mesas e até aquecedores. Um cálculo aproximado para quatro pessoas, dá-nos conta de que, por cerca de 60 mil escudos terá quase tudo o que necessita para partir à aventura.

Se optar pelo caravanismo, a escolha é, também, difícil. Estão expostas várias dezenas de roullotes e auto-caravanas, com as mais variadas características, cujo custo oscila entre os 400 e os 7 mil contos.

Pode ir mais longe e decidir ir viver, com carácter de permanência, para um parque de campismo. Se for essa a sua decisão, a Nauticampo possui em exposição duas residências móveis, com todos os confortos e que poderá rebocar. Custam dois mil e quinhentos contos.

Na área do desporto, do mergulho, da pesca submarina e do montanhismo seria vão tentar fornecer indicações práticas, tantos são os modelos postos à disposição do público. O melhor, apesar de tudo, será ir ver e avaliar por si próprio.

M.R.



Wind-surf: o desporto da juventude

Feira do Ambiente

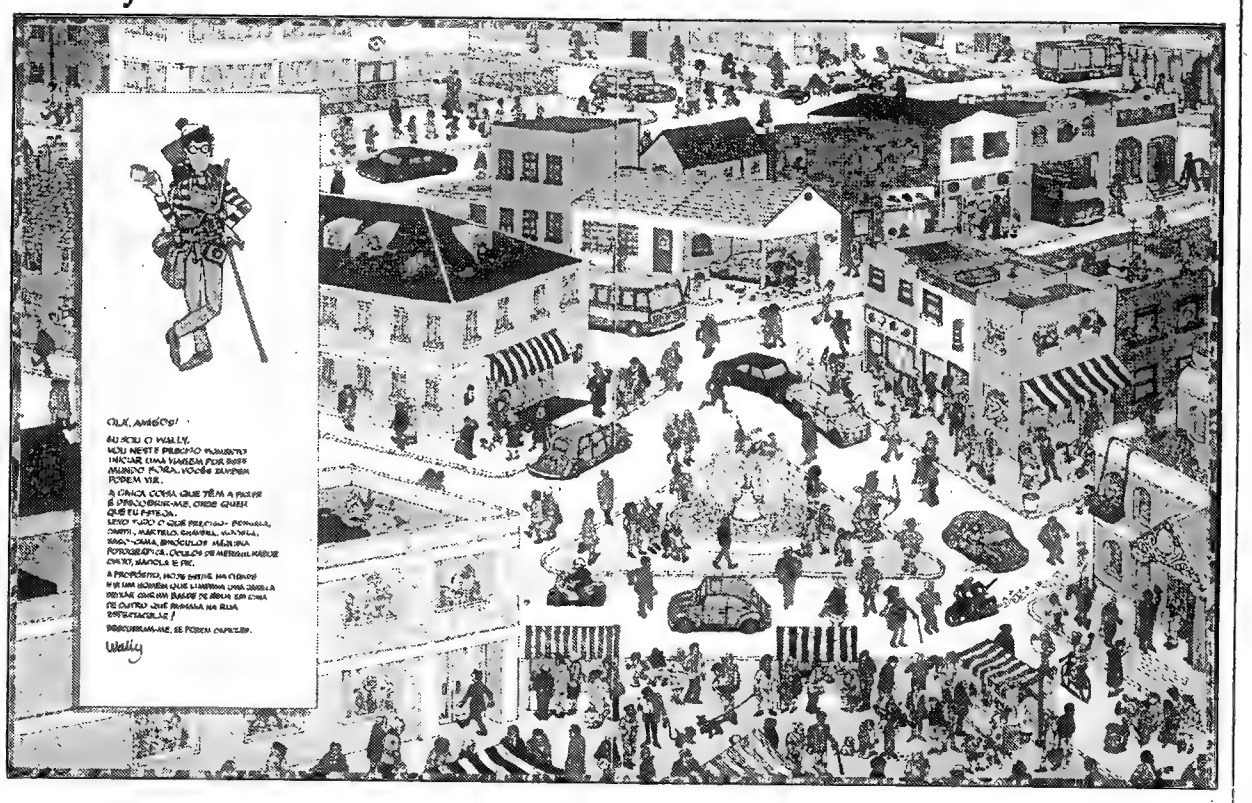
A FIL vai organizar, de 5 a 8 de Junho, a 1ª Feira do Ambiente, soube o «DL» em primeira mão. A ideia inicial era ligar os problemas ambientais (uma das grandes preocupações deste fim de século) com as actividades de ar livre e de lazer, representadas na Nauticampo. Devido à impossibilidade desta última albergar mais pavilhões, foi decidido realizar um certame autónomo, no qual estarão representados os sectores de actividade referidos, com a condição de contribuírem para uma melhoria futura do ambiente.

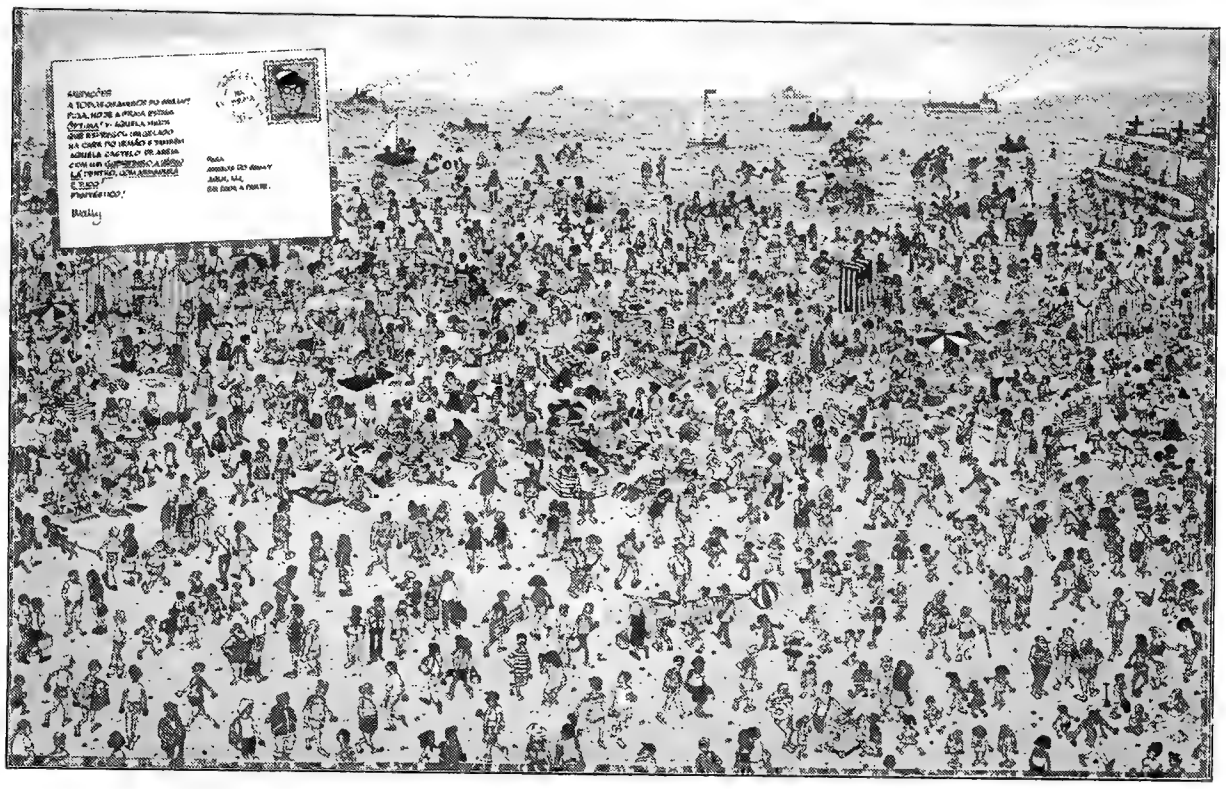
PRIMAVERA
EM SUA CASA
Veja a nova colecção de:
CORTINADOS
TÊXTEIS LAR
MÓVEIS
do
CENTRO COMERCIAL BARÃO
E TAMBÉM NO
Ramiro Leão
L. DO CHIADO
LISBOA
ABERTOS AO SÁBADO TODO O DIA
Preços imbatíveis. Aproveite já!
ENTRE NA
PRIMAVERA
do CENTRO COMERCIAL BARÃO
LISBOA • CASCAIS • ALMADA • TORRES VEDRAS • AVEIRO
CALDAS DA RAINHA • VISEU • VILA FRANCA DE XIRA
CCB
Qualidade & Preço

CULTURA

«Onde está Wally?», Martin Handford

Uns com os outros





Embora admirador de banda desenhada, do sortilégio de uma história a preto e branco ou a cores em "fotogramas" e "sequências", quer na folha de um jornal, quer no papel mais espesso de um álbum, a verdade é que, na rubrica Livro Aberto, nunca tivemos ocasião de nos pronunciar, por este e aquele motivo, sobre tal meio de expressão artística. Contingências - numa palavra...

Mas acontece que nos chega agora às mãos, numa edição da nova editora Terramar (casa que conta com presença de Carlos Araújo, nome que há poucos meses deixou a Teorema), um invulgar álbum de banda desenhada, da autoria de Martin Handford, intitulado «Onde Está Wally?». Desde já se diga que não é, de maneira nenhuma, um trabalho que se filia na tradição das histórias ou séries contadas através de desenhos, "balões", curtas legendas de suporte. É, pura e simplesmente, um **jogo** - mas um **jogo** que, por motivos muito peculiares, merece a atenção do leitor, ou melhor dizendo, de quem as suas páginas desfolhe.

LIVRO ABERTO

Para boa compreensão do que mais adiante pretendemos expor, convém transcrevamos a declaração inicial de Wally, que (muito importante!) não é um **herói**, mas qualquer um de nós: eu, tu, ele, nós, vós, eles. Ouçamo-lo:

«Olá, amigos! Eu sou o Wally. Vou neste preciso momento iniciar uma viagem por esse mundo fora. Vocês também podem vir. A única coisa que têm a fazer é descobrir-me, onde quer que eu esteja. Levo tudo o que preciso - bengala, cantil, martelo, chávena, mochila, saco-cama, binóculos, máquina fotográfica, óculos de mergulhador, cinto, sacola e pá. (...) Descubram-me, se forem capazes!»

Em extensas páginas duplas, de um colorido efectivamente existente no mundo, são-nos apresentadas doze panorâmicas, abrangendo as seguintes áreas: Na cidade, Na praia, Na rampa de esqui, No campismo, Na Estação, No aeroporto, No campismo, No museu, Na praia, No safari park, Nos grandes armazéns e Na feira popular. Wally está presente nestes aglomerados todos, observando os factos mais insólitos, vivendo situações, encontrando os indivíduos mais diversos. Só que embora...

Só que embora, em postais endereçados ao leitor no topo esquerdo de cada página, ele diga o que vê, o que o diverte, o que o espanta, o leitor, perdido na confusão polícroma dos desenhos, só muito dificilmente o descobre. E é aqui, precisamente, que reside a grande lição deste álbum: a perda de uma pessoa, com a sua própria individualidade, no seio da individualidade dos outros seres humanos. Um perder-se, acentue-se, que é comunhão com os outros, estar com tudo e com nada, viver um gesto e perder-se noutro gesto... Só visto - costuma dizer-se. Pelo que, sem mais uma palavra, remetemos o leitor (menininho ou adulto) para este álbum de autêntica Primavera florida de imaginação pedagógica. - Tradução de Ana Paula Faria e letragem de Mário Correia.

Pedro Alvim

«Oaristos» editado há 100 anos

Breve evocação de Eugénio de Castro

«Oaristos», de Eugénio de Castro, o primeiro livro português e ibérico a increver-se na estética simbolista, foi publicado há cem anos.

Evocando a efeméride, a Escola de Eugénio de Castro, de Coimbra, elaborou uma interessante brochura sobre o poeta.

«Em breve aproximação a Eugénio de Castro», artigo que abre a brochura, são traçados o historial e a biografia daquele nome das nossas letras, num estudo cuidado assinado por António Apolinário Lourenço.

Além disso, a brochura compreende uma tábua bibliográfica, bem como um apanhado de algumas obras do autor traduzidas noutras línguas.

E não só: também opiniões críticas sobre o poeta emitidas por João Gaspar Simões, Amorim de Carvalho, Jorge de Sena, Joaquim de Carvalho, Miguel Unamuno, Brinn'Gaubast e Andrés Gonzalez. Escreve, por exemplo, Gaspar Simões: «... a poesia moderna de Portugal talvez não tivesse ousado envergar tão elegantemente e airosamente as novidades de forma e de fundo que veio a ostentar, se Eugénio de Castro a não tem ajudado, emprestando-lhe a ousadia de um talento.»

Trabalho planificado e executado por Ana Maria Amaral, Ângela Moreira, António Apolinário Lourenço, Augusta Taborda, Isabel Faria, Manuel Ramos, Maria do Carmo Corte-Real e Maria da Piedade Forte. Capa e arranjo gráfico de Carlos Madeira.

Eugénio de Castro

João de Melo

«Entre Pássaro e Anjo» em segunda edição

«Entre Pássaro e Anjo», de João de Melo, cuja primeira edição (Círculo dos Leitores) saíu em 1987, é-nos agora oferecida, em segunda edição, pelas Publicações Europa-América.

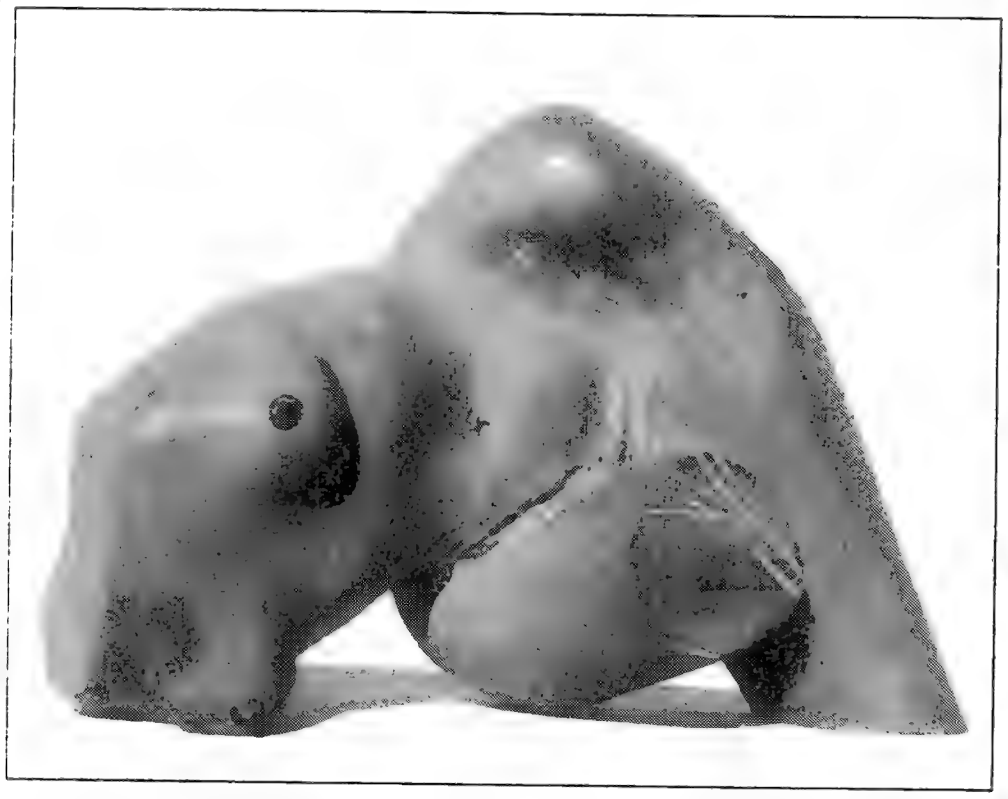
É uma colectânea de nove contos, assim intitulados: «Hipótese para um fim feliz», «Sombra de touro azul», «As manhãs rosadas», «Única entre todas, e mulher», «Postumografia de Pedro-o-Homem», «Jogo de espelhos», «Os animais docentes», «A divina miséria» e «O Solar dos Mágicos». O livro abre com um poema, de título «A Mulher. A Casa», de que extraímos o seguinte fragmento:

Há uma Casa. Precisa / e velha nos seus materiais / decentes cavados na praça. / Muito velha a entrada, / com um sibilar de tábuas / muito e muito áspero. / A porta também é grossa / como a madeira - e sagrada. / E há a Mulher: é preciso um Anjo / que me guarde. E pois / que esta Mulher sagrada / sacramente feliz me aguarde!

Escritor distinguido, pelo seu romance «Gente Feliz com Lágrimas», com o Grande Prémio de Romance e Novela da APE (obra também galardoada com os Prémios Fernando Namora, Eça de Queiroz e Antena Um), João de Melo é já um nome do nosso actual panorama literário.

«Entre Pássaro e Anjo» (Prémio de Ficção «A Balada», Açores, 88) antecedeu de um ano a grande distinção da APE - e afirma-se como um título a não ser menosprezado. - Capa de Fernando Felgueiras.

Com a exposição antológica do escultor João Cutileiro, e as conferências da conservadora do Museu d'Orsay, Françoise Cachin, a Fundação Gulbenkian capitalizou este fim de semana uma parte significativa do público das artes plásticas



O príncipe do mármore

Ao longo de mais de trinta e quatro anos de criação, o escultor João Cutileiro executou as 215 peças (cedidas por diversos coleccionadores públicos e privados) que, em exposição antológica, transformam as Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian num imenso museu de escultura.

Organizada de forma temática e não antológica, para fruir este festival da figura feminina sobretudo em mármore, o visitante apenas precisa de tempo, de muito tempo, e tem toda a conveniência em munir-se do respectivo catálogo.

Edição do Centro de Arte Moderna, além do texto de apresentação, de Sommer Ribeiro, e da «Introdução à escultura de João Cutileiro», da autoria de Hellmut Wohl, organizador da exposição, revela uma exaustiva tábua bio-bibliográfica, além da reprodução de todas as esculturas expostas, e um álbum temático a cores: bífidas, figuras verticais, guerreiros, o período de 1956/66, torsos e figuras reclinada, torsos verticais, peixes, árvores, plantas e animais, retratos e figuras históricas e cavaleiros.

O escultor humanizou a estatuária: o *Camões* é um homem amargurado, um marginal brechtiano e não um poeta da corte; o *D. Sebastião* é um adolescente enclausurado numa armadura demencional, estático numa articulação de marioneta, de movimento falso, num desajeitamento físico e psicológico. Subscrevendo a ideia de que não existe uma alternativa viável para o estilo oficial, derivado do clássico, estilo que caracteriza os monumentos públicos assinados por Leopoldo de Almeida, Barata Feyo e Canto da Maia, não surpreende que António Quadros tenha escrito:

"A arte de João Cutileiro está longe de constituir alternativa minimamente válida, mesmo como antítese dialéctica, para a erosão dos símbolos e sua deterioração no repetitivo passadista e retórico, é antes a perversão de todo o simbólico, a queda do transcendental no caricatural."

Ao longo dos dois pisos das Galerias das Exposições Temporárias, multiplicam-se as obras, dimensões e técnicas (ferro, cimento, pedras e mármores), numa verdadeira homenagem do amor ao corpo, "porque sem ele a escultura não existe", disse João Cutileiro.

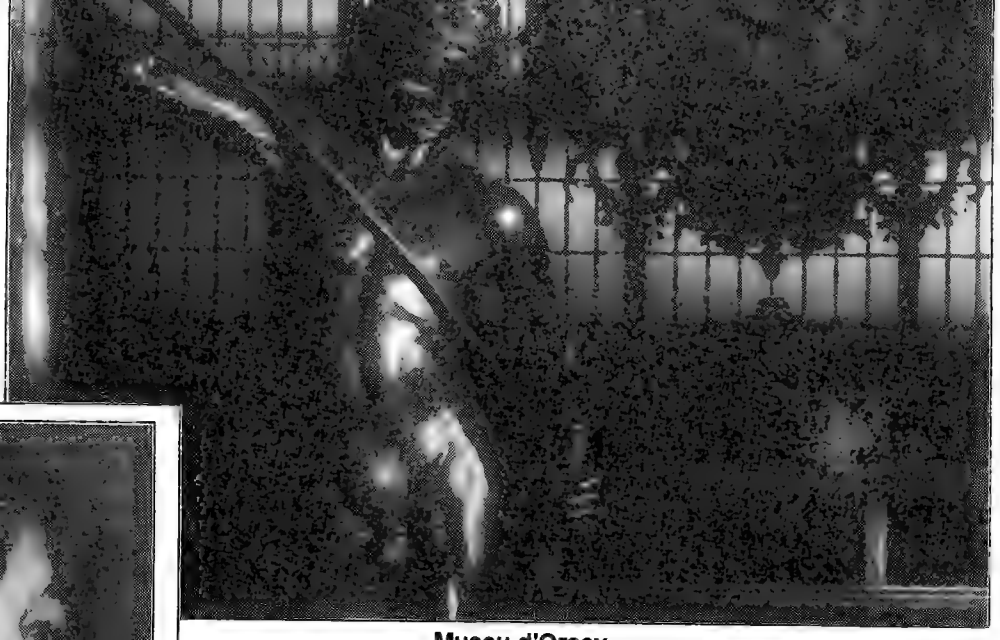
Ao fundo do primeiro piso, uma série de guerreiros e atentos securitas em pedra, fazem a guarda de honra e dão acesso ao piso inferior, onde se mostra documentação fotográfica de obras destruídas (mau acondicionamento no trânsito entre diferentes residências, temporalidade e vândalismo), piteiras, bustos, flora ornamental, a quase totalidade dos peixes (e entre eles o que participou na 1ª Exposição Nacional da Fundação Gulbenkian, na SNBA, 1957), muitas maquetas para estátuas equestres, e também as do *D. Sebastião* que Cutileiro fez para, e em Lagos, juntamente com as do *Camões*, que se encontra em Cascais.

Entre os bustos, um *Homem de Boné* (o autor?), o de André de Resende (cedido pela Câmara Municipal de Évora, como também o foram *A Bífide* e *Évora Revisitada*) e o de Bento de Jesus Caraça, esculpido a partir de documentação fotográfica.Depois de uma curta "viagem" pela exposição de 34 anos de escultura de João Cutileiro, interrogamo-nos se não ganharíamos mais em mostrarem-nos menos, em vez de nos mostrarem quase tudo.

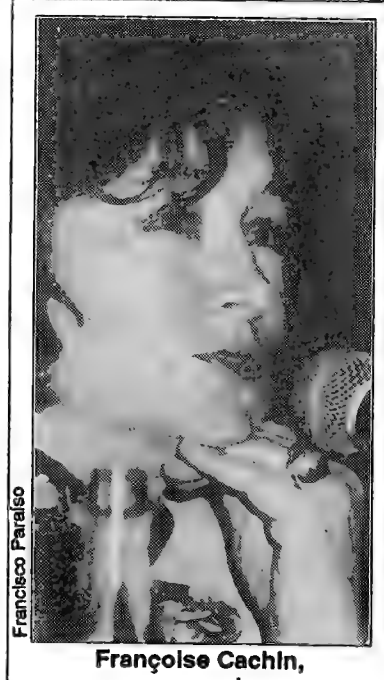
Em homenagem, sete escultores (ex-alunos de João Cutileiro) mostram no Centro de Arte Moderna, a vitalidade que percorre a escultura portuguesa contemporânea, e através deles, mais que reconhecida internacionalmente: António Campos Rosado (*S/Título*, ferro e vidro. Ou seja, a peça que levou à ARCO'90, em Madrid), José Esteves (dois mármores: *Dinossauro* e *Ícaro*), José Pedro Croft (uma escultura de parede em calcário brecha de Tavira, de 1983, e uma caixa em bronze pintado, de 1990), Manuel Rosa (dois calcários, *S/ Título*, de 1989), Maria Felizol (*Bela Portuguesa*, 1 e 9, em mármore branco de Estremoz, cimento e folha de ouro), Pedro Fazenda (dois mármores: rosa de Estremoz, de 1986, e ruivina, de 1987), finalmente, Sílvia Westfalen, também com dois mármores: azul de Cascais, de 1989, e ruivina, de 1990.

Conferências

Françoise Cachin, directora do Museu d'Orsay, proferiu na sexta-feira uma conferência onde apresentou o museu que dirige, referindo-se à construção, programação e colecções. No sábado, falou sobre a acção cultural desencadeada pelo Museu d'Orsay (exposições, conferências, concertos) e a resposta encontrada junto do público.



Museu d'Orsay



Francisco Paraíso

Françoise Cachin, conservadora do Museu d'Orsay

Neta do pintor Paul Signac, Françoise Cachin é diplomada pelo Instituto de Arte e Arqueologia, onde foi aluna de André Chastel. Conservadora do Museu Nacional de Arte Moderna, de 1969 a 1978, data em que passou a integrar a equipa de Michel Laclotte na direcção do Museu d'Orsay, a sua acção caracteriza-se por não fazer concessões a modas, pela sua efemeridade e artificialismo. Elo de ligação entre o Louvre e o de Arte Moderna do Beaubourg, o novo museu consagra-se à segunda metade do século XIX. Ilustram-no, um período variado da arte francesa, alguns estrangeiros, o espólio impressionista do Museu Jean Paume, entretanto encerrado, e entre as peças que vieram do Louvre, todo o Coubert.

Para Françoise Cachin, o verdadeiro respeito do público está no respeito pelas obras de arte. O seu olhar é o de um historiador de arte, e portanto, o museu deve mostrar toda a vida artística da época. Assim, convém-lhe a diversidade de técnicas representadas, e a originalidade de cada colecção, insistindo no destaque dado pela primeira vez à fotografia, e o que merece a História da Arquitectura.

Inaugurada em 1900, a antiga estação do caminho de ferro do Cais d'Orsay manteve-se no activo até à Segunda Guerra. Declarada funcionalmente inútil, o concurso aberto em 1979 salvou a notável obra de Victor Laloux da demolição. A estrutura geral da gare foi respeitada, restaurando-se escrupulosamente a fachada voltada para o Sena. Os três cais de embarque fundiram-se numa nave central, e as galerias laterais passaram a constituir o andar intermédio, criando-se o terceiro com o restante pé-direito.

A utilização de um edifício concebido para outros fins e as imposições arquitectónicas, são um desafio para a conservadora do Museu d'Orsay. Assim, a estatuária monumental encontra na nave central um espaço à sua medida, enquanto que as esculturas de pequeno formato, bronzes, gessos e cerâmicas, são mostrados à medida das suas distintas volumetrias. Se nos maravilha o grande gesso da *Porta do Inferno*, de Rodin, não se dissimulam as lacunas das colecções de pintura e escultura estrangeira, resultantes das dificuldades de uma política de aquisições. Entre os créditos de compra e a evolução dos preços, a luta é desigual, e o mercado não contempla uma escolha prévia. Por exemplo,

Quanto às exposições, o ângulo de visão é alargado: grandes nomes, grandes temas ou mesmo pequenos assuntos. Segundo um sistema de rotatividade, será mostrado tudo ou quase tudo o que tem permanecido adormecido nas reservas, constituindo-se em *dossiers*. A cultura nipónica, seguindo-se-lhe o centenário da Torre Eiffel, e o bicentenário da Revolução Francesa.

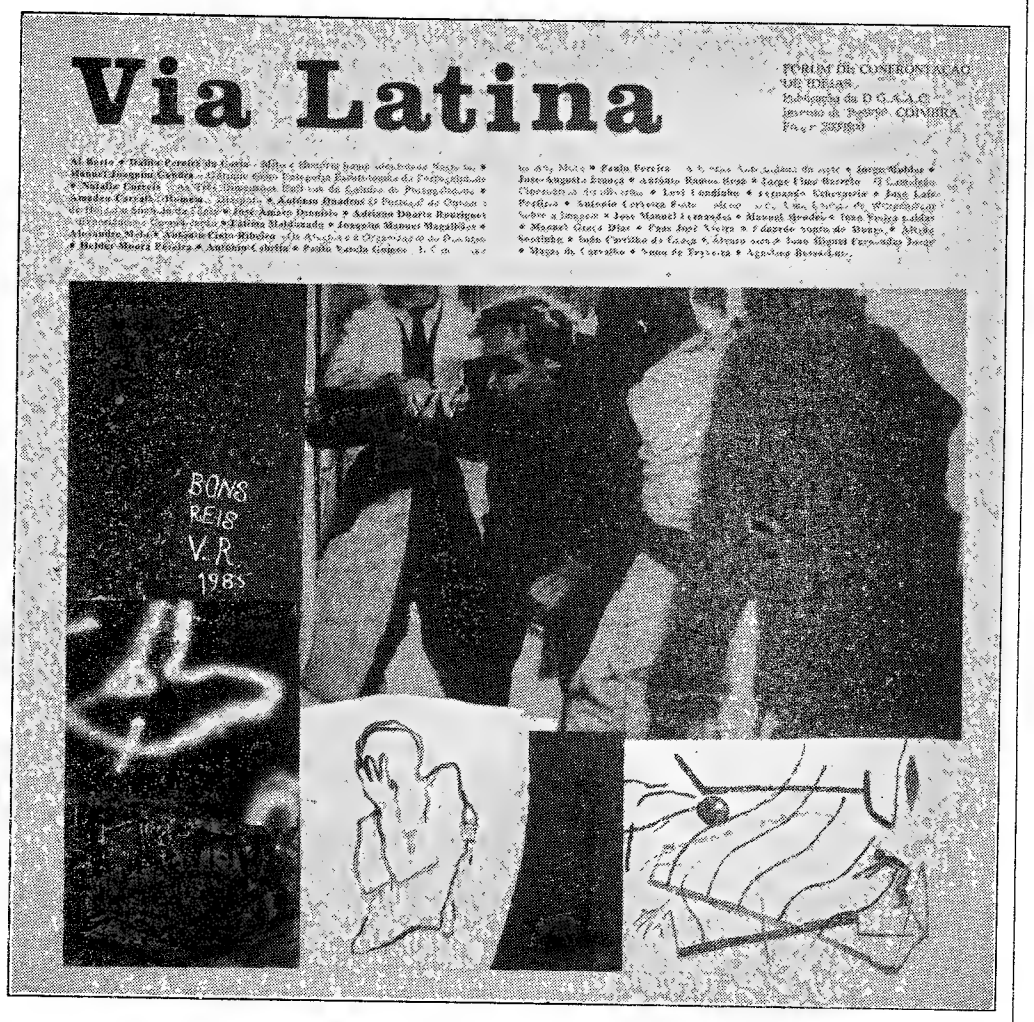
Museu do século XIX, o d'Orsay considera-se também um museu moderno. Graças aos audio-visuais, um banco de dados satisfaz todas as informações solicitadas. E os temas não se restringem apenas às exposições, alargando-se aos concertos, debates e projecções.

Ilustradas com diaporamas, as conferências de Françoise Cachin sobre o Museu d'Orsay, que encerraram o ciclo sobre Museologia, como habitualmente não tiveram tradução simultânea. Os serviços da Fundação justificam a atitude, por considerarem desnecessária essa concessão a um possível público que não vá além dos seus habituais interessados nestes temas, e que tem de ser francófono por excelência.

Jorge Fallorca

Assinalando os cem anos da revista e os setecentos da Universidade de Coimbra

«Via Latina» na senda da portugalidade



«A criação não se confunde com a mimese», escreve algures no editorial o director de «Via Latina», revista agora centenária, obra da Associação Académica da Universidade de Coimbra, cuja data se aproxima - é outra data agora em comemoração, aliás - dos setecentos anos de existência no alto da cidade. Francisco Silvestre Tão-Lindo chama a atenção para o facto de que «Universidade deverá pensar-se universalidade», e como tal um «jornal académico» tem como condição ser um «privilegiado lugar de criação e difusão de ideias». Talvez por isso, este número que pretende ser de aniversário é o mais substancial e o mais vistoso de quantos se publicaram em cem anos.

«Haverá quem inevitavelmente nos acuse de serem maiores as asas do que o ninho, porém, na rota do voo desenharam-se certeiros recolhimentos», lemos a páginas 3 do grosso volume, com o preço de mercado a dois mil escudos, mil para os sócios da Associação Académica. E é verdade: os responsáveis da revista fizeram questão em encomendar textos a algumas das mais prestigiadas figuras da intelectualidade portuguesa, agrupando-os em dois sectores gerais. Registe-se que o primeiro constitui o mais importante apanhado que já foi feito entre nós a propósito disso a que se chama de «portugalidade», que é algo mais do que uma simples identidade nacional. Fiquemos por aí uns instantes...

O interesse renovado por esta temática tem, é claro, os seus antecedentes circunstanciais.

A moda Agostinho da Silva

Primeiro a «moda Agostinho da Silva», com o seu nacionalismo mítico, místico e estranhamente libertário, ambíguo quanto baste para nele se inspirar tanto uma direita ultra-conservadora, eivada de monarquismos e salazarismos, como a generalidade da Comunicação Social que finalmente descobre a cultura como um coisa ligeira.

Depois a influência constatável das intervenções políticas e jonalísticas de Miguel Esteves Cardoso, que extravasam na realidade as suas percentagens de votos em eleições europeias, intervenções essas que traduzem o nacionalismo português numa questão de estilo e de mundanidade pop. E finalmente o resultado das insistências de muitos anos, à esquerda, das reflexões escritas e faladas de um Eduardo Lourenço em busca da essência portuguesa no labirinto que somos ou de uma Natália Correia procurando outras raízes que não as comummente admitidas.

O resultado, em pleno, da junção de tais factores está nesta «Via Latina» que pretende ser um «forum de confrontação de ideias», aberto à pluralidade dos entendimentos. Sabe-se que a «portugalidade» é uma matéria subjectiva por excelência, para mais quando a nossa outra condição de «ocidentais» é niveladora das características exclusivas que pareçam estar em destom. Como também refere Tão-Lindo na sua prosa introdutória - «Modismo cultural de algumas épocas, contemporizando com perigosas fenomenologias políticas de que a história soçobra em exemplos, exacerbamento do "volgsgeist" como abstracção produtora de bélicos dogmas, governando o olimpo das pátrias, segundo múltiplas falácias da identidade nacional, cujos anjos são quase sempre catarticamente apocalípticos, nem por isso é hoje menos grave a dramática inadiabilidade de pensar Portugal.»

Um destaque

Assim, um texto se destaca do conjunto, o de Manuel J. Gandra sobre «Ourique como categoria escatológica da portugalidade», no qual a evocação histórica se alia ao esoterismo simbólico, com a citação das palavras de Afonso, rei de Portugal e pelejador dos mouros, que relatando uma aparição de Cristo sugere serem os portugueses o povo escolhido de Deus. «Porque Eu sou o Fundador, e Destruidor dos Reinos, e Impérios; e quero em ti e teus Descendentes fundar para mim um Império, por cujo meio seja meu Nome publicado entre as Nações mais estranhas», terá afirmado Jesus a Afonso Henriques, o fundador. O mito do Quinto Império, pois...

«A fuga para a frente»

António Quadros, semelhantemente, assinala que se Portugal começou foi por «um movimento genial de fuga para a frente» e que se a grandeza da «Atlântida Desocultada» terminou é preciso ter em conta, todavia, que como dizia Guerra Junqueiro a «matéria portuguesa, senhores, ainda não morreu definitivamente. Num grão de areia há searas, numa braza incêndios».

Por sua vez, Alfredo Marques escolheu avançar com um «Projecto de bandeira nacional de reconciliação», e reconciliação, entenda-se, «dos portugueses consigo próprios». João Pinharanda, mais adiante, interroga-se sobre se há uma «especificidade cultural na expressão plástica em Portugal», introduzindo todo um dossier.

E é a entrada no domínio das artes que descola a revista de mais considerandos sobre a portugalidade, talvez para confirmar que o concreto das questões dispensa tais crivos de mediação e que afinal a arte dificilmente é catalogável segundo a geografia. António Cerveira Pinto logo separa as águas, quando vamos no embalo, propondo «uma leitura de Wittgenstein sobre a imagem». Razão tinha Leonel Moura ao escrever que a identidade, «se falamos de arte, moda ou comportamento (ocidental), não tem já um alcance nacional, nem sequer regional».

Daí por diante sucedem-se os artigos sobre dança, arquitectura, música, os poemas, os ensaios de teoria estética, as reproduções de pintura, os desenhos, as fotografias, com um vínculo ao tema principal deste número especial da «Via Latina» - todos os autores inseridos são portugueses, implacavelmente. Doutro modo também não fazia sentido. Mas curiosamente, o amontoado consequente é pontuado por uma página com título em Inglês, «It can't take us anymore», assinada por Paulo Varela Gomes e inspirada no escritor Martin Amis, que nos diz, terminalmente, que o próprio corpo humano «parece estar a recusar-se a engolir o século XX», ou melhor, que o século XX «já não tem paciência para nós».

Com a «Via Latina» foi publicado um suplemento «institucional», a «Via Latina - Ad Libitum», que alude ao contexto comemorativo convidando diversas figuras do meio universitário a deporem sobre os passados da revista e, inevitavelmente, sobre a Universidade de Coimbra. Rui Namorado relata a sua entrada no corpo redatorial da publicação, numa das muitas «tentativas de renovação» nos anos 60, afirmando no primeiro parágrafo o seu objectivo de «desfazer algumas ideias feitas sobre a história da "Via Latina" que não correspondem à verdade». Virgínia Ferreira lembra um episódio de 1961-62 com «A liberdade sexual em debate na "Via Latina"», recordando a «Carta a uma jovem portuguesa», que tratava um tema então particularmente delicado - a emancipação da sexualidade feminina - e teve repercussões, polémicas na altura, com reacções violentas por parte dos estudantes de direita.

Subsídios

Outros textos de óbvia importância são os de Elza Pais e Elsa Maia sobre os movimentos estudantis na história da Universidade de Coimbra, um «subsídio» de estudo referente ao «hábito talar», de António Nunes, a folhas tantas «Viver como estudante na cidade dos estudantes», com a participação de Boaventura Sousa Santos, ou as considerações de Teixeira Dias quanto aos «desafios do presente e do futuro» colocados à Universidade coimbrã. Em nota de abertura o seu reitor, Rui Alarcão, escrevia: «Estamos perante um prestígio granjeado e cimentado ao longo de um século, em que a "Via Latina" lutou pela Academia e pela Universidade, pelo associativismo, pela cultura. E pela própria liberdade, sem a qual, aliás, a Academia e a Universidade se descaracterizariam, o associativismo estiola, a cultura definha.

Nesta tradição altamente responsabilizante, abrem-se agora na revista caminhos inteiramente novos, inserem-se novos temas e perspectivas, desenvolve-se e amplia-se o espírito criativo.»

Não era possível terminar estas linhas sem fazer justiça ao autor da concepção gráfica e plástica da revista, António Barros. É o melhor trabalho na área que nos foi dado testemunhar ultimamente. A «Via Latina» aproxima-se da perfeição...

Rui Eduardo Paes

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Vieram da Guiné-Bissau. Chamam-se Tabanca Jazz, e deram dois espectáculos no Monte Cara. Podia ter sido melhor...

Uma expectativa frustrada

A música e a cultura da Guiné-Bissau, agora, felizmente, com maior divulgação no nosso país, temnos permitido o conhecimento de excelentes músicos e do universo riquíssimo da música de raiz tradicional guineense. Entre nós encontram-se, presentemente, Justino Delgado, o grupo África Livre, Issabary e, uma vez por outra, dando uma saltada de Paris a Lisboa, Ramiro Naka. Com projectos mais ou menos criativos não se lhes pode negar qualidade e, principalmente, reconhecer o fascínio que os ritmos da Guiné têm. Pois bem, o nome do grupo que, segunda e terça-feira, actuou no Monte Cara, Tabanca Jazz, já tinha a preceder-lhe fama. Estiveram presentes na festa do 21º aniversário dos caboverdianos Tubarões, e a Comunicação Social de Cabo Verde considerou-os, com Justino Delgado, responsáveis pelos momentos altos do festival comemorativo. Sendo também recomendados pelos seus conterrâneos, nasceu a curiosidade e expectativa de algo realmente sensacional. Não é assim!

Tabanca Jazz não conseguiu responder às esperanças criadas ao seu redor. Sendo um grupo formado por gente muito jovem, e musicalmente autodidacta, isso não impede os seus elementos de serem excelentes instrumentistas. O problema, ou desilusão, acontece pela falta de reportório próprio e personalidade musical. Limitam-se a interpretar sucessos alheios, isto é, de músicos de outros países, o que seria louvável se não esquecessem a música da sua terra. Não será espanto que os dois ou três *gumbés* interpretados tenham sido os que maior interesse despertaram: conhecendo esse ritmo de sempre, é nele que estão mais à vontade.

Poder-se-á dizer que os grupos de baile, pois é este o caso, têm um espaço próprio, e quando de qualidade merecem aplauso. Mais vale um bom grupo de baile que projectos inconsistentes e banais, cópias de sons (logo já não originais) já muito ouvidos. É nesse sentido, e comparando-os a um grupo do mesmo género e de qualidade inegável, Abel Djacir de Cabo Verde, que podemos afirmar que Tabanca Jazz reproduz com qualidade êxitos alheios, e só incomoda por haver mais a esperar das suas capacidades. O elemento em evidência, e não tanto quanto merecia, foi o guitarrista Aguinaldo Pina, que nos seus solos nos trouxe a maneira, ritmo e estilo incomparável da música guineense.

Tabanca Jazz - festa de africanos

Tabanca Jazz é um grupo recente, com cerca de ano e meio de existência, os seus elementos, embora com pena sua, nunca tiveram oportunidade de estudar música, e o que sabem é à sua custa. Vivendo e sofrendo as dificuldades que se deparam aos músicos da Guiné-Bissau - a falta de instrumentos e material que permita desenvolver trabalho -, apesar de tudo pode considerar-se um grupo relativamente bem equipado, devido a investimento de um irmão de dois elementos do grupo, emigrado nos Estados Unidos da América. Como estão convencidos de ser esse um dos maiores problemas para os jovens músicos guineenses, os Tabanca Jazz, de passagem por Portugal a caminho de Boston, onde darão alguns espectáculos para a comunidade africana aí residente, pensam adquirir mais material, de forma a apoiarem os jovens músicos seus compatriotas. Esta generosidade e solidariedade deve-se ao apoio moral que os elementos do grupo têm recebido por parte de músicos veteranos, residentes no estrangeiro.

O que irrita, em termos musicais, na actuação do Tabanca Jazz prende-se com o facto de, apesar de terem baterista, utilizarem uma caixa de ritmos. O motivo, dissenos um dos seus elementos, Juvenal, é o de superarem as dificuldades que adviriam de em sua substituição serem obrigados a ter mais dois percussionistas para preencher esse espaço musical. Discutível.

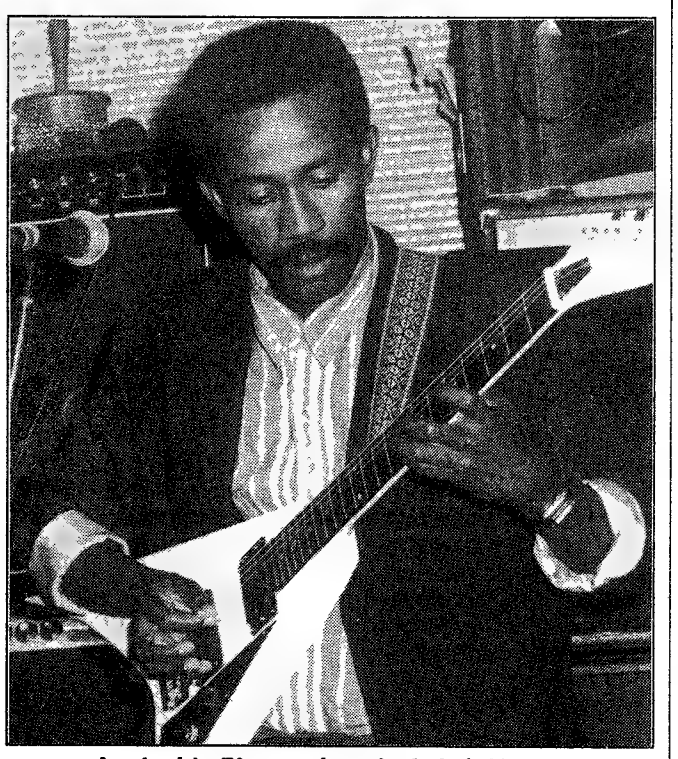
Um disco está previsto, por este grupo, até ao final do ano. Será gravado em Portugal, e para a sua efectivação conta já com patrocínios de várias empresas guineenses.

Apesar de ainda não ter encontrado um caminho próprio, este grupo, dada a sua qualidade de execução e a sua juventude, poderá vir a ser um "caso sério" no panorama da música guineense.

Tabanca Jazz é composto pelos seguintes elementos: Luís Amílcar - voz e guitarra ritmo; Aguinaldo Pina - guitarra solo; Eugénio Barbosa - teclas; Juvenal - baixo; Rui Silva - bateria.

Em Lisboa, no Monte Cara, contaram com a colaboração, também em teclas, de Calú Barbosa, residente em Portugal, e irmão do teclista do grupo.

Maria José Belo Marques



Francisco Paraíso

Aguinaldo Pina: a alma da Guiné-Bissau dos Tabanca Jazz

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

SECRETARIA

AVISO

RECONVERSÃO DE ZONAS DE CONSTRUÇÃO CLANDESTINA

A existência de diversas zonas de construção clandestina na área do Concelho de Odemira constitui um problema que a Câmara Municipal pretende resolver, socorrendo-se para o efeito dos estudos do Plano Director Municipal, que se encontra em curso.

O Departamento Técnico da Câmara Municipal está a proceder ao levantamento das zonas de construção clandestina, nomeadamente:

a) Freguesia de Vila Nova de Milfontes
- — Freixial
- — Lagoa dos Gansos
- — Brunheiras / Foros do Galeado
- — Brejo das Figueiras
- — Pousadas Velhas
- — Foros da Pereira
- — Pereirinha
- — Malhadinhas

b) Freguesia de Zambujeira do Mar
- — Brejo da Lagoa

Para as zonas referidas foram estudadas e aprovadas normas especiais e está a incentivar-se a criação de Associações de proprietários.

Para que sejam obtidos os melhores resultados solicita-se a colaboração de todos os interessados (proprietários, arrendatários, promitentes compradores e titulares de outros direitos, ónus, encargos ou responsabilidades) para apresentarem até ao dia 31 de Março de 1990 na Câmara Municipal de Odemira os documentos comprovativos dos direitos que reclamam sobre as parcelas.

De salientar que não serão aceites os documentos que sejam entregues em data posterior a acima mencionada, sendo os respectivos interessados excluídos dos Planos de Reconversão Urbanística que venham a ser elaborados.

Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Odemira, vinde e dois de Fevereiro de mil novecentos e noventa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Justino Abreu dos Santos

Em «Nascido a 4 de Julho», Oliver Stone e o seu intérprete, Tom Cruise, são mais exibicionistas que nunca

O que é de mais é moléstia

Ron Kovic nasceu em 1946, a 4 de Julho, dia da festa nacional norte-americana. Aos dezassete anos, por idealismo e patriotismo, alistou-se na Marinha, a fim de combater no Vietname. Um ferimento, que lhe afectou a coluna vertebral, deixou-o paralisado, condenado à cadeira de rodas para o resto da vida. Depois do seu regresso, uma reintegração difícil, uma consciencialização dolorosa fizeram de Ron Kovic um militante pacifista.

Ele reuniu toda a sua história num livro, *Nascido um 4 de Julho*, de um modo púdico e perturbador, em que utiliza frequentemente a terceira pessoa para falar dele próprio. Um livro que é necessário ler para que se possa compreender quem é o homem e o que lhe aconteceu.

Em contrapartida, não se pode recomendar o filme que Oliver Stone realizou à partir do relato de Ron Kovic. Argumentista hábil e mesmo astucioso, Oliver Stone criou algumas expectativas como encenador em *Platoon*, relato antimilitarista da sua própria experiência na «guerra suja» do Vietname, onde prestou serviço, na sua juventude, como voluntário. E depois, *Wall Street* e *Talk Radio* provaram já bastamente que Oliver Stone utiliza a encenação de pugilato e a demonstração demagógica para «encher o olho», fazendo-nos crer que denuncia os males da sociedade.

Em *Nascido a 4 de Julho*, escondendo-se por detrás de um caso humano, uma experiência incontestável e altamente respeitável, ele transformou tudo no filme num espectáculo exibicionista: a vida norte-americana de província, as paixões, a guerra e as suas violências, o sangue, a morte, a sujidade e as dejecções de um hospital militar, as cadeiras de rodas, uma mãe histérica e beata, um bordel mexicano com prostitutas especializadas em tratamentos sexuais para inválidos, as manifestações dos anos 70, a má consciência, as lágrimas e o militantismo.

A câmara movimenta-se, revira-se sobre si mesma, entrega-se a uma agressão perpétua (mesmo ao *ralenti*), para que não tenhamos tempo de reflectir, para que se tome esse «fogo de vista» do espectáculo, juntamente com o «fogo de vista» musical, como prova de audácia.

Será satisfatório fazer cinema com luvas de boxe e demagogia com lança-chamas? *Nascido a 4 de Julho*, o filme, está atulhado de nomeações para os óscares.

Mas o exibicionismo de Tom Cruise não fica atrás do manifestado pelo seu encenador. Ele esforça-se por «fazer de conta» - que está na guerra, que está privado do uso das suas pernas, que se opõe à comunidade que dele fez um herói - com comportamentos extremamente artificiosos, incluindo, evidentemente, os que suscitam emoção e piedade.

Como na cena, em que Tom Cruise, embriagado, grita com a mãe (a medonha Caroline Kava), contorciona-se como um profeta paraplégico e arranca a sonda, por onde urina, para chorar o seu sexo morto. Penoso e desagradável!

Jacques Siclier
Exclusivo DL/ Le Monde
Tradução de Manuela Baptista

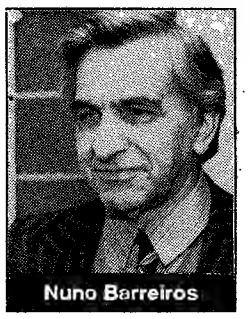
Crítica de música

Haydn inesquecível na Gulbenkian

Tornado possível pela iniciativa conjunta de três entidades muito diversas, Fundação Gulbenkian, Nestlé Portugal e Companhia de Seguros Metrópole, o Ciclo «Grandes Orquestras Mundiais» prossegue com inegável repercussão junto do nosso público. Anteontem no Auditório Gulbenkian, foi a vez da Orquestra da Câmara de St. Paul, sob a direcção de Christopher Hogwood, intérprete e autoridade musicológica de renome internacional (com inteira justiça há muito firmado), que aliás já se apresentara entre nós.

Trata-se, de facto, de uma das formações orquestrais mais prestigiosas da América. Criada em 1958 por um pedagogo de grande empenhamento (Leopolde Sipe) e sob a designação de Orquestra Filarmónica de St. Paul, começou por corresponder a dois objectivos principais: levar a cabo programas essencialmente didácticos e dar a conhecer obras recentes ou menos divulgadas.

Após o êxito alcançado em 1966 em Nova Iorque, não tardaria a adoptar o estatuto de agrupamento profissional, granjeando uma reputação invejável, com o aval consagratório de uma actuação em 1969 no famoso Carnegie Hall. As iniciais e muito explícitas preocupações de agente de formação cultural não deixaram de estar presentes na trajectória destas orquestras fundamentalmente de câmara, que passou a usar como dístico a expressão «música em movimento» e permaneceu fiel à efectivação de amplas digressões regionais.



Nuno Barreiros

O seu historial inclui a colaboração de notabilidades de primeira plana, entre os seus regentes e orientadores musicais, como Russell Davies ou Pinchas Zuckermann e actualmente - no âmbito de uma comissão artística apostada (ao que parece) em forte dinâmica no sentido da qualidade o inglês - Christopher Hogwood.

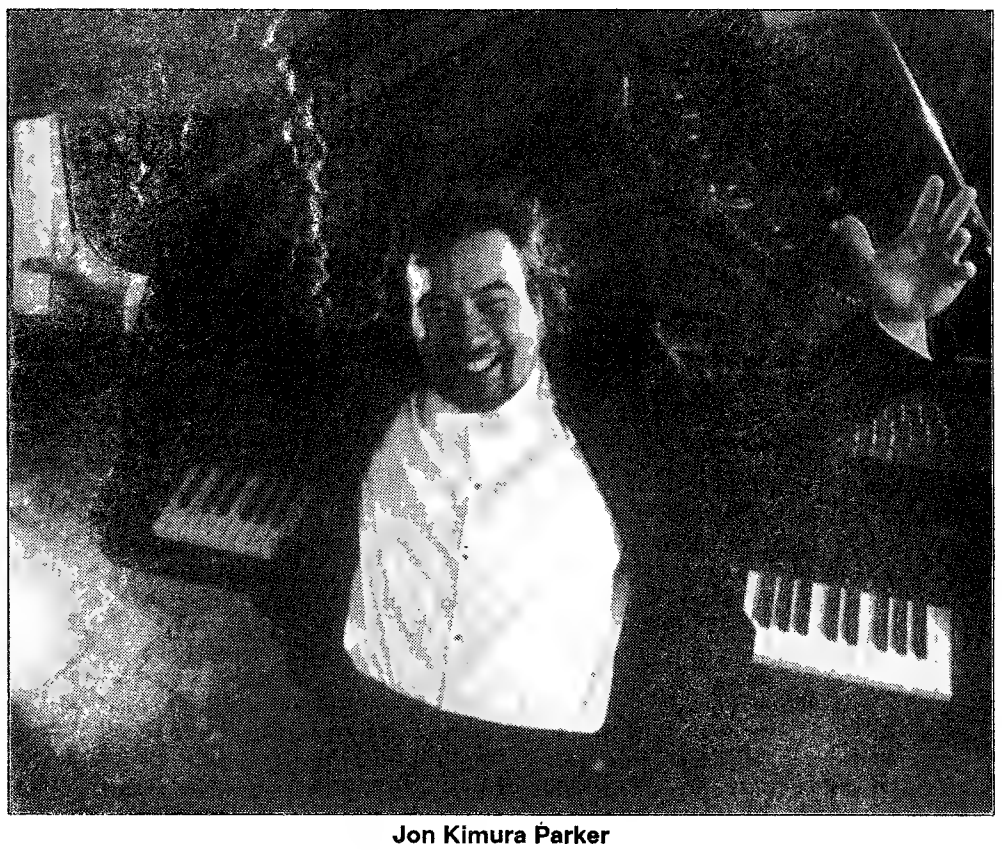
O carácter do programa e o elevado nível da sua realização deixaram transparecer claramente dois aspectos significativos do escopo da orquestra: eclectismo na escolha do repertório, (abarcando tanto a produção novencista como os expoentes do classicismo) e a excelência do apuramento da execução, a qual se situa num plano exemplar e, não raro, antológico.

As versões escutadas impuseram-se-nos assim pela coesão do conjunto, pelo equilíbrio sonoro global. Mas - insista-se - na medida em que isso resultou do rigor na obtenção de cada pormenor, de um jogo escorreito de centrastes dinâmicos e da precisão rítmica. Tal ficou provado logo na peça que abria o concerto: *Rounds* do norte-americano David Diamond - páginas de 1944, excelentemente escritas, embora nem muito substanciais nem muito representativas, no ascendente stravinskyano que denotam combinando-se com um certo lirismo de cepa americana que irrompe sobretudo no melodismo da secção central.

Do próprio Stravinsky ouvimos o *Concerto em mi bemol* (conhecido por «Dumberton Oaks», o local em que foi executado pela 1.ª vez, propriedade do melómano que encomendara a partitura). Tivemos, sem dúvida, uma execução admirável, que fez jus à concreção tímbrica e à finura composicional deste tríptico que, não sendo uma das obras maiores do autor, atesta deliciosamente uma factura impecável, ao mesmo tempo que ilustra o pensor neo-clássico, de vertente barroquista e algo bachiana, com incidências nas sombras tutelares do género do «concerto grosso» e até dos *Concertos Brandeburgueses*.

A maleabilidade do músico completíssimo e do intérprete extremamente sensível e perspicaz que é Christopher Hogwood estão na base dos resultados conseguidos na realização das referidas obras novecentistas. Mas tornaram-se particularmente dignas de realce em Haydn e Mozart.

Aliás não constitui novidade, para ninguém medianamente informado nestas questões, que Christopher Hogwood - cravista, praticante de música de câmara, regente de ópera e de concerto - é um dos conhecedores mais destacados da música barroca e da arte de mestres como Haendel, Haydn e Mozart. Mais: um dos representantes fulcrais do moderno movimento de abordagem - simultaneamente sensível e, digamos, cientificamente fundamentada - da música antiga. E nessa faceta o público lisboeta tivera ensejo de apreciá-lo, há anos, numa memorável realização da *Criação* de Haydn.



Jon Kimura Parker

Ontem pudemos usufruir de uma realização paradigmática de uma das *Sinfonias* de Haydn: a n.º 54, em sol maior. Paradigmática é o termo. Pela maneira como o discurso fluiu, expressivo, com relevo, mas sem despropositados exageros mais ou menos românticos ou ao gosto de uma mentalidade oitocentista; porém igualmente sem frieza nem lisura. Uma versão respeitadora dos valores estilísticos epocais, mas transpostos para o nosso tempo sem esgares nem pseudo-rigorismo musicológico, tomando em conta e realçando planos sonoros, gradações de intensidades e peculiaridades tímbricas, com um sentido da medida e uma propriedade estética verdadeiramente admiráveis.

No sempre bem-vindo *Concerto n.º 20, em ré menor* (K. 466) de Mozart, Christopher Hogwood, bem secundado - como ao longo de todo o programa - correspondeu igualmente a este pendor gratificante na abordagem da arte setecentista.

Solista foi o também já nosso conhecido Jon Kimura Parker, jovem canadiano detentor de galardões em importantes certames internacionais (como o 1.º prémio no Concurso de Leeds) e cuja notoriedade é já grande no tablado mundial. Tem de reconhecer-se que Jon Kimura Parker se impôs por predicados muito reais: execução escorreita, bonita sonoridade, elegância de fraseado. Uma interpretação de bom gosto, em suma, e com um halo de juvenilidade. Porventura não tão aprofundada nem tão subtil de estilo como a que se patenteou na parte orquestral conduzida por um artista tão amadurecido e excepcional como Christopher Hogwood.

Mas inegavelmente cativante e de um pianista de envergadura.

O público, que enchia a sala da Gulbenkian, parece ter-se rendido aos intérpretes. Mas distinguiu muito especialmente, e com razão, no final da *Sinfonia* de Haydn, esse mestre-intérprete que é Christopher Hogwood.

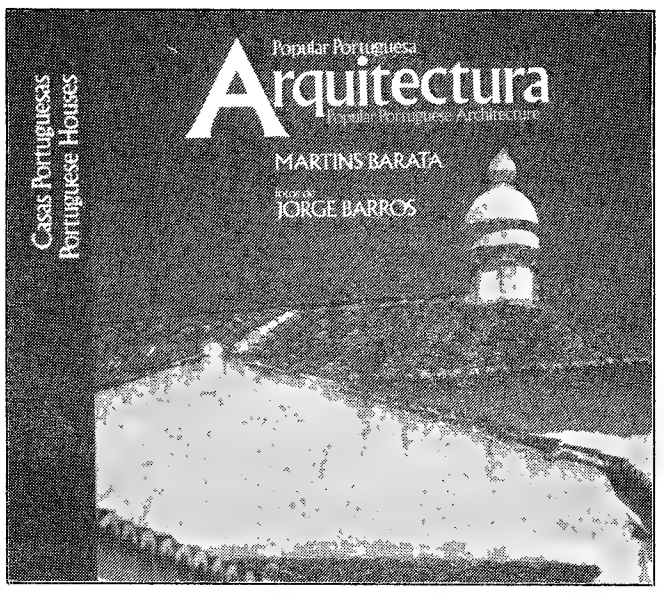
C.T.T. edita «Arquitectura Popular Portuguesa»

Quatro paredes caiadas...

Isto é como o «Lego»: pega-se nas peças e faz-se o que se quer ... ou o que se pode. Neste caso o «Lego» é fazer uma casa. A casa. Pelo menos é o que demonstra o álbum de selos «Arquitectura Popular Portuguesa», lançado pelos C.T.T ontem e assinado pelo arquitecto Martins Barata e pelo fotógrafo Jorge Barros.

Obra inserida na série de livros de selos editados pelos C.T.T desde 1986, «Arquitectura Popular Portuguesa» mantém a estrutura das anteriores edições. Como «Portugal em Conversa de Génios» ou como «O Livro dos Castelos», os selos da autoria de José Luís Tinoco estão incluídos no princípio de cada um dos capítulos e o bilinguismo (português-inglês) é o recurso seguido por quem tem consciência de que as preciosidades da filatelia nacional estão bem cotadas além-fronteiras.

Não se pense, todavia, que este é apenas um livro turístico, porque sendo-o inegavelmente, não deixa, no entanto, de assumir «...que se não preocupa só com a veiculação duma imagem de graciosidade e atracção a que é fácil aderir» - como referiu Martins Barata durante a cerimónia de apresentação da obra. «De resto- acrescentou então - foram publicadas também algumas fotografias de presença bem agreste». É um facto. Mas há também aquelas que de tão belas se tornam referências visuais de quem vier a consultar «Arquitectura Popular Portuguesa». Lembre-se a da página 58, por exemplo, espécie de presépio pouco convencional, onde o pequeno «Jesus», compensando a distracção da mãe, trata de oferecer ao espectador um «show» de expressividade facial. No horizonte de ambos, estão as escuras casas graníticas em que vivem, muito diferentes das manjedouras de Belém, mas com loja para acolhimento de rebanhos quentes e bem nutridos.



O livro de Martins Barata afigura-se-nos, aliás, como o resultado que ele próprio, na introdução do livro, disse ser «uma conversa , leve e despretensiosa, um passeio de amigos , a descoberta do encanto e do deslumbramento que esperam aqueles que se quiserem dar ao trabalho de vaguear por Portugal». Nenhuma região, nenhuma modalidade habitacional típica é esquecida neste trabalho, desde as abóbadas e abobadilhas herdadas dos muçulmanos pelas gentes do Sul, até às paragens nortenhas onde «...o granito das casas emerge do solo como a continuação da rocha-mãe, espesso, rugoso, pesado».

A diversidade das matérias-primas usadas é, de resto, um dos temas abordados neste álbum , paralelamente aos seus autores, populares e anónimos, ao carácter colectivo destes e ao ambiente físico que envolve as moradias por eles erguidas.

Aos homens e mulheres que consagraram as efectivas virtudes estéticas das quatro paredes caiadas que fazem a casa portuguesa, Martins Barata dedica o primeiro capítulo do livro, em que diz «estas tecnicidades não são mecânicas, nem cegas: sobra um largo campo para a invenção, o engenho e a improvisação». A imaginação e a inteligência postas no trabalho de materiais tantas vezes resistentes à intervenção humana parece ser, afinal, a razão de ser deste livro.

Todavia, não estamos perante um trabalho científico e exaustivo. «Arquitectura Popular Portuguesa», livro profusamente ilustrado, muito agradável ao olhar do filatelista (e não só), é no máximo uma introdução ao tema para leigos na matéria. Mas não deixa de ser bonito.

Maria João Martins

olhar de mocho

Elogio do Dantas

Há dias, num daqueles concursos televisivos para tapar buracos por não haver quem faça programas, o apresentador fez a pergunta cuja resposta certa, daria um carro: «escritor português, nascido em Lisboa em 1924, autor de... - quem é?»

A resposta veio na ponta da língua: «Alexandre Herculano». Lembrei-me logo do «Manifesto Anti-Dantas» do Almada e dos impropérios lançados: «uma geração... é um coio de indigentes, de indignos e de cegos! É uma resma de charlatães e de vendidos, e só pode parir abaixo de zero».

Ontem, o «Primeira Página» fez-me ter saudades do Dantas, e achar que a geração representada pelo Dantas merecia um prémio cultural, pedagógico, político e progressista.

A própria RTP chama ao «Primeira Página» - «grande informação». E de facto, as grandes lacunas que fazem da 5 de Outubro um permanente «crime» sem «castigo», continuam por preencher - pelo menos a nível de programação nacional. Ontem, como não existem temas para debate nem discussão, como não há informação a dar, como é urgentíssimo manter Portugal afastado da cultura política da CEE, os génios da RTP em vez de promoverem uma acção para tapar buracos nas nossas estradas, taparam o fenomenal buraco da própria esterilidade cultural: fazer propaganda ao automóvel e à publicidade.

Que a alienação exista, discorda-se, mas terá de se aceitar por causa das regras democráticas.

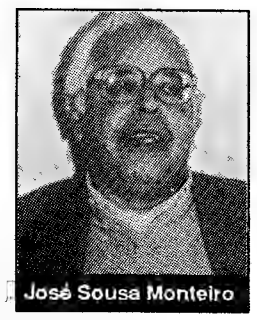
Mas promover a pura e genuína alienação já assume aspectos patológicos e que poderiam levar, no mínimo, a propor uma causa em tribunal por falta de capacidades mentais para exercer cargos de responsabilidade. Ou se trata de menores e deveriam ser entregues ao tribunal de menores para que ele os tutele, ou haverá lugar à figura jurídica da demência.

Na CEE já é facto clinicamente diagnosticado que o carro polui, mata a Natureza e se está a transformar num inimigo público cada vez mais, objecto de rigorosas medidas de controlo. O liberalismo económico do século passado não se poderá transformar num apelo ao suicídio colectivo que envolve justos e pecadores.

Pois bem, a nossa TV ignora tudo isto que está a ser debatido na CEE e proclama durante uma hora o automóvel factor do progresso da pátria.

«Charlatões» e «vendidos» dizia o Almada da geração que se deixasse representar pelo Dantas.

Mas o Dantas, comparado com o programa de ontem foi Dante e Danton - génio e revolucionário. E em Portugal continua-se a parir abaixo de zero.



José Sousa Monteiro

Quem ontem se dedicou a ler a Grande Angular sobre minorias étnicas terá estranhado que imputássemos a comunidade indiana residente em Portugal como sendo exclusivamente muçulmana. A fotografia ao lado, ilustrando uma cerimónia hindu realizada há uns meses em Lisboa, agravou as coisas. A verdade é que a parte do texto que se referia aos hindus «caiu», assim como a assinatura de Maria João Martins ao lado da de Manuela Baptista. Com os nossos pedidos de desculpa, publicamos hoje o texto tal como deveria ter saído

Indianos: gente feliz sem lágrimas

Os muçulmanos, em Portugal, são hoje perto de quinze mil, maioritariamente de raça cigana, oriundos de Moçambique. Tentam agora levantar o censo das suas gentes, através da mesquita, preenchendo um papel. O método é moroso mas eficaz. É que todo o bom muçulmano irá à mesquita nos dois grandes festivais, «dias de alegria». São ritos e gestos estranhos, é o mundo de lá. Chamam-se Abdul, Mohmed, Issa, Ibrahim..., assiste-se ao prosperar dos seus negócios, distinguem-se as mulheres nos mercados, vêem-se nos restaurantes empunhando sumos e coca-cola.

«Muçulmano», explica o sheik Munir, sacerdote islâmico da comunidade, «é aquele que se submeteu voluntariamente à lei de Deus». Muçulmanos teriam sido então, também, Abraão, Moisés, Jesus e todos os demais profetas até Maomé. Uma vez que o crente se matricula e assina a declaração da sua conversão, tem necessariamente de cumprir as leis. E aí o Alcorão é claro: «Há homens sem fé que dizem: Nós cremos em Deus e no Último Dia./Pensam que iludem Deus e os crentes (...)/ Terão um fim de sofrimento, porque mentem.»

São maioritariamente sunitas e integram a Comunidade Islâmica, cuja sede se localiza na mesquita de Lisboa. Os «irmãos separados», minoritários e ainda sem reconhecimento oficial, são os ismaelitas e têm também a sua comunidade em Lisboa. Todos são muçulmanos e apenas diferem quanto à revelação da lei corânica. De acordo com Nurali Mamede Hussene, encarregado das relações com a Imprensa do Centro Ismaelita, o número de fiéis a Aga Khan, em Portugal, ronda os sete mil. Para ele, entre hindus, islâmicos e ismaelitas, as diferenças não são de carácter cultural mas antes de carácter religioso. Recusam o epíteto de fundamentalistas. Esses são os xiitas, os seguidores de Khomeini.

«Universalmente os muçulmanos entendem-se e reconhecem-se pela religião e não pela cultura», afirma o sheik. Interrogados, aqui e ali, a custo se identificam, mas lá vão confirmando. Sim, vão à mesquita, de preferência às mais próximas do seu local de habitação, em Odivelas, no Laranjeiro. Frenquentam ainda mais assiduamente as salas de oração, nos Fetais, na Portela, em Santo António dos Cavaleiros, na Colina do Sol, em Carnaxide, no Forte da Casa, no Areeiro, nas Paivas, em Setúbal. É que as pessoas vêm de longe, não vivem no centro de Lisboa.

Indianos em Portugal: uma identidade preservada passivamente, porque mais não precisa

Pacificados, a ocidentalização é, sobretudo, manifesta nas atitudes exteriores, nos divertimentos, no vestuário dos mais jovens. Aceitam as ideias e os costumes dos outros, adaptam a nossa cultura à sua doutrina. Pretendem-se pacíficos, respeitadores. Não se sentem, contudo, respeitados. Tentam ainda obter tolerância de ponto para os dois dias, no ano, em que incidem os seus festivais religiosos. Os corpos, nos cemitérios, não podem, por vezes, descansar virados para Meca. Têm, nas palavras de um fiel que preferiu ocultar o seu nome, «o princípio de nunca criticar nada nem ninguém, de não emitir opinião». Princípio esse que gera, contudo, a incompreensão, a falta de diálogo. Questionados, calam-se, pressionados, remetem para o chefe da comunidade. Porque «o gueto só existe para quem se quer isolar», rematou um destacado dirigente muçulmano, que aqui não quis também deixar expresso o seu nome.

Seis mil hindus em Portugal

Os hindus, por sua vez, que em Portugal são cerca de seis mil, mostram-se satisfeitos com a situação entretanto adquirida e dizem que Portugal é um dos países menos racistas do mundo. Como os muçulmanos, os hindus não se sentem constrangidos ao isolamento no seio da sociedade portuguesa. Antes pelo contrário, assinalam, segundo Alda de Almeira, «relações públicas» da Comunidade Hindu, o interesse da população em geral pelo comércio a que muitos deles se dedicam.

A integração perfeita e desprovida de traumas de maior não implicou, todavia, a dissolução das tradições originais na cultura do país de recepção. Veja-se, por exemplo, o caso da língua própria, o *guzarati*, falado em boa parte dos lares indianos, mas ignorado dos mais jovens no que respeita à escrita. O objectivo da Comunidade é conseguir que as escolas portuguesas criem estruturas para o ensino da língua, mas ainda falta o acordo do ministro da Educação. Para já irão funcionar experiências-piloto nas Escolas Secundárias do Areeiro, Portela e Santo António dos Cavaleiros, áreas que apresentam uma considerável densidade de população indiana.

A religião é, por outro lado, um dos mais intensos elos que unem os membros desta minoria à cultura natal. Sábado após sábado, reúnem-se num edifício cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, na Rua Frei Manuel do Cenáculo, para cumprirem os seus deveres de fiéis. «O hindu é, de uma maneira geral, muito crente» - dir-nos-ia a propósito Alda de Almeida - «o católico pode prescindir das suas orações, mas o hindu não; reza-as diariamente.»

A construção do Templo Hindu que decorre no Lumiar desde Outubro passado apresenta-se, aliás, como uma das maiores vitórias da Comunidade sobre eventuais tentativas de «guetização». Para eles, os complexos de humilhados e ofendidos não encontram justificação, e o que importa é lutar por objectivos bem concretos que mais não são, afinal, do que a afirmação do direito à diferença. A avaliar pelas declarações ao «DL» do presidente da Comunidade, Kantilal Jamnadas, os hindus residentes em Portugal não sofrem condições económicas particularmente aflitivas, nem sentem dificuldades específicas na procura de emprego. O hindu «vive de um modo geral do comércio, da indústria ou exerce profissões liberais. Claro que há também aqueles que são operários da construção civil. Mas não se pode dizer que vivam em más condições ou em bairros degradados». Não se consideram vítimas de gestos racistas, nem de atitudes marginalizadoras. Parecem gente feliz, sem grandes razões para lágrimas.

Manuela Baptista e Maria João Martins

DESPORTO

À porta da assembleia geral dos «leões»

Gomes quer rescindir contrato com o Sporting

Grande movimentação por Alvalade. Não apenas a preparação da assembleia geral dos associados que, no próximo dia 17, vai especialmente debruçar-se sobre a valia dos terrenos que o clube possui na Rua Cipriano Dourado, com a detida análise do conteúdo do contrato-promessa já rubricado pelos «leões» (no tempo de Jorge Gonçalves, mais tarde renegociado pelo presidente Sousa Cintra) e o empresário Mateus Marques, que tem dinheiro adiantado à colectividade verde-branca.

Para além deste tema e da solicitação aos sócios leoninos para o seu emblema poder participar no capital de sociedades comerciais, haverá atenta análise ao relatório e contas dos exercícios nos anos de 1987 e 1988, discutindo-se o plano de gastos e receitas para a temporada corrente, não sendo de excluír que, embora não esteja prevista na ordem de trabalhos da convocatória, seja inquirida a actual gerência sobre as medidas que vai tomar em relação ao futebol que, como é sabido, depois de perder a viagem europeia, foi eliminado da Taça de Portugal e (teoricamente, pelo menos) está longe da luta directa pelo título nacional. E as inquirições andam no ar: o técnico Raul Águas prosseguirá o seu trabalho na nova época? Que futebolistas, prestes a terminarem contrato, vão revalidar compromissos? Nessa lista estão Cadete e Marlon Brandão (que devem continuar em Alvalade) mas existem grandes dúvidas em relação a Carlos Manuel, Valtinho e Litos, não sendo ainda de arredar a hipótese de cedências (completas ou temporárias) de outros jogadores (casos de Leal, Portela, Sérgio, Abel e Lima) sabendo-se já que vão ser analisados, muito em breve, relatórios referentes a atletas que estão emprestados a outras colectividades mas, muito especialmente e caso continue ao serviço dos «leões», Raúl Águas propõe-se, depois de ter elevado Paulo Torres ao 1.º «team» (notícia dada em primeira «mão» pelo nosso jornal, na semana anterior ao Porto - Sporting) igualmente dar um leque de oportunidades a Filipe, Marinho, Figo, Peixe e outros jovens que muito prometem e, dotados de grande ambição, querem conquistar um lugar ao sol, dentro da principal turma *verde-branca*.

Porém, a notícia mais palpitante nas últimas horas diz respeito a uma eventual rescisão de mútuo compromisso entre Fernando Gomes e o Sporting, por iniciativa do *bibota de ouro* que, sentido-se marginalizado, raramente incorporado no «team», com escassa meia-dúzia de jogos em tempo inteiro e, frequentente afastado do próprio lote de suplentes, entende que não deve esperar pelo termo do contrato (31 de Julho de 1991) para concluir a prestação de serviços recentemente encetada em Alvalade, após uma transferência que deixou muita controvérsia entre os milhares dos seus admiradores.

Segundo julgamos saber, Fernando Gomes encarregou o seu advogado de apresentar ao Sporting uma proposta para cessação imediata de serviços, não sendo de crer que, a consumar-se um brusco divórcio, Fernando Mendes Soares Gomes (68 vezes internacional, em 48 ocasiões pela mais representativa equipa portuguesa) volte a jogar futebol, pois está nitidamente desgostoso com o ambiente que, neste momento, rodeia o jogo-espectáculo que o tornou famoso, popular e já milionário.

Neves de Sousa

O jornalista Serafim Ferreira (director do nosso colega «O Jogo» e da «Volta a Portugal» em bicicleta) falando no decorrer da Conferência de Imprensa, em Cantanhede.

Momento de confraternização: Porfírio Centeno, o patrocinador da equipa (Mário Miranda de Almeida) e jornalistas: Ribeiro Cristóvão, Serafim Ferreira, Neves de Sousa e Costa Santos.

Formação bairradina de nível

Orima com Marco Chagas no ciclismo desta época

Nas instalações da Orima, em Cantanhede, foi apresentado à Comunicação Social o propósito daquela empresa ao relançar-se no ciclismo, mas, desta feita, em toda a força, confiando a chefia do bloco ao prestigiado Marco Chagas, o homem que mais vezes já triunfou na «Volta a Portugal».

Na localidade de Corticeiro de Cima, o patrocinador da turma (Mário Miranda de Almeida) historiou a vinda da Orima para o desporto da pedalada, a partir de 1981, quando a Sociedade Columbófila Cantanhedense fez a primeira aposta num conjunto de ciclistas populares. Depois (como salientou Mário Miranda de Almeida) *foi uma subida a pulso, degrau a degrau, cada vez investindo mais na procura de melhor rendimento.*

Este ano, o conjunto do Orima/Cantanhede, chefiado por Marco Chagas, integra Jacinto Paulinho (36 anos) e Luís Domingos (28), ambos vindos do recém-extinto Louletano/Vale de Lobo; João Paulo (27) e Diamantino Marques (23) que envergavam a camisola do Garcia Joalheiro; Joaquim Carvalho (25) e António Silva (26) que pertenciam ao Feirense; Carlos Marta (26) vindo do Lousa; Alberto Parente (21) que se reune ao também antigo sangalhense António Fernandes (32), o irmão de Venceslau que na última temporada já esteve ao serviço do Orima/Cantanhede e ainda Mário Henrique (21 anos) que igualmente se mantém no conjunto planificado por Mário Moreira de Almeida.

O antigo ciclista Vítor Oliveira (42 anos) que defendeu as cores do Sangalhos é o técnico da equipa, tendo a seu lado, em outros postos fundamentais, Amândio Pinto (director desportivo), Casas do Melo (director), dr. Fausto Maia (relações públicas), Francisco Ribeiro (iniciativas desportigas), Bartolomeu de Castro (preparador físico), Leonel Fernandes e Carlos Cristóvão (mecânico), dr. Paulo Margalho (médico) e António Castro (massagista). O jornalista Costa Santos («Record» e «Diário Popular») é o elo de ligação com a Comunicação Socialo.

Segundo afirmou Mário Miranda de Almeida, *a equipa participará em todas as 38 competições do calendário nacional, tendo transitado dos 7500 contos gastos em 1988 e dos 15 mil despendidos no ano transacto, para um orçamento comportado em 30 mil contos, esperando agora que Cantanhede possa conquistar os louros que deseja.* Recordou o patrocinador da turma:

— *Na última «Volta», quando a «Volta», estava em Mangualde, pensei em mandar regressar os ciclistas a casa, abandonando a corrida porque estavam reduzidos a um estranho conformismo. Ponderando melhor, resolvi alargar o investimento e recrutar os valores sólidos, que, neste momento, me dão garantia de uma boa temporada e nos apresentarmos na «Volta» com legítimas ambições aos melhores lugares.*

Marco Chagas (33 anos, quatro triunfos oficiais na «Volta»), declarou:

— *Não estranhei nada o ambiente da minha nova entidade patronal e adianto que espero, com os meus companheiros, fazer um trabalho muito positivo nesta temporada. De modo algum estou acabado para o ciclismo e resolvi integrar este grupo de trabalho porque vim encontrarr vontades para triunfar e grande ambição. Muito sinceramente: confio que continuarei (ainda) a ser 1.ª figura do nosso desporto, justificando (e defendendo), um lugar que conquistei com o mesmo esforço.*

Na confraternização com os jornalistas estiveram presentes representantes do Governo Civil, da Câmara Municipal, (dr. Espírito Santo), da Região de Turismo do Centro, de Clubes (saliência para Valentim Loureiro), da Columbófila de Cantanhede (Alberto Abrantes) e o economista dr. João Duarte Nunes de Oliveira, orientando uma série de sorteios que (curiosamente) foram na totalidade, contemplar senhoras que assistiram à cerimónia. Para atenuar o desengano do naipe masculino, a Orima/Cantanhede promove agora, no decorrer do «GP Correio da Manhã», um concurso em que haverá electrodomésticos para os jornalistas que acertarem na classificação dos ciclistas da turma da Bairrada, em cada etapa. Mais um meio de legítima promoção dos atletas que Mário Miranda de Almeida coloca nas estradas sob comando de Marco Chagas.

Neves de Sousa

BREVES

Portimonense - Benfica no Bonfim (e na RTP)

Em virtude da interdição do Estádio de Portimão, o encontro Portimonense - Benfica, correspondente à 24.ª jornada do «Nacional» raliza-se no sábado (21 horas), no Bonfim, sendo directamente transmitido pela RTP-2.

Bernardo rende Madeira no comando do Odivelas

António Bernardo (recentemente afastado do cargo de treinador do Seixal) foi o eleito para suceder a Fernando Madeira na orientação do futebol sénior do Odivelas.

Mundialistas de Riade isentos da «tropa»

Segundo informação de João Rodrigues (presidente da Federação Portuguesa de Futebol) o Governo prepara a promulgação de um decreto-lei que isenta do serviço militar os atletas de alta competição entre os quais se integram os futebolistas que, em Riade, conquistaram o Campeonato Mundial de Juniores.

MODALIDADES

HÓQUEI EM PATINS: em virtude da participação do Benfica, Óquei de Barcelos e FC Porto nas competições europeias, foram antecipados para hoje (21 horas) os confrontos Óquei de Barcelos-FC Porto e Sporting-Benfica, respeitantes à 18.ª jornada do campeonato nacional marcada para o próximo sábado.

VOLEIBOL: realiza-se hoje, pelas 21 horas, na sede da Federação Portuguesa de Voleibol, o sorteio relativo à próxima eliminatória da Taça de Portugal.

ATLETISMO: na Associação de Atletismo de Lisboa tem lugar esta noite (21 horas) um reunião entre delegados e técnicos dos clubes lisboetas com o Departamento Técnico daquele organismo.

BRIDGE: com a realização do Torneio Internacional Eva em Faro, o Clube Dom Pedro reuniu duas centenas de participantes, número que reflecte o prestígio cada vez maior dos organizadores. Desta feita, a vitória pertenceu ao par português Paulo Magalhães/Portocarmo, sendo 2.ºs classificados os espanhóis Alfonso Golmar e Carmen Rodriguez. Em pares senhoras, o triunfo coube a C. Haskins (Inglaterra) e M. Zantel (Holanda). O êxito deste torneio incentiva o Clube Dom Pedro a repeti-lo muito em breve, também nos salões do Hotel Eva (Faro).

BREVES

Futre «versus» Gil y Gil

Descontente com o comportamento dos seus futebolistas, o presidente do Atlético de Madrid (Jesus Gil y Gil) lançou um repto aos artistas, propondo-lhes que pagassem ao clube 250 mil pesetas por cada ponto perdido nos 10 encontros que restam para o termo do campeonato. O nosso compatriota Paulo Futre, na qualidade de capitão da equipa, foi para o alto da vaga e, após reunião com os seus companheiros, fez a seguinte contraproposta a Gil: «O clube deve-nos pagar as 800 mil pesetas referentes aos prémios dos triunfos averbados em Saragoça e no Calderón frente ao Valladolid e até final nada receberemos caso não consigamos a classificação para a Taça UEFA. No caso de conseguirmos essa participação, o Atlético deverá pagar os prémios estabelecidos no começo da temporada».

Recorde-se que o esquema em vigor nos «colchoneros», determina o pagamento de 700 mil pesetas por cada triunfo (fora ou em casa) ou empate (fora) quando situados no 1.º posto da tabela, 400 mil em 2.º e 250 mil em 3.º lugar.

A vertigem do Ocidente

Os contratos entre clubes ocidentais e atletas soviéticos não se ficam pelo futebol, modalidade que já retirou dos relvados da URSS, 35 vedetas. Chegaram às outras modalidades desportivas. O leninegradense Viatcheslav Ekimov, campeão olímpico e tri-campeão do Mundo de marcha, assinou um contrato de dois anos com a equipa holandesa «Panasonic». Recentemente, o jogador de basquetebol Valeri Tikhonenko deixou a sua equipa de Alma-Ata (Casaquistão) para defender, entre 1990 e 1993, as cores do Forum, de Valladolid (Espanha), onde jogam desde o ano passado dois soviéticos: Arvydas Sabonis e Valdemaras Chomicius de Kaunas.

O fôlego dos corações alheios

Uma competição desportiva reuniu na Holanda praticantes de várias modalidades que tinham em comum uma particularidade: todos tinham sido sujeitos a transplantes cardíacos. O encontro teve por objectivo mostrar que a actividade física não é, de modo nenhum, desaconselhável aos que receberam corações novos. Para o provar, os participantes disputaram provas de atletismo, ténis, badmington, volei e ping-pong.

Tina Turner e o rugby

A cantora norte-americana Tina Turner não só faz desporto para manter a linha e a saúde como incentiva os outros a praticá-lo. Em 1988 financiou uma equipa de rugby australiana e em 1989 passou, em nome da liga de rugby daquele país, um cheque no valor de 345 mil contos a fim de contribuir para o desenvolvimento dessa modalidade desportiva no «continente verde».

Tacadas e dólares

O espanhol Severiano Ballesteros assumiu o comando da Ordem de Mérito Europeia dos Profissionais de Golfe, depois de vencer o «Open» das Baleares, com uma receita de 67 067 libras (16 800 contos), seguido do galês Ian Woosnam com 66 660 libras e do irlandês Eamonn Darcy, com 54 379.

Stephen McAllister, que ganhou o «Open» do «Vinho Verde», na Póvoa de Varzim, é o 7.º classificado, com 33 722 libras.

Entretanto no circuito norte-americano Paul Azinger é o primeiro da Ordem de Mérito, com uma receita de 394 919 dólares (59 mil contos), seguido de Mark Calcavecchia com 389 040 dólares e Fred Couples com 320 577.

Janet Evans distinguida

A nadadora Janet Evans, detentora de três medalhas de ouro nos Jogos Olímpicos de Seul, foi designada como vencedora do Prémio «Sullivan-89», destinado a galardoar o melhor atleta amador dos Estados Unidos da América. A votação foi feita por 2500 pessoas, entre os quais, antigos vencedores do troféu, dirigentes do Comité Olímpico, e da União de Atletismo e jornalistas desportivos. Recorce-se que Janet Evans (uma jovem de 18 anos) é detentora de quatro recordes mundiais e venceu, em 1989, dezoito das vinte provas em que participou.

O anúncio da vitória atribuída a Janet foi feito pela antiga atleta Florence Griffith Joyner e entre os demais finalistas contavam-se Roger Kingdom (atletismo), Brandy Johnson (ginástica) e John Smith (halterofilia).

Futebol e basquetebol são duas das modalidades em desfile nos Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa

Jogos da Cidade: dez mil em movimento

As raparigas também participam nos jogos da cidade de Lisboa

Começou no passado sábado, a fase final dos Jogos Desportivos da Cidade, organizados pelo Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, agora liderado pelo vereador Rego Mendes que conta com a colaboração do professor Mário Silva (director do Departamento de Desporto) e de uma equipa de técnicos que coordenam as provas das diversas modalidades que integram a importante e muito participada manifestação de desporto popular.

Nesta edição, encontram-se inscritos cerca de dez mil jovens com idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos em representação de centenas de colectividades sediadas em 51 das 53 freguesias do concelho, e quanto às modalidades em desfile são: andebol, atletismo, basquetebol, futebol de salão, natação, ténis de mesa, voleibol, râguebi, mini-trampolim e xadrez, e ainda futebol de salão para veteranos.

No passado fim-de-semana, realizaram-se os encontros correspondentes à jornada inaugural de andebol, basquetebol, futebol de salão e xadrez estando em acção mais de 1700 jovens assim distribuídos: andebol (102), futebol de salão (1400), basquetebol (150) e xadrez (73). Numa breve síntese, diremos que no desporto da «bola ao cesto» a relevância da ronda vai para os miúdos do Colégio Manuel Bernardes, «Rosas e Violetas» de Benfica e «Os Trintões» da freguesia de S. Jorge de Arroios, que «brindaram» os seus opositores com derrotas contundentes. No andebol, o destaque cabe aos «gaiatos» da Escola Sec. de Telheiras que se mostraram de «mão cheia», vencendo os companheiros do Passos Manuel pela contundente marca de 23-2. Os xadrezistas mais em evidência representavam a Escola Alemã, os Xeques do Lumiar e os Xeques Arábia (Penha de França) e quanto aos artistas do «pontapé na bola» o realce (pelas goleadas aplicadas) pertence às seguintes equipas: Os Canibais (Benfica), CAR Encarnação, GDN Recreativo (Prazeres), As Craques (S. João), SC Intendente (Anjos), Liceu Francês, Os Nobres Juniores (S. Domingos de Benfica), GD Alfamados (Santo Estevão), Ottolinos (S. Domingos de Benfica) e os «Spartacus» da freguesia de S. João.

No que se refere à natação, estão inscritos mais de de dois mil jovens e os «golfinhos» de mais forte braçada na 1.ª jornada foram: Tiago Matias, Magna Quelhas, Luís Almeida, Cláudia Faustino, Fernando Rodrigues, Patrícia Silva, Joana Faustino, Rui Florentino e Maria Ortega.

No atletismo, também há nomes para destacar. São eles: Tiago Borges, Paulo Gaspar, Nuno Dias, Ana Azevedo e Sílvia Rodrigues que venceram as provas em que participaram e pelo mesmo motivo para os veteranos Fernando Andrade, Dinis Sousa, Maria Abreu e Maria Flores.

Os Jogos Desportivos da Cidade prosseguirão com jornadas semanais até ao mês de Junho quando, no Terreiro do Paço, ocorrer o encerramento com a realização da tradicional Festa do Desporto.

Ginásio Clube Português: contas certas e galardões na «montra»

Os associados do Ginásio Clube Português reuniram-se em assembleia geral para aprovar o relatório a 1989, o qual, depois de discutido e de os dirigentes Américo Raiado (presidente do executivo), Pereira Coutinho, António Augusto de Almeida, José Fernando Feio e Coelho Jerónimo, terem prestado os esclarecimentos solicitados, teve a aprovação como veredicto. Os demais pontos agendados consistiram na aprovação da medalha de mérito e dedicação de ouro, ao comendador Manuel Nunes Correia e a eleição do eng.º Roberto Carneiro (ministro da Educação), eng.º Valente de Oliveira (ministro do Planeamento e ordenamento do Território), professor Mirandela da Costa (director-geral dos Desportos) e o dr. Victor Gonçalves (ex-vereador do Pelouro de Desporto da CML e actual presidente do Instituto de Promoção Turística) como sócios honorários; o general Jorge Oom e Emílio Santos Lapa foram eleitos sócios de mérito e o «Diário de Notícias» (125 anos de existência), CNID — Clube Nacional de Imprensa Desportiva (homenagem ginasista à Comunicação Social), Nuno Abecasis, António Pinto Tibúrcio, a atleta Carla Furtado, o professor Fragoso Dias, a classe «Especial de Homens» e a delegada Cristina Sousa da Câmara, foram igualmente distinguidos com galardões que serão entregues na sessão solene, comemorativa o 115.º aniversário, a realizar no próximo dia 23 com a presença do Presidente da República.

I Série N.º 61
Dia 14 de Março

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República
Conselho de Estado

Parecer:
Sobre a proposta de alterações ao Estatuto Orgânico do Território de Macau apresentada pela Assembleia Legislativa de Macau à Assembleia da República.

Ministérios das Finanças e do Emprego e da Segurança Social

Portaria n.º 183/90:
Altera o quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Bragança.

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 147 685 contos para o ano de 1989.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Avisos:
Adopta as taxas de câmbio na cobrança de emolumentos consulares a efectuar a partir de 28 de Fevereiro de 1990.

Torna público ter o Governo da República Popular da Polónia depositado junto do Governo Suíço o seu instrumento de ratificação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e de Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção no dia 12 de Dezembro de 1989.

Torna público ter o Governo do Burkina Faso depositado junto do Governo Suíço o seu instrumento de adesão à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção no dia 13 de Outubro de 1989.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Portaria n.º 184/90:
Aprova a tabela de preços das plantas de oliveiras envasadas e produzidas pelo Departamento de Olivicultura da Estação Nacional de Fruticultura de Vieira Natividade.

Ministério da Indústria e Energia

Decreto-Lei n.º 82/90:
Altera o Decreto-Lei n.º 101/74, de 14 de Março, que fixa normas relativas à importação, exportação, construção, reparação, instalação, utilização ou simples funcionamento de recipientes sob pressão, bem como à construção, instalação e utilização de chaminés para descarga de efluentes na atmosfera.

Ministério da educação

Portaria n.º 185/90:
Autoriza a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior de Economia e Gestão, a conferir o grau de mestre em Gestão e regula o respectivo curso especializado. Revoga as Portarias n.ºs 1157/82, de 16 de Dezembro e 526/86, de 17 de Setembro.

Portaria n.º 186/90:
Autoriza a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, a conferir o grau de mestre em Engenharia Química - Processos e Indústria e regula o respectivo curso especializado.

Portaria n.º 187/90:
Autoriza a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, a conferir o grau de mestre em Física das Altas Energias, Nuclear e Instrumentação e regula o respectivo curso especializado.

Portaria n.º 188/90:
Autoriza a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, a conferir o grau de mestre em Engenharia Química - Química Aplicada e regula o respectivo curso especializado.

Portaria n.º 189/90:
Autoriza a Universidade de Coimbra, através da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a conferir o grau de mestre em Física nas áreas de especialização em Física Teórica, Física Experimental e Física Tecnológica e regula o respectivo curso especializado.

Portaria n.º 190/90:
Autoriza a Universidade Técnica de Lisboa, através do Instituto Superior Técnico, a conferir o grau de mestre em Física e Engenharia dos Plasmas e regula o respectivo curso especializado.

Declaração:
De terem sido autorizadas alterações orçamentais no Ministério da Educação no montante de 833 171 contos para o ano de 1989.

Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 83/90:
Cria o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência no Ministério da Saúde.

AGENDA

O ESTADO DO TEMPO

HOJE

CONTINENTE

Em todo o território: céu pouco nublado, por vezes muito nublado com nuvens altas. Vento fraco, temporariamente moderado de norte. Pequena descida da temperatura mínima.
Estado do mar: Costa ocidental - mar encrespado a de pequena vaga. Ondulação de noroeste de dois metros.
Costa sul: mar encrespado a de pequena vaga. Ondulação inferior a um metro.

AÇORES

Grupo Ocidental: céu muito nublado. Vento moderado de sudoeste, por vezes forte. Períodos de chuva. Subida da temperatura mínima.
Grupo Oriental: céu geralmente muito nublado. Vento moderado de sul. Subida da temperatura mínima.
Estado do mar: mar emcrespado a de pequena vaga. Ondulação de oeste de dois a três metros.

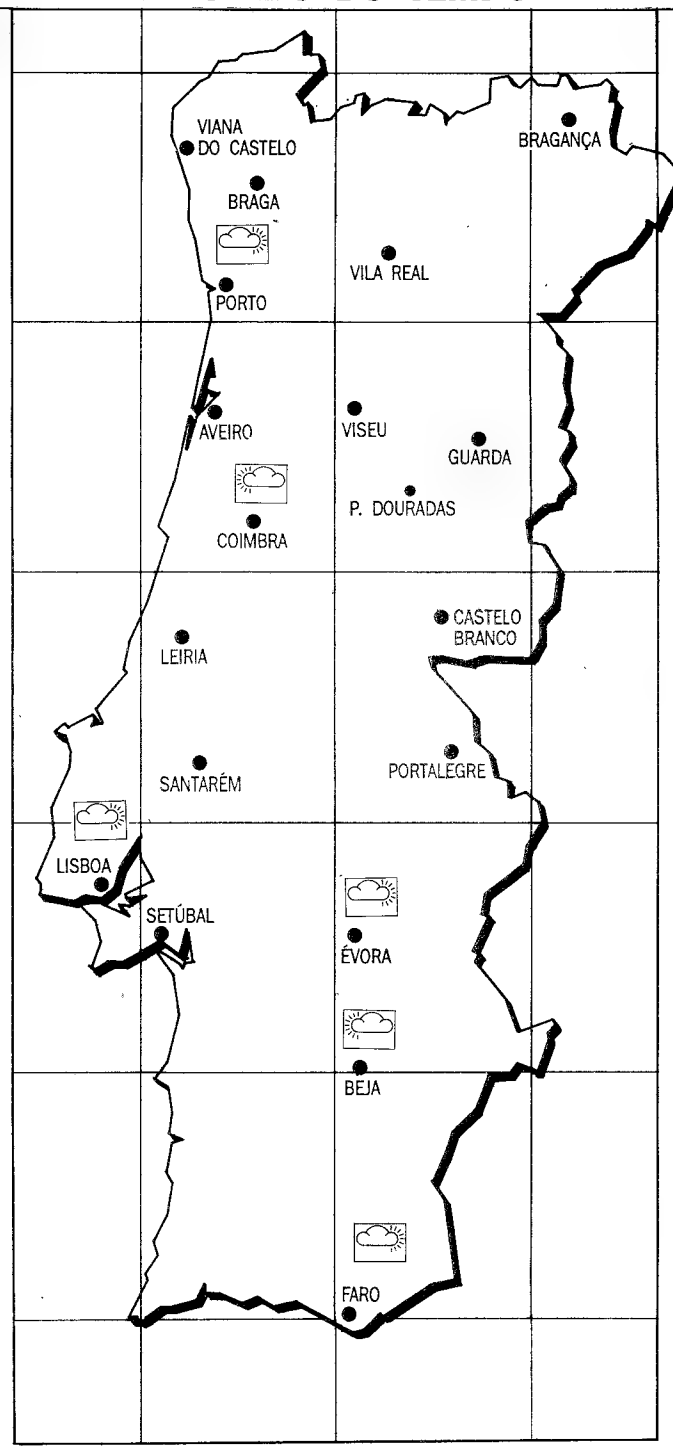
MADEIRA

Céu com períodos de muito nublado. Vento em geral moderado de nordeste.
Estado do mar - Costa Norte: mar de pequena vaga. Ondulação de noroeste de dois metros.
Costa sul: mar encrespado. Ondulação de sueste de um metro.
Funchal: céu pouco nublado, temporariamente muito nublado. Vento fraco.

Amanhã

No Continente: Céu pouco nublado ou limpo. Vento em geral fraco de nordeste. Pequena subida da temperatura máxima.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



Céu limpo
Céu pouco nublado
Céu muito nublado
Chuva
Trovoada
Neve
Vento
Mar calmo
Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
04.40	3,7m	10.13	0,8m
16.54	3,6m	22.25	0,8m

Amanhã

05.09	3,6m	10.42	0,9m
17.23	3,5m	22.57	0,9m

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	4	5	M. nub.
V. Castelo	4	5	Nevoeiro
Vila Real	4	4	Limpo
Porto	5	7	Nevoeiro
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	10	10	Nevoeiro
C. Carvoeiro	13	13	M. nub.
C. Branco	7	7	P. nub.
Portalegre	9	10	P. nub.
Lisboa	11	11	P. nub.
Évora	8	8	Nevoeiro
Beja	6	7	Neblina
Sines	10	10	Neblina
Faro	12	13	P. nub.
Sagres	13	13	P. nub.
P. Delgada	14	15	M. nub.
Horta	15	15	Aguaceiros
Funchal	12	13	P. nub.

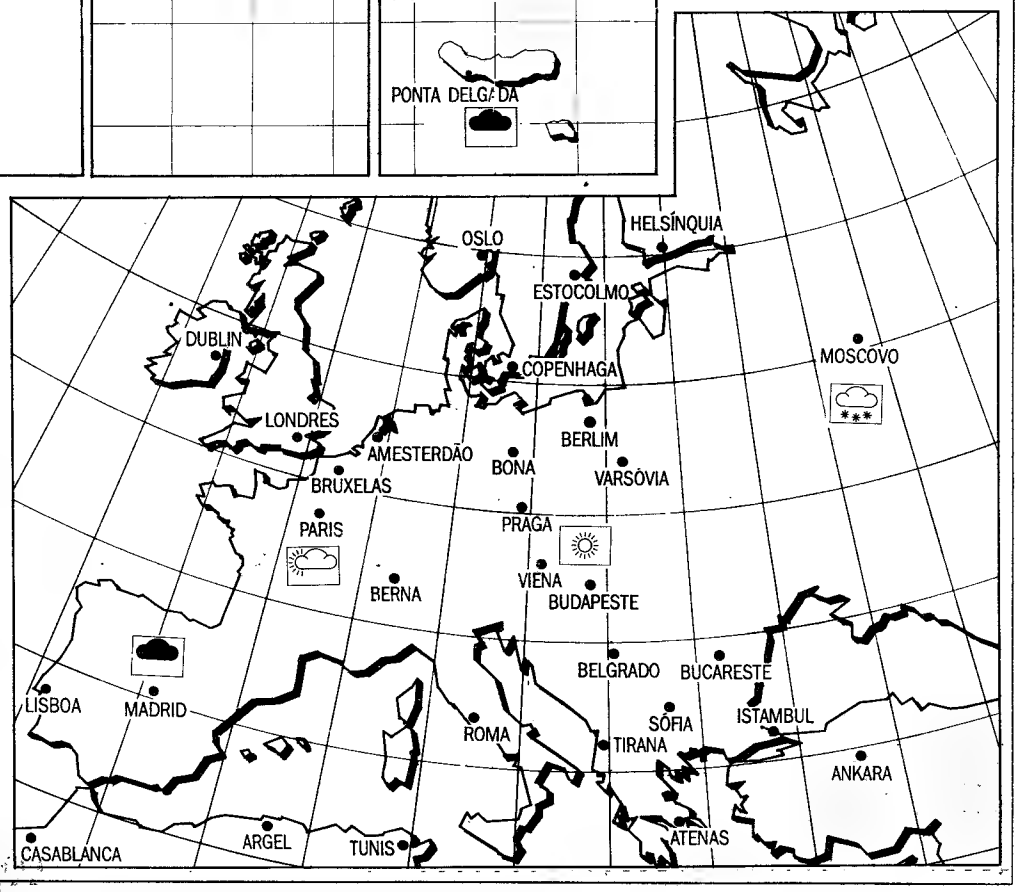
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 20; Porto, 18; Faro, 21; P. Delgada, 17; Funchal, 19.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	8	9	M. nub.
Londres	2	4	Neblina
Paris	6	6	P. nub.
Bruxelas	6	6	P. nub.
Amesterdão	6	6	Neblina
Genebra	8	9	Neblina
Roma	7	7	Nevoeiro
Oslo	-2	-1	Neve
Copenhaga	3	4	M. nub.
Estocolmo	-6	-4	Limpo
Berlim	2	2	M. nub.
Viena	2	2	Bruma
Varsóvia	-3	-2	Limpo
Atenas	-3	12	Neblina
Moscovo	-10	-10	Limpo

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	14	21	Aguaceiros
Houston	18	25	M. nub.
Los Angeles	7	21	Limpo
Montreal	1	11	Aguaceiros
Nova Iorque	13	23	Aguaceiros
S. Francisco	7	16	Limpo
Toronto	14	21	Limpo
Vancover	4	10	Chuva
Washington	14	27	Quente
Hong Kong	13	21	P. nub.
Melbourne	9	20	Chuva
Pequim	2	12	Limpo
Perth	20	29	Limpo
Singapura	25	32	Limpo
Sydney	17	23	Limpo
Tóquio	7	16	M. nub.
Wellington	9	14	P. nub.



AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO PERMANENTE

Alcântara: Probidade, Rua Alcântara, 15 A-B, Tel. 3638589; **Alvalade - Estados Unidos:** Rio Janeiro, Av. Rio Janeiro, 4-C, Tel. 881409; **Areeiro:** Ideal, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A, Tel. 892803; **Baixa:** Durão, Rua Garrett, 90, Tel. 3476185; **Baixa:** Cortez, Rua São Nicolau, 93, Tel. 355378; **Benfica:** União, Estrada de Benfica, 592-594, Tel. 700092; **Campo de Ourique:** Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A, Tel. 686176; **Intendente:** Intendente, Largo Intendente Pina Manique, 50-51, Tel. 547838; **Lumiar:** Nicolau, Calçada de Carriche, Lote 4 - Loja Esq., Tel. 7588727; **Marquês da Fronteira:** Ronil, Rua Rodrigo da Fonseca, 153, Tel. 683438; **Pampulha - Janelas Verdes:** Nazário Pinto, Rua Presidente Arriaga, 39, Tel. 667460; **Restelo:** Restelo, Rua Duarte Pacheco Pereira, 11-C, Tel. 610741; **Saldanha:** Dalva,Av. Duque d'Ávila, 125, Tel. 545225; **Xabregas - Madre Deus:** Conceição, Calçada D. Gastão, 30-32, Tel. 381279; **Carnaxide:** Central Carnaxide, Av. Portugal, 16-B, Tel. 4184913; **Colina Sol - Brandoa - Amadora:** Vidal Reis, Urb. Alfornel - Cel. G - Lote 35, Tel. 996540; **Moscavide:** Banha, Av. Moscavide, 22-A, Tel. 2518518; **Odivelas - Quinta do Mendes:** Almeida, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Lote 110, Tel. 9324242; **Pontinha:** Pontinha, Estrada Santo Elói, 4 - Lote SE, Tel. 479220.

REFORÇO

Alameda - Chile: Lusa, Av. Almirante Reis, 199-A, Tel. 521269; **Areeiro - Praça de Londres:** João XXI, Av. João XXI, 16-A, Tel. 886462; **Boa Hora:** Sepol, Calçada da Boa Hora, 94-A, Tel. 631958; **Castelo:** Silva, Calçada Santo André, 16, Tel. 862074; **Entre Sete Rios e 2.ª Circular:** Da Luz, Estrada da Luz, 124-A, Tel. 7263179; **Estrela:** Gama, Calçada da Estrela, 130, Tel. 660339; **Feira Popular:** Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 283-A, Tel. 763016; **Olivais Sul:** Higiene, Rua Cidade Vila Cabral, Lote 43, Tel. 310026; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Rato - Príncipe Real:** Cunha, Rua Escola Politécnica, 18, Tel. 325455; **Buraca Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Branco, Av. Comb. G. Guerra, 29, Tel. 2104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Pinto, R. Antero Quental, 9, Tel. 4190610. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto Castro, Lote 10, Tel. 4430691. Permanente; **Parede:** Brandão, Av. República, 77-C, Tel. 2471054. Permanente; **S. João do Estoril:** Das Areias, Urb. Areias. Até às 22 h; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Cascais:** Cordeiro, Av. Comb. G.Guerra, 40, Tel. 280170. Permanente.

LINHA DE SINTRA

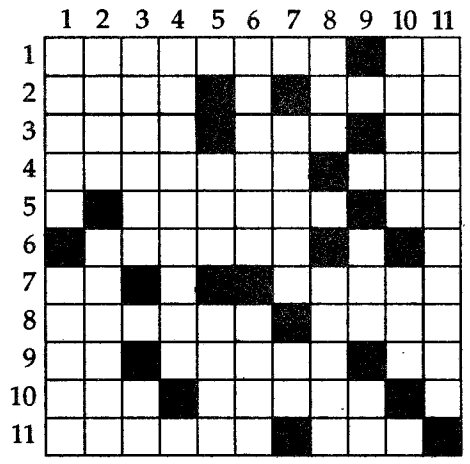
Amadora: Nunes, Est. Serra Mira - Falagueira, Tel. 4937543. Permanente; Soares Correia, Est. Águas Livres - Carenque, Tel. 4965517. Até às 22 h; Solla, Loja D, Lote 65, Tel. 900724. Até às 22 h; **Queluz:** Gil, Av. Miguel Bombarda, 28, Tel. 4350117. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Guerra Rico, Av. Bomb. Voluntários, Tel. 9244002. Permanente; **Mem Martins:** Química, Est. Mem Martins, 285, Tel. 9210012. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Dumas Brousse, Calç. Rinchoa, 2, Tel. 9260404. Até às 22 h; **Sintra:** Marrazes, L. Afonso Albuquerque, 24, Tel. 9230058. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **S. Pedro de Sintra:** Valentim, Tel. 9230456. Permanente; **Loures:** Sálvia, Av. República, 29, Tel. 9831240. Permanente.

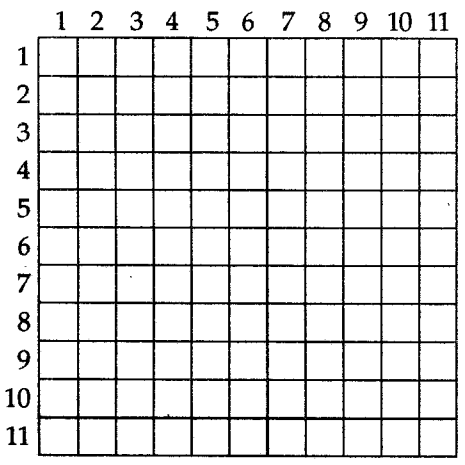
OUTRA BANDA

Almada: Macedo Henriques, R. Bern. Francisco Costa, Lote 1, Tel. 2751297. Permamente; **Cova da Piedade:** Atlântico, Av. Rainha D. Leonor, 45-A, Tel. 2764466. Permanente; **Monte de Caparica:** Guerreiro, Lote 31 - IJ. Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Higiénica, Av. República, 23, Tel. 2900020. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Baptista Marques, R. Boa Vontade, 17-B, Tel. 2538572. Até às 22 h; **Lavradio:** Parreira, R. D. Silva Cristino, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; **Sesimbra:** Lopes, R. Cândido Reis, 21, Tel. 2233028. Até às 19 h; **Barreiro:** Ferreira & Pilar, Av. República, 1, Tel. 2073023. Permanente; **Baixa da Banheira:** Aliança, Est. Nacional, 178-B, Tel. 2040302. Até às 19 h; **Corroios:** Bento Lino, Est. Vale Milhaços, Tel. 253260. Até às 19 h; **Amora:** Nova Amorense, E.N. 10 - Loja A - A. Paivas, Tel. 2216824

MÉDICO DE URGÊNCIA ☎ 766 171 / 766 178 / 766 179

PALAVRAS CRUZADAS





PROBLEMA N.º 17 877

HORIZONTAIS:

1 - Indagar. Centiare.
2 - Filha de Eurito raptada e desposada por Hércules. Íntimos.
3 - Ligar. Abreviatura de Santíssimo Sacramento. Césio (s.q.).
4 - Estado do NO da Índia. Cidade de França.
5 - Alisa. Antiga unidade monetária da Alemanha.
6 - Pequena vasilha em que os militares e alguns desportistas levam líquidos.
7 - Apelido. Levar à toa.
8 - Tacteia. Rabino.
9 - Batráquio. Irmão de Moisés. Autores.
10 - Ninho. Ramadas.
11 - Esmoncas. Monarca.

VERTICAIS:

1 - Rima. Pessoa impertinente (fig.).
2 - Ratava. Castrais.
3 - Fábrica de loiça de barro. Ósmio (s.q.).
4 - Cidade de Itália.
5 - Rio de Portugal (inv.). Preposição.
6 - Murmurai. Lavras.
7 - Planta herbácea utilizada como condimento. Antes do meio-dia.
8 - Zombas. Ribombar.
9 - Filtrar. Pronome reflexo.
10 - Bater em (fig.). Falda.
11 - Arrogarias.

PROBLEMA N.º 17 876

HORIZONTAIS:

1 - Cidade dos Países Baixos. Porto da Finlândia, no golfo de Bótnia.
2 - Cidade da Holanda. Perfumai.
3 - Artigo indefinido. Luz intensa.
4 - Chefe etíope. Aperfeiçoasse.
5 - Pátria de Abraão. Espécie de tecido (ant.).
6 - Poisar no mar (o avião). Rio de Portugal.
7 - Governador de província ou chefe militar, na Turquia. Mil e quatro em romano.
8 - Jogo dianteiro das carretas de artilharia. Cidade da Índia, na costa de Malabar.
9 - O lado do vento. Cento e um em romano.
10 - Entrada.
11 - Vais para fora. Meter em mala.

VERTICAIS:

1 - Novo nome do Kilimandjaro. Rio da Ásia Menor, hoje Quizil Irmaque.
2 - Nome de fruto. Cidade de Itália.
3 - Esteiros. Letra grega.
4 - Duas vogais desiguais. Indivíduo bronco (pl. e fig.).
5 - Raio (fig.).
6 - Cidade de Inglaterra. Preposição.
7 - Urdiram. Antes do meio-dia.
8 - Cidade da Argélia. Baú.
9 - Antiga tribo de índios de Pernambuco. Estime. Alumínio (s.q.).
10 - Reino da Federação Indochinesa. Li. Filtra.
11 - Interjeição de dor. Levantai.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 876

HORIZONTAIS: 1 - O. TRABALHO. 2 - Leio. Aliado. 3 - Issel. Noel. 4 - Nio. Ah! 5 - Ata. Nero. Dá. 6 - Lareira. Cid. 7 - Carmina. V.º 8 - Posa. Anis. 9 - Rã. Ur. 10 - Geminar. Mad. 11 - Assoa. Aviso.
VERTICAIS: 1 - Olival. PAGA. 2 - És. Taco. És. 3 - Tisnaras. Ms. 4 - Roei. Erário. 5 - Lonim. Ana. 6 - Ba. Erin. 7 - Al. Aran. Ura. 8 - Linho. Aar. 9 - Hão. Mi. 10 - Ode. DÍVIDAS. 11 - Oleados. Dó.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 686

HORIZONTAIS: 1 - Rias. Acatar. 2 - Empo. Morada. 3 - Platina. 4 - Soa. Horas. 5 - Ária. Be. 6 - NS. Acorda. 7 - Atrás. Rem. Or. 8 - Eu. Aar. Arre! 9 - Realças. 10 - Ilativo. As. 11 - Ao. Asaradão.
VERTICAIS: 1 - Re. Saltério. 2 - Impor. Ruela. 3 - Aplaina. Aa. 4 - Soa. Assalta. 5 - Tu. Ácis. 6 - Ami. Barrava. 7 - Conhece. Sor. 8 - Arão. Omã. 9 - Ta! Rir. Read. 10 - Adia. Dor. Sa. 11 - Rã. Suarem.

PROVÉRBIO:
O TRABALHO PAGA DÍVIDAS.

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

Quase na Primavera
NEVE NO NORTE DO PAÍS

O ANDAR EM MIRATEJO PARA UM LEITOR DE FARO E O AUTOMÓVEL FOI PARA UM FUNCHALENSE

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

POUCO CERIMONIAL NA «CIMEIRA» INTERALEMÃ

Quase na Primavera: neve no Norte do País

Cai neve em todo o Nordeste de Trás-os-Montes, o que não é muito habitual nesta altura do ano. Segundo informação do Observatório D. Luís, a explicação do facto reside no facto de «as condições metereológicas no Norte do território estarem a ser afectadas por uma massa de ar polar marítimo transportada na circulação conjunta de um sistema depressionário sobre o Sueste de França e de um anticiclone a oeste das ilhas britânicas.»

Pouco cerimonial na «Cimeira» interalemã

Será uma reunião de trabalho o encontro entre o chanceler da RFA, Willy Brandt, e o primeiro-ministro da RDA, Willy Stoph, segundo revelou o dr. Ulrich Saham, director da Chancelaria, que dirigiu a delegação da Alemanha Ocidental que participou nas conversações técnicas, preparatórias da «Cimeira». O cerimonial será reduzido ao mínimo, sem hinos nacionais nem cortejos motorizados e também sem guardas de honra.

Sismo no Irão mata cinco pessoas

Morreram cinco pessoas e algumas outras ficaram feridas quando hoje um abalo de terra se fez sentir na Província do Azerbeijão, no norte do Irão, segundo informaram funcionários. Três aldeias ficaram destruídas.

EFEMÉRIDES

1804

•Nasce, em Viena, o compositor John Strauss

1879

•Nasce em Ulm, na Alemanha, Albert Einstein, que viria a ser notável investigador e criador da teoria da relatividade.

1883

•Karl Marx, ideólogo do marxismo, morre em Londres, onde fica sepultado.

1975

•Em Portugal são extintos o Conselho de Estado e a Junta de Salvação Nacional e a Banca e os Seguros são nacionalizados.

1983

•Com o objectivo principal de «contribuir para o desenvolvimento integral da criança na defesa e promoção dos seus direitos», é constituído em Lisboa, o Instituto de Apoio à Criança (IAC).

1985

•Um tribunal de apelo de Roma confirma a sentença de prisão perpétua aplicada a Mário Moretti, dirigente da operação do rapto e assassínio, em 1978, do ex-primeiro-ministro italiano Aldo Moro.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB
Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 1
NASCIDO A 4 DE JULHO
Filme de Oliver Stone
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.30 e 00.30 horas.

ALFA 2
MISS DAISY
Filme de Bruce Beresford
Maiores de12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas.

ALFA 3
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Filme de Steve Kloves
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Filme de Peter Weir c/Robin Williams
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa
Telef. 691275
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.30 horas.

AMOREIRAS 2
MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas

AMOREIRAS 7
CHUVA NEGRA
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões ás 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 9
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas..

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 18.00, 21.30 horas

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15
Telef. 324194
HALLOWEEN - 4 - O REGRESSO DO ASSASSINO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
Parque Mayer
MINOUCHE A INSACIÁVEL
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
COMPETIÇÃO SEXUAL
Hard-core-1ºescalão (porno)
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas.

QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO? — PUB
Em exibição — SALA 4 — Quarteto — M/16 anos

CINE PORTELA ESTÚDIO SHEZA
Telefone 9434762
GENTE GIRA É OUTRA COISA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546085
FILMING OTHELO
Filme de Orson Welles, às 18.30 horas.
THE SAGA OF ANATAHAN
Filme de Josef von Sternberg, às 21.30 horas.

«Miss Daisy» com Jessica Tandy

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
O SEGREDO DO DESERTO
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30.

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
NOVE SEMANAS E MEIA
Filme de Adrian Lyne
Maires de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES
Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Filme de Sidney Lumet
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

ESTÚDIO
Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
DOIS DETECTIVES EM APUROS!
Com Lorin Dreyfuss
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1
Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15 horas.

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
O BANDO DAS QUATRO
Filme de Jacques Rivette
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.00, 15.45, 18.30 e 21.30 horas.

FORUM PICOAS
AUDITÓRIO 2
O PROCESSO DO REI
Filme de qualidade de João Mário Grilo
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO
Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1
Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

KING TRIPLEX 3
VEREDICTO FINAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
OS FABULOSOS IRMÃOS BACKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON
R. dos Condes, 4
Telef. 326283
FOGO INFERNAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 18.00 e 21.30 horas

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
DESEJOS CARNAIS
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
PHOENIX - A GUERREIRA
Filme de Robert Hayes
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
CIÚMES DE MORTE
Filme de Nicholas Broomfield
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 16.45, 18.30, 20.15, 22.00 e 24.00 horas.

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA
4.º JUÍZO
ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que pela 1.ª Secção do 4.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa corre uma Acção de Contrato Individual de Trabalho com processo Sumário Registado sob o N.º 110/89 em que é Autor — João Santos Conceição, residente em Rua Teodoro Maria Oliveira, n.º 12 - 1.º, Frente, em Sacavém e Réus — Rosa Pereira Domingues e outros, ficando notificado o Réu — FERNANDO DOMINGUES DOS SANTOS com última morada conhecida em Av.ª Afonso III, Lote - 2 - 10.º Esq. em Lisboa da sentença proferida nos Autos acima identificados e cuja fotocópia se encontra à sua disposição na secção de processo competentes, sita Av. Almirante Reis, n.º 49 - 2.º andar, contando-se o prazo do trânsito em julgado, para além do legalmente previsto, decorridos que sejam os trinta dias dos éditos. Mais fica notificado de que tem o prazo de um mês para juntar aos autos documento comprovativo da extinção da dívida nos termos do Art.º 71 do Código do Processo de Trabalho e para os efeitos do Art.º 92 do mesmo Código.

Para constar se passou o presente anúncio que vai ser devidamente publicado. Lisboa e Quarto Juízo — Primeira Secção do Tribunal do Trabalho aos sete dias de Março de mil novecentos e noventa.

O Juiz de Direito,
António Luís Soares de Andrade
O Escrivão Adjunto,
António Gabriel de Oliveira Peniche

«DL» — 2.ª Pub. 14/3/90

CARTAZ

ARTETO 2
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4
QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO?
Filme de Pedro Almodovar
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00 e 22.00 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 2
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

SÃO JORGE 3
MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19 .00 e 21.30 horas.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
GENTE GIRA É OUTRA COISA
Maiores de 6 anos
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30 horas

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade,9
Telef. 3468446
SHOKER-CEM MIL VOLTS DE TERROR
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
Encerrado para descanso do pessoal.

QUELUZ KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Mairoes de 12 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas.
SALA 2
CINEMA PARAÍSO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.
SALA 3
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas.

CASCAIS

.OEIRAS ALTO DA BARRA 1
Av. das Descobertas - Telef. 4439759
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALTO DA BARRA 2
MORTO A TIRO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
CORRUPÇÃO NA CIDADE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS MIRAMAR 1
Telef. 2841744
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

M IRAMAR 2
FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD
Avb. 25 de Abril - Telef. 2865027
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos
Sessões às 16.00 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA
CINEMA PESCADOR
Telef. 2905350
O PELOTÃO DO MASSACRE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 21.45 horas.

TEATRO LISBOA

A BARRACA CINEARTE
Largo de Santos, nº 2 - Telef. 665360 /686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita.

TEATRO DE CARNIDE
Azinhaga das Freiras - Telef. 7145178
Sextas e Sábados às 21.30 horas
DIVINAS PALAVRAS
De Rámon del Valle-Inclan.

TEATRO DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanso à 4ªFeira
SALA NOVA
PÉCORA de Natália Correia.
Em cena até ao final do mês.
CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo
Em cena aos Sábados às 24 horas.

TEATRO DA CORNUCÓPIA
R. Tenente Raul Cascais, 1-A - Telef. 661515/669205
De 5ª a Sáb. às 21.30. Dom. e Feriados às 16.00 horas
SALADA
De Tristan Rémy.

«D. João e a Máscara» em cena no Teatro da Politécnica até ao dia 18

.RITZ CLUBE
R. da Glória, 57 - Telef. 325140
De 5ª a Sábado às 21.30. Sábado e Domingo às 16.00 horas
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA
Encenação de Mário Viegas.

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef. 3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

TEATRO MARIA MATOS
Av. Frei Miguel Contreiras, nº 52 - Telf. 897017
3ª, 4ª e 5ª, às 21.30. Sextas e Sábados às 20.30 e 23.00. Dom. e Feriado. às 15.00 e 18.00 horas.
SEVERA
De Júlio Dantas.

TEATRO MARIA VITÓRIA
Parque Mayer - Telef. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 23.00 horas
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

TEATRO DA POLITÉCNICA
R. da Escola Politécnica, 58-Telf. 674474
De 3ª a 6ª às 21.00 horas
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patricio
(Em cena até dia 18).

TEATRO DA TRINDADE
R. Nova da Trindade - Telef. 323200
De 5ª a Sáb. às 21.45, Dom. às 16.00 horas
AUTO DA ÍNDIA
Pelo Grupo de Teatro de Todos os Tempos

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 326037
De 3ª a Domingo às 21.30. Domingos e Feriados às 16.00 horas
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ
Versão livre de Henrique Santana.

TEATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas
ORA BATE... BATMAN'SO.

INFANTIL

OS PAPA-LÉGUAS
R. Prof. Santos Lucas, Ltº1658-r/c-Dtº - Telef. 7141823
3ª 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00 horas
HOJE SOU REI... AMANHÃ NÃO SEI

TIL
R. Leão de Oliveira, nº1 - Telef. 3639974
Aos Sáb. Dom. e Fer. às 16 horas
FELIZ ANIVERSÁRIO
De Fernando Gomes.

TEATRO DA MALAPOSTA
R. Angola - Olival Basto - Odivelas - Telef. 9873299
De 2ª a 6ª às 11.00 e 15.00 horas
A TARANTELA VERMELHA
De Salvatore Cuffaro

OUTRAS LOCALIDADES

PORTO
AUDITÓRIO CARLOS ALBERTO
R. das Oliveiras - Telef. 2008659
HAPPY END
Em cena até dia 14 às 21.30 horas.

EXPOSIÇÕES

INAUGURAM

ÂNGELO DE SOUSA
Escultura de 1968/72
Galeria EMI/Valentim de Carvalho - Rua da Cruz dos Poiais, 111 (Inaugura dia 16, às 22 horas. 11/13 e 15/19 horas, excepto domingos. Até 5 de Abril)

ARTUR JOSÉ -Cerâmica
Galeria Multiface/Edifício Gemini (Inaugura hoje à tarde. Semana, 10 às 19 horas. Sábados e domingos, 13 às 19 horas. Até 2 de Abril)

BRUCE CHARLESWORTH e JOÃO JACINTO - Fotografia e pintura. Prosseguimento de uma estratégia de internacionalização (Bruce) e divulgação de alunos das Escolas de Belas Artes, neste caso do Porto.
Módulo - Calçada dos Mestres, 34 (Inaugura dia 16, às 22 horas. 16 às 20 horas, excepto domingos. Até 19 de Abril)

GUILHERME PARENTE - Pintura
Galeria Triângulo 48 - Avenida Vasco da Gama/ Restelo (Inaugura dia 15, às 21 e 30. 14 às 20 horas, excepto domingos e segundas-feiras. Até 12 de Abril)

GLOBAL Companhia de Seguros, SA

Com sede em: Largo Jean Monnet, n.º 1 — 3.º
Pessoa Colectiva n.º 502038411
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 69229
Capital Social de 1 650 000 000$00

RELAÇÃO DE ACCIONISTAS

COLEP - Companhia Portuguesa de Embalagens, Lda	26,283%
IBERHOLDING - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	9,276%
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE, A.M.	9,090%
MACONDE - Confecções, Lda	4,638%
Comp. Ind. Cordoarias Têxteis e Metálicas QUINTAS & QUINTAS	4,638%
Banco Totta & Açores, SA	4,638%
FAF - Francisco António Fernandes, SA	4,638%
ENGIL - Sociedade de Construção Civil, SA	4,638%
TAGOL - Companhia de Oleaginosas, SA	4,638%
INTERFINA - Sociedade Internacional de Financiamentos, SA	4,638%
Pinhos, Almeida & Companhia, Lda	4,638%
OLINVEST, SPGS	3,092%
GLOBAL VIDA - Companhia de Seguros de Vida, SA	2,764%
Moagem e Panificação NOVA MOAPÃO, SA	1,855%
PORCEL - Indústria Portuguesa de Porcelanas, Lda	1,855%
Fábrica Têxtil Riopele	1,546%
TRANSINSULAR - Transportes Marítimos e Insulares, SA	1,546%
COLEP TRADING - Comércio Internacional, Lda	1,570%
PROLEITE - Coop. Agrícola de Prod. de Leite do Centro Litoral	0,927%
SODERA - Soc. de Desenvolvimento Regional do Alentejo, SA	0,927%
REVIGRÉS - Indústria de Revestimento de Grés, Lda	0,927%
E.V.F. - Apoio Comercial e Representações, Lda	0,927%
Sociedade de Empreendimentos da Requeijada, Lda	0,300%

GLOBAL Companhia de Seguros de Vida, SA

Com sede em: Largo Jean Monnet, n.º 1 — 3.º
Pessoa Colectiva n.º 502105070
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
Sob o n.º 196 Livro C-1 2.ª Secção
Capital Social de 1 650 000 000$00

RELAÇÃO DE ACCIONISTAS

COLEP - Companhia Portuguesa de Embalagens, Lda	26,592%
IBERHOLDING - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	9,277%
ASSURANCES MUTUELLES DE FRANCE, A.M.	9,090%
MACONDE - Confecções, Lda	4,637%
Comp. Ind. Cordoarias Têxteis e Metálicas QUINTAS & QUINTAS	4,637%
Banco Totta & Açores, SA	4,637%
FAF - Francisco António Fernandes, SA	4,637%
ENGIL - Sociedade de Construção Civil, SA	4,637%
TAGOL - Companhia de Oleaginosas, SA	4,637%
INTERFINA - Sociedade Internacional de Financiamentos, SA	4,637%
Pinhos, Almeida & Companhia, Lda	4,637%
OLINVEST, SPGS	3,401%
GLOBAL - Companhia de Seguros, SA	2,767%
Moagem e Panificação NOVA MOAPÃO, SA	1,857%
PORCEL - Indústria Portuguesa de Porcelanas, Lda	1,857%
Fábrica Têxtil Riopele	1,236%
TRANSINSULAR - Transportes Marítimos e Insulares, SA	1,236%
COLEP TRADING - Comércio Internacional, Lda	1,627%
PROLEITE - Coop. Agrícola de Prod. de Leite do Centro Litoral	0,927%
SODERA - Soc. de Desenvolvimento Regional do Alentejo, SA	0,927%
REVIGRÉS - Indústria de Revestimento de Grés, Lda	0,927%
E.V.F. - Apoio Comercial e Representações, Lda	0,927%
Sociedade de Empreendimentos da Requeijada, Lda	0,242%

SNOOPY POR SCHULZ

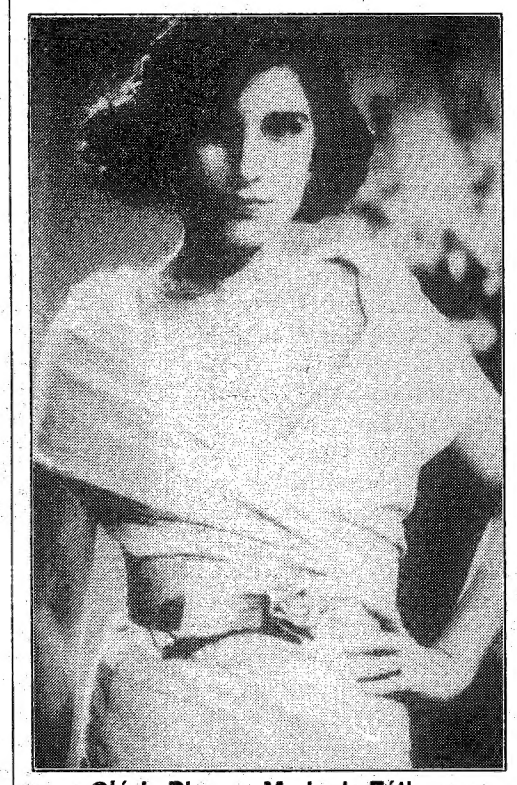
CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.25- RUA SÉSAMO
93º episódio
18.55 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
68º episódio
21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.20 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«Adeus Amigos» (Título original «Diner», EUA 1982).
Um filme de Barry Levinson com produção de Jerry Weintraub e interpretação de Mickey Rourke, Steve Guttenberg, Ellen Barkin, Kevin Bacon, Timothy Daly, Paul Reiser.
«Diner - Adeus Amigos» é um filme de sabor nostálgico onde se revive uma época perdida, o tempo em que as raparigas usavam cabelo comprido, toda a gente comia e bebia sem nunca ter ouvido falar em comida de baixo teor calórico, a gasolina custava trinta cêntimos o galão, a malta passava os dias a fazer planos para um futuro irrealizável, a televisão começava a ser a cores, toda a gente sabia de cor a música e a letra dos dois lados dos discos e no cinema a grande sensação era Sandra Dee. «Adeus Amigos» é, assim, um filme sem excessos ou sobressaltos, que fala com simplicidade, desenvoltura e sobretudo com inequívoca saudade, de um tempo irrecuperável em que se ouvia Sinatra e Elvis, os «Cadillacs» nunca eram suficientemente grandes e os «diners» estavam abertos toda a noite.
23.30 - 24 HORAS
00.05 - REMATE
00.15 - CARTAS DE HUMOR
4º programa de Victor Norte

No 2º Canal às 21.30, o 2º episódio de «O Submarino»

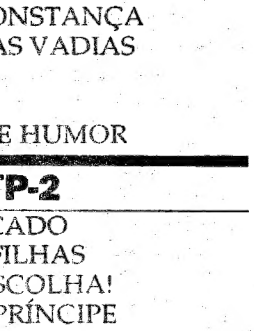


Glória Pires, a Maria de Fátima de «Vale Tudo»: às 20.15 no 1º Canal

RTP-2

16.55 - OS CAMPBELLS
17.20 - HISTÓRIA DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS
Nenhum outro instrumento musical terá sido tão ridicularizado como a gaita de foles. Não só o seu som nasalado como também a própria história, contribuiram para esta zombaria. Após terem perdido a batalha de Culloden, em 1745, os escoceses tiveram que se submeter à lei inglesa e as gaitas de foles foram proibidas como se de armas se tratasse! Mas este instrumento não existe apenas na Escócia. Por todo o mundo encontram-se diferentes formas de gaita de foles.
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
60º episódio
18.30 - A ROTA MARÍTIMA DA SEDA
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
«Estrada 66», 20º episódio
20.30 - LUSITÂNIA EXPRESSO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O SUBMARINO
A monotonia que já dura há vários dias a bordo do submarino U 96 vai ser quebrada quando é anunciada pela Rádio a presença de um comboio de barcos inimigos. À medida que o submarino se aproxima dos navios inimigos, o tempo muda. Devido à má visibilidade o comandante ordena que as buscas sejam efectuadas pelo sonar.
22.30 - SÉCULO XX - A CAMINHO DA GUERRA

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

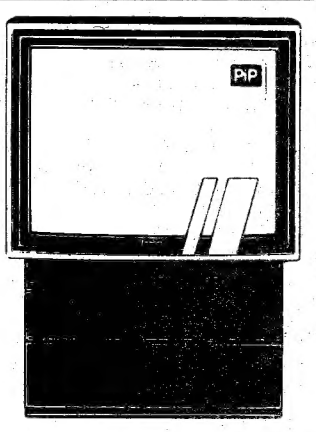
RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - UM ANJO NA TERRA
14.15 - VILA FAIA
15.05 - O MUNDO ANIMAL
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.25 - SOFIA E CONSTANÇA
22.25 - CONVERSAS VADIAS
22.50 - 24 HORAS
23.30 - REMATE
23.50 - CARTAS DE HUMOR

RTP-2

14.30 - TELEMERCADO
15.00 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA, ESCOLHA!
16.55 - BENJI E O PRÍNCIPE EXTRATERRESTRE
17.20 - A HISTÓRIA DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.25 - A MÁCULA
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
20.25 - PRIMEIRO ANDAMENTO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - EMOÇÕES
21.55 - SINAIS DO TEMPO
23.00 - QUINTA DIMENSÃO

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...
RTP 1
LOTAÇÃO ESGOTADA
RTP 2
O SUBMARINO
BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença



«Seguro de ter chegado ao tamanho das avestruzes, Soares gostaria de ver um galo qualquer a desafiá-lo»

João Fernandes, «O Diabo», 13.03.90

A PERGUNTA DO DIA

Rui Godinho
vereador da Câmara Municipal de Lisboa

Quais vão ser as alterações introduzidas no sistema de recolha de lixo da cidade de Lisboa?

«A Câmara está a estudar o actual sistema de recolha de lixo a fim de, para o ano que vem, poder introduzir os melhoramentos que achar convenientes. Neste sentido, estamos a proceder a várias experiências no bairro dos Olivais: a remoção em dias alternados e durante o dia. A ser aprovado, este sistema só poderá ser posto em prática em zonas residenciais, que têm menos tráfego.

No que se refere à remoção dia sim, dia não, ela só poderá ser concretizada quando se tiverem instalado contentores fechados e com maior capacidade, ou seja, entre os 120 e os 240 litros. Ainda quanto às mudanças de equipamentos, está a ser estudada a viabilidade da compra de equipamentos de limpeza mais pequenos, que possam entrar nas ruas estreitas das zonas velhas da cidade, e também mais silenciosos para não incomodarem as pessoas durante a noite».

Quinta-feira no

Diário de Lisboa

Crónica de Francesco Alberoni

Mário Murteira escreve sobre as reformas que vêm do frio

O racismo em Grande Angular

MEDIA

A transmissão do sinal televisivo por cabo é a que assegura maior qualidade de emissão. No entanto, nem o Governo nem os candidatos mais importantes parecem interessar-se por ela

Televisão por cabo esquecida em Portugal

O sistema de transmissão de televisão por cabo, que tanto êxito está a fazer por essa Europa, parece um pouco esquecido em Portugal. Na realidade, entre os numerosos candidatos à exploração privada da actividade televisiva, apenas um se propõe proceder a este tipo de investimento. Trata-se de uma empresa ligada à comercialização de material audio-visual e os seus planos são já do conhecimento do Governo há mais de um ano.

Segundo Nuno Cintra Torres, um dos donos da empresa, o projecto consiste na instalação e exploração de uma rede de televisão por cabo na cidade de Lisboa. «Numa primeira fase procederíamos à instalação nas zonas históricas da capital e depois alargaríamos a rede», explicou.

Este empresário revelou ao DL ter dado conhecimento do seu projecto ao antigo secretário de Estado das Comunicações, Eduardo Correia de Matos - «que nunca deu qualquer resposta» - e à Câmara Municipal de Lisboa, que afirma estar a estudá-lo. «Trata-se de um investimento extremamente caro, da ordem dos vários milhões de contos, e que só seria rentável dentro de cinco ou dez anos», disse.

Em seu entender, o facto de não se ter avançado neste sentido tem a ver com a indecisão política do Governo. Na realidade, a proposta de lei relativa à actividade de radiotelevisão no território nacional apresentada pelo Executivo apenas contém um artigo referente às redes de radiotelevisão por cabo.De acordo com esse artigo, a utilização dessas redes depende de legislação especial que regule a delimitação da área geográfica, as garantias de acesso à rede e as condições de apresentação de propostas para instalação e exploração. O projecto apresentado pelo Partido Socialista nem sequer faz qualquer referência a esta matéria.

Nuno Cintra Torres não compreende esta lacuna e sublinha as vantagens de tal sistema: «Beneficia o consumidor a nível da recepção, na medida em que permite acabar com o problema das zonas de sombra, possibilita o acesso a muito canais e a eliminação das antenas, o que melhoraria substancialmente a paisagem».

Esta preocupação está, aliás, na base da instalação de cabo nas cidades de Guimarães e Évora, actualmente em curso. Na primeira, o cabo só permitirá, contudo, a recepção da RTP, enquanto na segundo a rede está preparada para receber os programas difundidos por satélite. O mesmo projecto esteve igualmente previsto para a vila de Óbidos mas, inexplicavelmente, nunca chegou a concretizar-se.

«Do mesmo modo que se eliminaram os postos de telefone nas ruas, poder-se-iam eliminar as antenas de televisão, o que imprime a este plano um certo carácter ecológico», considera Nuno Cintra Torres. Na sua óptica, não existe qualquer razão para que não seja instalada televisão por cabo em Portugal, basta que se resolvam os problemas de carácter legislativo que ela levanta.

O mais importante deste problemas prende-se, para este empresário, com o pagamento de direitos sobre os programas difundidos por satélite para o nosso país e que depois chegariam a casa das pessoas através do cabo. «Muitos dos operadores não têm os *copy-right* desses programas e, assim, não poderíamos cobrar a sua transmissão», explica.

Recorde-se que no início dos anos 80 uma empresa canadiana apresentou em Portugal um projecto de lançamento de uma rede de televisão por cabo. No entanto, os altos custos e os impedimentos constitucionais tê-la-ão levado a desistir.

Dina Soares

meteorologia

Carta a Rui de Carvalho

Rui, amigo:

permito-me escrever-lhe esta carta aberta. Serei abusivo? mas o que gostava de lhe dizer ultrapassa a nós ambos e talvez seja válido para outras ocasiões e para outros, para nós todos. Mas é a si que endereço a missiva, e espero que não a leve a mal. Porquê a si? V. é incontestavelmente e incontestado um dos maiores da generosa galeria dos intérpretes que honram o teatro português; por acréscimo - uma pessoa modesta, discreto, gestor do seu talento, técnico de primeira, de justeza admirável em qualquer papel, habituado a pensar sozinho, a transformar o sentir profundo, nunca desleixando o seu mister, aprofundando as personagens sonhadas por outros, em qualquer circunstância. Numa palavra: um artista exemplar e raro.

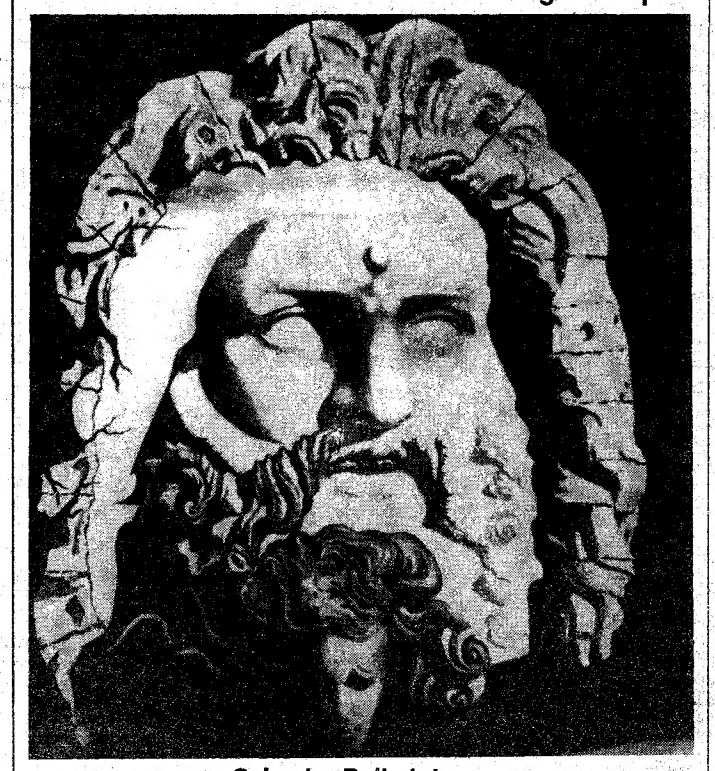
De que se trata, então? Serei directo. Porém, como seu admirador, não entendo que recentemente tivesse participado com todo o peso da sua invulgar personalidade artística, numa das subproduções televisivas que mal a sua interpretação pode salvar. Dir-se-á: acontece. Ossos do ofício. Dir-se-á ainda: quando um actor é contratado, nem sempre está à altura de saber se a obra resulta. Pois é. Contudo, nesse caso concreto não podia ficar qualquer dúvida sobre a qualidade do argumento, do guião, dos diálogos, discernível à primeira vista (comcerteza deram a ler ao Rui antes de assinar), tendo uma produção como critério, necessidades que a si, artista, não dizem directamente respeito.

Tive pena. Não tinha direito a tê-la? A sua amizade tranquila, o meu respeito para tudo o que durante tantos anos tem realizado no teatro português, e ainda o meu conceito da missão do actor, sensível sismógrafo, senão a consciência da vida pública e do nível cultural - *vide* a participação dos actores na primeira linha da «revolução de veludo» de Praga - ma autorizam.

O seu posto é outro.

Um abraço e até breve; o seu

Jorge Listopad



Salvador Dali pintou

A.M.A. Auto Monumental do Arcuro S.A.

CONCESSIONÁRIOS VW AUDI

AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75